

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO**

MASATOSHI SATO

**A VONTADE IMPERIOSA DO EMISSOR NO ENVIO DE JESUS E A ACEITAÇÃO
IRRESTRITA DO ENVIADO, NO EVANGELHO DE JOÃO 6,38.**

**GOIÂNIA
2015**

MASATOSHI SATO

**A VONTADE IMPERIOSA DO EMISSOR NO ENVIO DE JESUS, A ACEITAÇÃO
IRRESTRITA DO ENVIADO, NO EVANGELHO DE JOÃO 6,38.**

Dissertação apresentada para obtenção
de título de Mestre no Mestrado em
Ciências da Religião, na Pontifícia
Universidade Católica de Goiás.

Professora: Dra. Ivoni Richer Reimer

GOIÂNIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

S253v Sato, Masatoshi.
A vontade imperiosa do emissor no envio de Jesus e a
aceitação irrestrita do enviado no evangelho de João 6,38
[manuscrito] / Masatoshi Sato – Goiânia, 2015.
139 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Ciências da Religião, 2015.

“Orientadora: Profa. Dra. Ivoni Richter Reimer”.
Bibliografia.

1. Bíblia. N.T. João. 2. Deus. I. Título.

CDU 27-247.8(043)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 11 DE DEZEMBRO DE 2015 E APROVADA PELA BANCA
EXAMINADORA

1) Dra. Ivoni R. Reimer / PUC Goiás (Presidente) Ivoni R. Reimer

2) Dr. Joel Antônio Ferreira / PUC Goiás (Membro) Ferreira

3) Dr. Haroldo Reimer / UEG (Membro) Haroldo Reimer

4) Dr. Valmor da Silva / PUC Goiás (Suplente) Valmor da Silva

5) Dr. João Pedro G. Araujo / Fac. Teol. Batista Brasília (Suplente) João Pedro G. Araujo

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva magnificente do Evangelho de João;

À instituição que proporcionou a oportunidade de acessar os estudos das Ciências da Religião;

Aos mestres que estimularam o interesse pela pesquisa científica religiosa;

Aos familiares pelo estímulo, apoio e paciência durante o período da pesquisa e estudo.

RESUMO

Este trabalho tem como tema pesquisar o significado escriturístico, etimológico e missiológico do verbo “enviar” em João 6,38. O trabalho intenta recorrer a inteligibilidade quanto ao valor dos significados de cada verbo pesquisado por meio do processo hermenêutico e análise exegética, ao passo que analisa o porquê e para quê da aceitação submissa e incondicional do Filho à vontade paterna, uma questão de obediência. Considera a importância do critério no envio de proclamadores da mensagem bíblica, uma vez que, assim como houve o envio de Jesus pelo Pai, concomitantemente ocorreu o mandato aos discípulos dado por Jesus. O escrito no Evangelho de João deve ser compreendido, experimentado e vivenciado pelos discípulos, que tem o encargo de tomar posse da vontade de Deus nas suas vidas pessoais. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, realizando-se a exegese e hermenêutica bíblica a partir do texto bíblico. Em João, o verbo enviar é usado principalmente para se referir ao Filho do Homem que desceu do céu para realizar vontade de Deus. Há exata correspondência entre “fazer a vontade” e “executar a obra”. As bases, o poder e o objetivo da vida do Filho são para serem fundamentados numa efetiva execução completa da obra incumbida pelo Emissor. A expressão do Jesus joanino (“eu vim de Deus”) envolve dois conteúdos teológicos de suma importância, a pré-existência de Jesus e a sua encarnação. O envio é um conceito chave e uma ação imprescindível à obra da revelação, e conseqüentemente à obra da salvação, no evangelho de João.

Palavras-chave: Evangelho de João. Vontade de Deus. Jesus. João 6,38. Envio.

ABSTRACT

This study aims at researching the scriptural, etymological and missiological meanings of the verb 'send' in John 6,38. The study intends to resort to intelligibility as far as the meanings of each verb goes, through a hermeneutical process and exegetical analysis, as it dissects the 'why' and 'what for' of the submissive and unconditional acceptance of the Son towards the paternal will – a matter of obedience. It also considers the importance of the criteria in the sending of the proclaimers of the word, given how, much like the sending of Jesus by the Father, there came about, concomitantly, a duty to the disciples given by Jesus. The writing of the Gospel of John is to be understood, experimented with and experienced by the disciples, who have the duty to take ownership of God's will in their own personal lives. The methodology applied is bibliographical research, with the biblical exegesis and hermeneutics being brought forth from the biblical text. In John's Gospel, the verb 'send' is predominantly used to refer to the Son of Man, who came down from Heaven to do God's will. There is an exact correspondence between 'do the will' and 'do the work'. The very bases, the power, and the goal of the life of the Son are to be grounded on a both effective and complete execution of the work assigned by the Sender. The expression by John's Jesus 'I came from the Father', deals with two theological issues of the utmost importance: Jesus' pre-existence and his reincarnation. The 'sending' is a key concept and an indispensable action to the work of revelation – hence to the work of salvation, in John's Gospel.

Key-words: John's Gospel, will of God, Jesus, John's 6,38, Sending.

LISTA DE ABREVIATURAS

- Apud* - citado por
i.e. – isto é
NVI - Nova Versão Internacional
Org. - organizador
p. - página
QE - Quarto Evangelho
RA - Revista e Atualizada
s.d - sem data
SBB - Sociedade Bíblia do Brasil
TCNT - Twentieth Century of New Testament

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MOSTRA DO EVANGELHO DE JOÃO	13
1.1 Autoria do Evangelho de João	13
1.2 Propósito do Evangelho de João	16
1.3 Aspecto filológico dos verbo <i>apostelo</i> e <i>pempo</i>	20
1.3.1 Os verbos <i>apostelo</i> e <i>pempo</i> no grego clássico	20
1.3.2 Dados numéricos dos verbos <i>apostelo</i> e <i>pempo</i>	21
1.3.3 Significado geral dos verbos <i>apostelo</i> e <i>pempo</i>	21
1.3.4 Uso dos verbos <i>apostelo</i> e <i>pempo</i> e sua distribuição no QE	23
1.3.5 Sinônimos dos verbos <i>pempo</i> e <i>apostelo</i> na língua grega	24
1.4 Exegese de João 6,38	26
1.4.1 O verbo descer	26
1.4.2 A vontade de Deus	28
1.4.3 O Enviado	31
1.4.4 Remate de exegese	34
2 PESSOA E OBRA DO ENVIADO	36
2.1 PERFIL DO ENVIADO	36
2.1.1 Conhecimento do Enviado sobre o seu Emissor	36
2.1.2 O Enviado veio de Deus	40
2.1.3 O Enviado é santificado	43
2.1.4 A humildade do Enviado	45
2.2 MISSÃO DO ENVIADO	49
2.2.1 A ação de descer	50
2.2.2 Fazer a vontade do Emissor	52
2.2.3 O Enviado transmite a Palavra do Emissor	58

2.2.4	Missão do Enviado é salvar o mundo	74
2.2.5	Missão do Enviado é julgar o mundo	78
3.	METODOLOGIA E RESULTADOS NO ENVIAR	85
3.1	METODOLOGIA DO EMISSOR	85
3.1.1	Envio Comparativo	85
3.1.2	Testemunho	90
3.1.3	Ceifa	99
3.1.4	Receber	102
3.1.5	Amar	104
3.1.5	Honrar	106
3.2	RESULTADOS DA MISSÃO DO ENVIADO	108
3.2.1	Crer no Enviado	109
3.2.2	Recepção da Palavra do Enviado	118
3.2.3	Incredulidade às palavras do Emissor	121
3.2.4	Trazido pelo Pai	124
3.2.5	Pelo enviado vive e viverá	126
3.2.6	Por meio do Enviado ninguém se perde	127
	CONCLUSÃO	130
	REFERÊNCIA	133
	ÍNDICE DE TEXTOS BÍBLICOS SOBRE “ENVIAR”	138

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objeto no texto bíblico em João 6, 38: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou”, e intitulada “A vontade imperiosa do Emissor no envio de Jesus e a aceitação irrestrita do enviado. Com relação aos objetivos, pretende pelo processo hermenêutico bíblico, extrair e interpretar a intenção original mais aproximada possível dos discursos destes textos neo-testamentários e prováveis significados de cada verbo por meio da análise exegética. Concomitantemente, visa relacionar presumíveis critérios do Emissor analisando o porquê e para quê da aceitação submissa e incondicional do Filho à vontade paterna. Em seguida procura apresentar o aspecto soberano, sagrado e teológico do propósito de Deus para o mundo cristão hodierno; empreender como estes textos devem ser entendidos, aplicados e vivenciados adequadamente pelos seguidores de Jesus e nas suas comunidades contemporâneas. E enfim como apropriar-se da vontade de Deus nas suas vidas pessoais.

Será pesquisado o significado escriturístico, etimológico, missiológico e sociológico do verbo enviar, que é empregado no propósito de Deus em mandar Jesus ao mundo. Intenta analisar exegeticamente e interpretar o mais fiel possível o aludido texto no original grego e outros textos afins neste Evangelho de João, descobrindo prováveis critérios na ação do enviar e a possível razão da submissão irrestrita do Enviado. Em que circunstância e de que maneira o Enviado “viu”, “ouviu” e “aprendeu” do Pai na execução da sua obra durante o seu ministério na Terra, e se não teria havido uma outra possível alternativa ou opção na execução do plano de Deus. Procura verificar o conseqüente envio dos apóstolos, por Jesus, fundamentado no versículo indicado, a condição e a maneira no seu envio, extraindo os possíveis critérios para decifrar, interpretar e apropriar-se da real vontade de Deus.

Quando se inicia a leitura do Quarto Evangelho, de pronto percebe-se o uso repetido de expressões como: “O Pai que me enviou”, “Ele me enviou”, etc., perfazendo assim 60 vezes, o que literalmente reserva uma intenção extraordinária de Deus no envio de Jesus. Esta ocorrência excessiva do verbo enviar pasma o leitor, e dá lugar a que se indague o porquê? Qual é a importância que o escritor

pretende evidenciar pelo uso sucessivo de tal verbo? E o que o escritor do Evangelho de João pretende revelar nos diversos contextos em que produz variados sentidos acerca da projeto de Deus em enviar o seu Filho à humanidade, e em que isto implica? Como traduzir e entender as afirmações como: “viu”, “ouviu” e “aprendeu” do Pai? E como, e quando este propósito foi expresso ao Filho? Como se justifica esta soberana postura de autoridade da parte de Deus, e aparente aceitação absoluta e servil do Filho? Teria havido um outro projeto de Deus e a possibilidade de uma alternativa de escolha ou da iniciativa própria da parte de Jesus? Qual é o significado da estratégia de enviar, descer, vir, de Jesus ao mundo? A aparente vontade imperiosa do Emissor, provavelmente procede da soberania divina? Qual é a norma no processo do enviar de Jesus e por conseguinte dos discípulos? O consequente envio pelo Salvador ressurreto dos discípulos ao mundo deve ser imitado? Como os fiéis, a igreja e a sociedade devem descobrir, considerar e apropriar-se da realização desta vontade de Deus nas suas vidas pessoais? Ademais, a Cristandade presente parece buscar mais o querer do homem do que o que possivelmente Deus quer, ao ponto de declarar tão naturalmente: “Esta é a vontade de Deus para minha vida!” ou “Deus quer que eu faça isto ou aquilo!”. Estas são algumas indagações acerca do fato de ser enviado para realizar a vontade.

Convém citar a metodologia empregada na elaboração desta dissertação - é por meio da pesquisa bibliográfica, utilizando a técnica de exegese linguística histórica gramatical, com a abordagem de hermenêutica bíblica fundamentalista. Inicialmente, empreendeu-se na leitura dos livros selecionados, enquanto prosseguia na leitura de textos bíblicos atinentes à pesquisa, realizando a exegese e hermenêutica bíblica com a utilização de “ferramentas” apropriadas como o Novo Testamento em grego, concordância, léxico grego analítico, dicionário e enciclopédia de termos gregos.

Há que considerar este trabalho de grande valia para a compreensão dos estudantes de teologia sobre o apoio escriturístico, exegético e gramatical do verbo enviar em variados modos. Sem dúvida, torna-se um desafio, visto que é assunto relevante, de suma importância para enriquecimento, bem como um melhor entendimento a respeito dos critérios do Pai, isto é, a intenção de Deus em enviar

Jesus, fato este, que aparentemente transparece uma ação autoritária, e por outro lado, supostamente, tão subjugada, sem nenhuma alternativa do Enviado.

Considerando esse contexto a dissertação “A vontade imperiosa do Emissor no envio de Jesus e a aceitação irrestrita do Enviado”, torna-se indispensável para estudantes, pois motiva a leitura, a pesquisa, a interpretação de diversas ideias conservadas nestes textos e nos diferentes contextos da missão de Jesus.

Os leitores do Evangelho de João poderão obter uma possível compreensão dos depoimentos enigmáticos de Jesus: “viu”, “ouviu” e “aprendeu” do Pai.

Ainda com base no Evangelho de João, os promotores de missões tem a possibilidade de conseguir provisão sobre os critérios e normas do envio dos seus missionários.

É um material profícuo para uma prática produtiva acerca do que seria a vontade de Deus, nos dias atuais, na vida dos fiéis, inclusive proporcionando conhecimentos e conceitos de aplicação na vida cotidiana, levando ao questionamento do uso de certas exclamações e jargões que se referem a vontade de Deus, como sendo expressões bíblicas e válidas.

Este trabalho se constitui de três seções seguintes: Capítulo 1 - Mostra do Evangelho de João, que discorre sobre a breve autoria e do seu propósito; e a exposição sobre o verbo enviar no seu aspecto filológico e uso no grego clássico, significado etimológico, sua utilização e frequência, distribuição no Quarto Evangelho e seus sinônimos, bem como análise exegética de João 6,38. O capítulo 2 versa acerca da pessoa e obra do Enviado, em que abrange Perfil e Missão de Jesus. E o capítulo 3 que se ocupa com a Metodologia e Resultado no enviar.

1. MOSTRA DO EVANGELHO DE JOÃO

Para discorrer sobre “A vontade imperiosa do Emissor no envio de Jesus e a aceitação irrestrita do Enviado”, no Evangelho de João 6,38, é indispensável que sejam abordados alguns aspectos iniciais do Evangelho de João, tais como: Autoria e Propósito do Evangelho.

1.1 AUTORIA DO EVANGELHO DE JOÃO

Seu título, Evangelho Segundo João, inicialmente não fazia parte do seu escrito. Em substituição, usava-se um título menos comprometedor – “Quarto Evangelho”.

Comumente o autor deste escrito é consagrado como João o apóstolo, um dos filhos de Zebedeu. Westcott: (*apud* BRUCE, 1997, p.11) propôs de forma clássica uma série concêntrica de argumentos que identificam o quarto evangelho com João, o filho de Zebedeu. Na sua opinião, evidência interna do evangelho indica que ele foi escrito: a) por um judeu palestino, b) por uma testemunha ocular, c) pelo discípulo que Jesus amava, e d) por João, o filho de Zebedeu.

Como afirma Westcott, parece claro que o autor era um judeu. As disputas de Jesus com os líderes religiosos em Jerusalém sobre a interpretação da lei e de suas aplicações, não teriam sido fáceis de entender e registrar, se o autor não fosse um judeu.

Há fortes indícios de que o autor teria sido uma testemunha ocular em tudo que foi registrado. Na ocasião da crucificação, o Evangelho (doravante será usada a abreviatura de QE para se referir ao evangelho de João ou ao quarto evangelho), registra que “um dos soldados abriu o lado do corpo de Jesus com uma lança, e logo saiu sangue e água” (19,34). E para autenticar esta descrição, ele menciona “Aquele que isto viu testificou, sendo verdadeiro o seu testemunho; e ele sabe que diz a verdade, para que também vós creiais” (19,35). No epílogo, ele assinala que o “Este é o discípulo que dá testemunho a respeito destas coisas, e que as escreveu” (21,24). É relatado que o “discípulo amado” esteve presente na última ceia (13,23), junto à cruz (10,26), no túmulo vazio (20,2-10) e na beira do Mar da Galiléia na ocasião da pesca frustrada, depois da ressurreição do Senhor (21,7.20-23). Estas

referências são autenticidade conclusiva acerca da morte e da ressurreição de Jesus.

Podemos destacar algumas evidências externas de que João, o filho de Zebedeu é o autor do quarto Evangelho. O primeiro escritor que faz citações claras do escrito e da sua autoria Joanina é o Teófilo de Antioquia, cerca de 181 d.C. E Irineu, final do século II, traz preciosas informações acerca de João, recuando aos testemunhos de Policarpo e Papias. Policarpo nasceu em 70 d.C. e foi mártir em 156 d.C., com 86 anos, assim há grande probabilidade de que ele teve oportunidade de ter visto e ouvido e ter se relacionado com o apóstolo João na Ásia. Quanto a Irineu, conheceu pessoalmente a Policarpo, e é dele que há importantes informações acerca do evangelho de João, inclusive que este João é filho de Zebedeu. Ainda Clemente de Alexandria (c.150-216) e Tertuliano (c.155-215) proporcionam evidências de que o apóstolo João escreveu o referido evangelho (CARSON, 1997, p.157).

Intrigantemente, o nome de João, filho de Zebedeu, não aparece nenhuma vez no chamado Evangelho de João, e aparece apenas uma vez a menção de “os filhos de Zebedeu” (21,2), em outras ocasiões usam-se as expressões como: “outro discípulo”, “aquele”, “este”.

Por outro lado, há cinco alusões (13,23; 19,26; 20,2; 21,7; e 21,20) a um discípulo com a denominação de “discípulo a quem Jesus amava” ou “o discípulo amado”. A esta menção enigmática igualmente, não existe explicação conclusiva, e há teorias infundas para aludir alguém para tal personalidade.

Serve-se do arranjo apresentado por Bruce (1997, p.13-15) no desenvolvimento do argumento sobre o “discípulo amado”. Ele divide o seu raciocínio em bases negativas e positivas. No aspecto negativo, está a ausência quase absoluta, da menção do nome de João, excetuando o único versículo em João 21,2, onde se faz alusão parentética – “os filhos de Zebedeu”, em comparação com as referências feitas a outros discípulos. No aspecto positivo, o aludido discípulo – “discípulo a quem Jesus amava” estava na última ceia, considerando a referência feita por Marcos (14,17) “Ao cair da tarde, foi com os doze”, conclui-se que o “discípulo amado” era um dos doze. Na ocasião da ceia (Jo 13,24), na visita ao túmulo (Jo 20,2-10), na crucificação de Jesus (19,26.27), na pesca frustrada no mar de Tiberíades (Jo 21,7 e 21). O discípulo amado é figurado numa associação com Pedro, tanto no QE como no livro de Atos. Pedro, Tiago e João, “eles formavam

um grupo dos mais íntimos de três discípulos, que tinham um acesso excepcionalmente franco a seu Mestre (Mc 5,37; 9,2; 14,33)” (BRUCE, 1997, p.14). Esta associação nos possibilita a deduzir que o “discípulo amado” poderia ser o apóstolo João.

Acrescenta-se uma exposição sobre a mãe do apóstolo João. Em João 19,25 se lê: “E junto à cruz estavam a mãe de Jesus, e a irmã d’ela, e Maria, mulher de Cleopas, e Maria Madalena”. O que importa analisar é a frase “estavam a sua mãe, e a irmã dela”. O texto em grego está assim, transliterado em português, *tou lesou he méter autou kai he adelfé tes metrés autou*. A TCNT (The Twentieth Century New Testament) traduz o trecho, desta maneira: “Entrementes perto da cruz de Jesus estavam permanecendo sua mãe e a irmã da sua mãe, bem como Maria esposa de Cleopas e Maria Madalena”. É muito difícil conectar “irmã da sua mãe” como “Maria esposa de Cleopas”, isto é, considerar a mãe de Jesus, cujo nome é Maria (At 1,14) e sua irmã com o nome de Maria, com nome igual na mesma família. No original, há conjunção coordenativa *kai* entre a mãe de Jesus e a irmã dela, que faz ligação da irmã com a mãe de Jesus. No entanto, entre a irmã e Maria, esposa de Cleopas é separada com a vírgula, que denota a diferença entre estas duas mulheres. Champlin (s.d, p.619), faz o seguinte comentário:

Na narrativa dos evangelhos sinóticos, que igualmente fornecem uma lista das mulheres que se fizeram presentes à crucificação. A diferença é que nos evangelhos sinóticos todos os nomes são mencionados, ao passo que, neste quarto evangelho, não é fornecido o nome da irmã de Maria (Ver Mc 15,40 e Mt 27,56). A mulher que é identificada como “mãe dos filhos de Zebedeu” (Mt 27,56), dessa maneira é evidentemente chamada de “Salomé”, na narrativa paralela de Marcos 15,40. Salomé, assim sendo, seria a mãe de Tiago e João. E isso, por sua vez, significa que tanto o apóstolo João, assim como sua mãe, estiveram ao pé da cruz de Cristo, [...] isso, finalmente, significa que os apóstolos Tiago e João eram primos de Jesus.

Este possível relacionamento parental entre Jesus, Tiago e João esclarece o caráter anônima do Evangelho e o autor do QE fazer referência impessoal a si mesmo e aos seus parentes, principalmente a sua mãe. Esta ligação familiar revela uma estreita relação com Jesus no ministério, e inclusive elucidada porque razão a mulher de Zebedeu, fez um pedido inadequado a seu sobrinho, que, segundo Mateus 20,20 a 23, a mãe de Tiago e João faz a Jesus de “no teu reino, estes meus dois filhos se assentem, um à tua direita, e o outro à tua esquerda”. Outro caso um

tanto embaraçoso e ousado da parte do “discípulo amado” é o de “reclinar-se sobre o peito de Jesus” (13,25), Haubeck e Siebenthal (2009, p.627) comentam: “cair sobre, aproximar-se afoitamente”, as relações congêneres que esclarecem esta intimidade entre os primos. Ridderbos (1991, p.611) faz um relevante comentário:

João, o filho de Zebedeu seria um primo de Jesus, e se torna um importante elemento no avanço da discussão sobre a identidade do discípulo a quem Jesus amou, e oferece uma pronta explicação porque Jesus confiou sua mãe para este discípulo. (Tradução é literal e pessoal)

Esta é a razão porque Jesus confiou e entregou a sua mãe para que o “discípulo amado” e primo, cuidasse dela.

1.2 PROPÓSITO DO EVANGELHO DE JOÃO

Tentar descobrir o objetivo para qual o Evangelho de João foi escrito não é uma tarefa fácil. Primeiro, porque o evangelista em João 20,31 expõe um dos objetivos da obra dizendo: “Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, para que, crendo tenhais vida em seu nome”. Brown (1966, p.LXXVII) registra: “que João revela a sua ênfase universal no seu evangelho: ‘[...] luz [...] ao mundo [...] a todo homem (1,9)'; ‘[...] o pecado do mundo (1,29)'; ‘[...] Deus enviou o seu Filho ao mundo [...] o mundo fosse salvo (3,17)'; ‘atrairei todos a mim (12,32)”. Todos os Sinóticos registram uma homenagem escarnecedora a Jesus, ora mencionando coroa de espinhos, caniço, manto de púrpura, soldados de joelhos proferindo escárnios, epígrafe – “Este é o rei dos judeus” (Mt 27,37; Mc 15,26; Lc 23,38; Jo 19,19-22). Cada Evangelho sinótico destaca apenas um versículo para esta referência, mas o evangelista João utiliza quatro versículos, detalhando o título colocado no topo da cruz – “JESUS NAZARENO, O REI DOS JUDEUS” (Jo 19,19). Parece que o autor pretende preconizar que estes gentios viriam um dia a aceitá-lo como Rei, e isto tudo nos leva a crer que o autor tinha uma perspectiva para os gentios.

Segundo, a variante textual do uso do tempo verbal *pisteuo* (aoristo do subjuntivo) e *pisteuete* (presente do subjuntivo) no original, tem suscitado dois objetivos radicalmente diferentes deste Evangelho. Carson (1992, p.168-171) cita:

que a expressão *pisteuete* no aoristo favorece um propósito evangelístico – ‘que vocês podem ver para crer’. E a conjugação no presente *pisteuete* apoia um propósito edificante – ‘que vocês que já creram e podem continuar na fé ou continuar a crer. (Tradução é literal e pessoal)

O Evangelho de João se caracteriza no uso do verbo *pisteuo* - crer. O escritor usa-o 97 vezes no seu Evangelho, enquanto nos três Sinóticos aparecem apenas 34 vezes. Hull (1970, p.202) afirma que “Tal crer é mais adiante passa a exprimir “vida” (eterna), outro proeminente ênfase neste Evangelho”.

Há duas frases importantes que sugerem esclarecer o significado do crer “em seu nome”. A primeira, é o termo “Cristo”, que significa Messias ou Ungido (1,41; 4,25; 10,24). A palavra era ininteligível para os gregos, porém era uma palavra chave para a evangelização dos judeus. Conforme o relato de Atos, os primitivos missionários cristãos procuravam convencer os judeus de que Jesus crucificado era o verdadeiro Messias prometido (At 17,3; 18,5). A segunda frase relevante que o evangelista ressalta é o crer em Jesus, como o Filho de Deus. O conceito do Filho é central para a cristologia joanina e sugere visar os leitores gregos. Portanto, a intenção do evangelista denota o propósito evangelístico de oferecer o Evangelho aos judeus primeiro, e também para os gregos (Rm 1,16). “Claramente o alvo dominante do livro é facilitar uma relação pessoal com Jesus” (Hull, 1970, p.202). Isto em parte explica a preocupação do escritor com os judeus nos capítulos 2 a 16, e com o mundo mais longe e amplo, i.e., além dos judeus, nos capítulos 13 a 20, neste Evangelho.

Clemente de Alexandria e Eusébio “defendem a tese de que o Evangelho de João foi escrito para complementar os Sinóticos. Estes se ocupavam com os assuntos externos e centralizados na Galiléia, enquanto que João dedicou-se ao registro do ministério judaico num teor mais espiritual e profundo” (HULL, 1970, p.201). Esta teoria nos leva a supor que João tinha o conhecimento dos Sinóticos. Eis a provável razão porque vários assuntos são omitidos no Evangelho de João, tais como: genealogia e infância de Jesus, pregação de João Batista, tentação de Jesus no deserto, sermão do monte, parábolas, comissionamento oficial dos doze e dos setenta, expulsão dos demônios, cura dos leprosos, confissão de Pedro, transfiguração, instituição da Ceia do Senhor.

Hull (1970, p.201-203) argumenta que o autor tinha por um dos propósitos, corrigir a relação entre Jesus e João Batista. Isto porque há ênfase significativa em explicar que João Batista não era o Cristo (1,8.15.19-34; 3,22-36; 5,33-36, 10,42). É importante ressaltar que justamente em Éfeso, provável local onde o Evangelho de João teria sido escrito, Paulo encontrou os remanescentes dos discípulos de João Batista (At 19,1-7), os quais depois de ouvirem a mensagem pregada por Paulo, do Messias e não do arauto, foram batizados. Isto reforça em parte este argumento acima referido.

A opinião atual das pesquisas tem relacionado a produção deste Evangelho à cidade de Éfeso, que indubitavelmente era centro de atividades cristãs da época. Esta suposição se deve grandemente aos testemunhos dos antigos, isto é, dos Pais da Igreja, tais como: Irineu e Eusébio. Eusébio diz que: “Ásia, (i.e., Ásia Menor, aproximadamente terça parte oeste da atual Turquia), era destinada a João, quando os Apóstolos eram dispersos pelos ataques violentos da guerra dos judeus (A.D. 66-70)”, (Eusébio *apud* Carson, 1992, p.86). A tradição apoia-se sobre toda importante evidência de Irineu e ele diz que “João, o discípulo do Senhor [...] publicou o Evangelho durante a sua vida em Éfeso na Ásia” (Eusébio *apud* Carson, 1992, p.86). O teólogo Jerônimo, do século IV, falava de “um ancião de nome João, que era transportado para as reuniões da Igreja de Éfeso” (VISALI, 1992, p.91). Diz o historiador Walker (1976, p.60) que: “Um quarto Evangelho veio a aparecer, por volta de 95-110, provavelmente em Éfeso” (WALKER, 1967, p.60) e a história eclesiástica indica também unanimemente que João mudou-se para a Ásia Menor com o fim de supervisionar as igrejas da referida região. Outro argumento considerável que corrobora em favor da autoria de João é o próprio conteúdo da obra. Os judeus tinham se tornado obstinados e incessantes inimigos da igreja, o que parece justificar as investidas constantes de Jesus aos judeus no QE. Esta postura anti-sinagoga no Evangelho parece se enquadrar bem na região de Éfeso. Outro indício conteúdoístico é a questão de João Batista como precursor e não sendo o Messias. O Quarto Evangelho dedica mais de trinta versículos nos capítulos um e três descrevendo as atividades de João Batista, elucidando repetidamente que ele não é o Cristo. Esta exposição parece justificar aos discípulos de João Batista que não eram batizados no Espírito Santo, existentes somente naquela região fora da Palestina, e que foram batizados por Paulo, segundo Atos 19,1-7. Brown (1966, p.CIII-CIV, tradução é pessoal e literal), acrescenta outra prova pró-Éfeso:

A semelhança entre o Evangelho de João e Apocalipse, e esta última obra é considerada claramente como pertencente à região de Éfeso. Se há afinidade entre João e os pergaminhos de Qumran, não seria uma casualidade que estes fossem mais visíveis em Colosso e Éfeso, epístolas estas endereçadas para a região de Éfeso? Alguns incipientes polêmicos antidocéticos e antignosticos também teriam familiaridade no cenário de Éfeso.

A questão final é que, o Evangelho de João teria sido escrito em Alexandria, Antioquia ou Éfeso? Para determinar o local onde provavelmente o referido Evangelho teria sido escrito, depara-se com um problema fundamental acerca da sua autoria, isto porque muito pouco se sabe sobre o evangelista a quem se possa atribuir a autoria da referida obra. E nenhuma outra localidade tem o apoio dos Pais da Igreja, exceto, certo ou errado, eles apontam para Éfeso. Champlin: (ENSLIN *apud* CHAMPLIN, s.d, p.254) “Esmagadora maioria dos críticos está acostumado a chamar esse escrito, de Evangelho de Éfeso. E essa hipótese tem a seu favor um poderoso fator: Não há rival mais forte”. Hull (1970, p.202, Tradução é pessoal e literal) declara que o Quarto Evangelho, entre os diversos objetivos tinha por:

alcançar e juntar todos os filhos de Deus espalhados (11,52; 17,20.21), procurava atender as necessidades da igreja, por causa das tensões surgidas ente os judeus e os gregos convertidos. Ainda mais, a morte dos Apóstolos que eram testemunhas oculares sem a chegada da Parousia, urgiu o registro das palavras do Filho de Deus.

A conclusão mais viável acerca do objetivo do Evangelhos seria adotar uma posição, “sintética ou aditiva”, como referiu Carson, (Beasley Murray *apud* Carson, 1992, p.168, tradução é literal e pessoal)

O que parece ser a melhor sugestão é combinar em conjunto. Assim o propósito do Evangelho de João é evangelizar os judeus, evangelizar os helenistas, fortalecer a igreja, catequisar os novos convertidos e providenciar materiais para a evangelização dos judeus.

João quer apresentar uma imagem de Jesus de maneira completa e ampla, que “Jesus é o Ungido, o Filho de Deus” (Jo 20,31). Ele quer que o leitor seja levado a crer, isto é, fortalecer-se na fé. Frisou Bruce: (1997, p.24, tradução é pessoal e literal) “A fé inclui tanto o crer como em que crer. Crer em Jesus é enfatizado como estilo de vida em todo o Evangelho. Mas crer n’Ele subentende-se crer em certas coisas sobre Ele, que é o Cristo, o Filho de Deus”. Assim o objetivo fundamental dos

discursos do Quarto Evangelho não é Quem é Jesus? Mas quem é o Messias, o Cristo, o Filho de Deus? Os gentios que se tornaram cristãos logo teriam de aprender algo sobre o Antigo Testamento e teriam de aprender também o que significa Messias. Assim, não há nenhuma contradição em endereçar um evangelho para os gentios a fim de persuadi-los que Jesus é o Messias. Hendriksen (1973, p.34,35, tradução é literal e pessoal) argumenta que:

o autor teve preocupação em selecionar exatamente aqueles materiais adicionais, i.e., material não encontrado nos Sinóticos, assim há mais de treze assuntos peculiares no Evangelho de João para esclarecer a glória do Senhor, quer dizer, sua função messiânica e sua deidade – O casamento em Caná (2,11); a conversa com Nicodemos (3,16); a conversa com a mulher samaritana (4, 25.26); a cura de um paralisado em Betesda (5,17.18); a multiplicação de pães e peixes (6,40); o discurso sobre a água da vida (7,37.38); o discurso relativo a descendência de Abraão (8, 36-46); a cura do cego de nascença (9,38); o discurso sobre o Bom Pastor (10,30); a ressurreição de Lázaro (11,40); lava-pés dos discípulos (13,3); o discurso no Cenáculo e a Oração Sacerdotal (14 a 17); narrativas da Paixão e Ressurreição (20,28).

Assim pode perceber claramente a tentativa do autor em apresentar o propósito no seu escrito.

1.3 ASPECTO FILOLÓGICO DOS VERBOS *APOSTELO* E *PEMPO* NO EVANGELHO DE JOÃO

1.3.1 Os Verbos *Apostelo* e *Pempo* no Grego Clássico

Apostelo e *pempo* foram usados no período clássico da língua grega, tanto na fala, como na literatura. O significado básico destes verbos era ‘enviar adiante’ (RENGSTORF, 1976, p.398), tanto pessoas como objetos, quer no sentido figurativo como na realidade. De modo geral, os verbos eram usados diferentemente por apresentar significados variados. O verbo *apostelo* envolvia um comissionamento oficial, assim manifestava a autorização do mandante, reportando ao emissor, ao mesmo tempo ao enviado e aos objetos remetidos. Sendo assim, o verbo indicava mandar, mover, enviar e principalmente um comissionamento solene. Metzger afirma que “o verbo *apostelo* era usado raramente no grego clássico” (METZGER, 1993, p.41,42). E o referido autor nesta mesma obra cita que, o verbo *pempo* era mais

corriqueiro na linguagem popular, sugeria denotar uma simples ocorrência do dia a dia do ato de enviar, das atividades humanas.

1.3.2 Dados Numéricos de Uso dos Verbos *Apostelo* e *Pempo* no QE.

É imprescindível que demonstre a frequência numérica de uso dos verbos *apostelo* e *pempo* no evangelho de João, comparando com os evangelhos sinóticos. A constatação estatística do uso dos referidos verbos no evangelho de João, é estarrecedora e estimula a pesquisa, a fim de procurar entender o porquê e para quê deste uso peculiar do escritor.

A pesquisa na concordância grega do Novo Testamento de Gruyter (1987, p. 204-207, 1494-1496) constata que, em todo o Novo Testamento, o verbo *apostelo* aparece empregado 132 vezes e desses, é 28 vezes no QE. O verbo *pempo* ocorre 79 vezes em todo o Novo Testamento, sendo que desses, 32 ocorrências estão no QE, enquanto que o mesmo verbo aparece apenas 15 vezes nos Sinóticos. Curiosamente, a palavra *apostolo* é utilizada uma única vez no QE, em João 13,16.

1.3.3 Significado Geral dos Verbos *Apostelo* e *Pempo*

O verbo *apostelo* é composto da preposição *apo* “de” e o verbo propriamente *stelo* – “colocar em ordem, equipar, despachar” (ZODHIATES, 1992, p.237). Rengstorf (1976, vol.1, p.404, tradução é pessoal e literal): afirma que “*apostelo* é usado para apoiar o comissionamento no enviar. Quando Jesus o usa, tenta apontar a presença de Deus e sua atuação nas palavras e na pessoa do Enviado, destacando desta maneira a filiação de Jesus com o Pai na vinda ao mundo”.

Zodhiates (1992, p.237, tradução é pessoal e literal) assevera que:

no Novo Testamento o verbo *apostelo* é usado distintamente do *pempo*, como uma palavra técnica para exprimir a divina autorização, assim para pregar (Mc 3,14); falar (Lc 1,19); abençoar (At 3,26), etc. O mesmo verbo é ainda usado como – para enviar a algum negócio ou empreendimento (Mt 2,16), despedir (Mc 12,3-4); ceifar (Mc 4,29).

Moulton define o verbo *apostelo* assim: “dar prosseguimento com os enviados oficiais para um propósito, por exemplo em Mateus 11,10 “... eis ai eu envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante

de ti” (MOULTON, 1930, p.69). Por outro lado, Metzger (1993, p.41,42): analisa o verbo - “delegar, enviar alguém com poderes de julgar”. E faz valioso vínculo com a palavra hebraica correspondente *saliah* que significava: “alguém dotado de toda a autoridade para algum particular propósito e por limitado tempo para representar a pessoa ou pessoas de quem a delegação provém”. Os rabinos interpretando 1Samuel 25,40 diziam que um homem enviado é como se fosse ele mesmo. O mesmo sentido de *saliah*, hebraico se encerra na missão de Saulo de Tarso a Damasco com o objetivo de prender os cristãos (At 9,1.2), e também, mais tarde, no envio de Barnabé e Paulo a uma obra específica (At 13,2). Naturalmente, o envio de discípulos por Jesus, tem o mesmo caráter de *saliah*, e nesse comissionamento, a tarefa específica era proclamar o evangelho. No QE o *apostelo* é usado para destacar a filiação de Jesus com o Pai na vinda do Filho ao mundo. Isto implica, consequentemente na autoridade do Emissor no envio, assim, sem dúvida, o verbo *apostelo* originou a palavra *apostolos*. Sendo assim, o verbo *apostelo*, de modo geral, excetuando alguns casos específicos, era usado no Novo Testamento para significar o comissionamento, i.e., pessoas encarregadas e autorizadas oficialmente de funções, que implicava o emissor no propósito desta missão.

O verbo *pempo* se traduz de modo geral – despachar, enviar, pôr para fora. O termo se aplicava no envio de coisas (Mt 11,2; Lc 16,24). Ao verificar comumente, “o verbo era usado sinonimamente com *apostelo*. *Pempo* era mais comum no grego secular que enfatizava o mero fato de enviar” (ZODHIATES, 1992, p.1137). Examinando todo o Novo Testamento quanto ao uso destes dois verbos – *apostelo* e *pempo*, numericamente o verbo *apostelo* sobressai, sendo usado 132 vezes, em relação ao verbo *pempo* que é usado 79 vezes. No Novo Testamento, mui particularmente no QE, o uso destes dois verbos é bastante conflitante. De primeira mão, parece um emprego aleatório, como se posicionassem como simples sinônimos. No entanto, há diversos argumentos que tentam justificar, fundamentados em variados motivos no uso diferenciado dos verbos já referidos. Rengstorf (1997, vol.1, p.403) afirma que: “... em fechada proximidade com Deus usa *pempo*”. A pesquisa mais acurada, porém, nos mostra que quando Jesus joanino usa o verbo *pempo* falando do seu envio por Deus, para enfatizar que Deus é o Emissor, emprega as expressões – *pempo me* ou *o pempsas me pater* (RENGSTORF, 1997, p.405). Balz e Schneider (1994, vol.3, p.68) afirmam que “a expressão – *pempsas me pater* em 5,37 revela a teocentricidade cristológica da

revelação Pai-Filho”. De modo geral no QE o verbo *pempo* é usado por Jesus para confirmar a veracidade do envio, das suas obras, do seu poder, e das suas palavras como realmente derivado do Pai que o expediu, em outra palavra, é empregado para declarar a autêntica participação de Deus na emissão de Jesus. Fora das afirmações usadas por Jesus há apenas uma única expressão *o pempsas me baptizein en udati* usada por João Batista (1,33). Vale ressaltar que, no QE não há nenhuma frase de Jesus empregando o verbo *apostelo* para exprimir o envio d’Ele por parte do Pai.

1.3.4 Uso dos Verbos *Apostelo* e *Pempo* e sua Distribuição no QE

Aparentemente o escritor do QE “usa os verbos *apostelo* e *pempo* indistintamente como meros sinônimos. Como afirma a maioria dos examinadores do QE” (BALZ e SCHNEIDER, 1994, p.68). Assim, numa única frase de uma declaração com sentido semelhante, *apostelo* e *pempo* aparecem lado a lado (5,36-38 e 13,16). Ainda quando Jesus está explicando sua missão nos capítulos 5 e 6, o uso alternado de *apostelo* e *pempo* é quase proposital, como que para confirmar a sinonímia dos dois verbos. No capítulo onde o escritor fala da missão de Jesus em 5,23.24.30-37 é usado o verbo *pempo*, mas nos versículos 5,33. 36. 38, atribui-se ao verbo *apostelo*. No capítulo 6, versículos 38, 39, 40, 43 é usado o verbo *pempo* e nos versículos 29 e 57 é empregado o verbo *apostelo*. No entanto, há algumas observações que merecem ser destacadas. Quando o Enviado se dirige ao Emissor, i.e., ao Pai, em oração, só o verbo *apostelo* é usado – 11,42; 17,8.21.23 e 25.

Quanto à distribuição dos verbos *apostelo* e *pempo* no QE, pode-se observar a seguinte disposição. Nos capítulos 2,19 e 21 não são mencionados nenhum dos referidos verbos. Nos demais 19 capítulos restantes os verbos são utilizados – no envio dos levitas e sacerdotes (1,19 *apostelo*, 22 *pempo* e 24 *apostelo*); no envio de João Batista da parte de Deus como precursor de Jesus (1,6) *apostelo*, (33) *pempo*; 3,28 e 5,33 *apostelo*; no envio dos guardas para prender a Jesus (7,32) *apostelo*. Não como verbo, mas como substantivo próprio, no nome do tanque de Siloé, o escritor explica que o seu significado é “enviado” (9,7 *apestalmenos*); Marta e Maria na ocasião da doença do seu irmão Lázaro, quando enviam um mensageiro a Jesus (11,3 *apostelo*); Anás envia a Caifás Jesus maniatado para o julgamento (18,24 *apostelo*). Em alguns capítulos, o uso dos

verbos aludidos é mais frequente e isto parece ser proposital. Por exemplo, nos capítulos 5 e 17, os verbos em discussão, aparecem sete vezes respectivamente. No capítulo sete, os verbos são empregados seis vezes e nos capítulos seis e oito os verbos apontados surgem cinco vezes. As consequências e o uso destes verbos serão analisados no decorrer dos comentários quando estes surgem nos versículos em análise.

1.3.5 Sinônimos dos Verbos *Pempo* e *Apostelo* na Língua Grega

O estudo que inclui a análise de certos termos, naturalmente, precisa abordar alguns sinônimos que contenham uma significação semelhante para melhor e maior compreensão do conteúdo.

O grego é rico em sinônimos e os gregos faziam cuidadosa distinção no seu uso. Robertson (1934, p.175 e 176) dá uma pequena mostra da riqueza dos sinônimos gregos. A palavra *dikaïos* (justiça) comparada com *agatos* (bom), *hagios* (puro), *katharos* (limpo), *kalos* (bom), *osios* (santo), diante disso pode se obter um completo sentido desta palavra no NT sobre a bondade ou a justiça. Pode se verificar ainda, nos próprios evangelhos que Jesus dá o exemplo do uso de sinônimos. Em Marcos 10,18 Jesus usa a palavra *agatos* querendo expressar a ideia absoluta de bondade, mas em Lucas 23,50 *agatos* e *dikaïos* são usadas juntas. Robertson (1934, p.175,176, tradução é pessoal e literal), faz oportuno paralelo deste texto bíblico com a frase de Sócrates:

Em Lucas 8,15 *en kardia kalh kai agathos* – “coração bom e generoso” se aproxima ao uso comum de Sócrates – *kalos kai agathos*, sendo traduzido por formoso e bom. É a maneira grega de dizer – homem generoso, que nenhuma língua pode traduzir.

Por se tratar dos verbos *pempo* e *apostelo*, é preciso abordar alguns sinônimos dos verbos em pauta. Os verbos que serão abordados certamente não são sinônimos exatos, mas possuem conceitos teológicos correlatos, que são: *erxomai*, *katabainw*, *didomi*, *upagw*, *exerxomai*. Estes verbos esclarecem, completam e reforçam a ideia dos verbos em destaque – *pempo* e *apostelo*, ao Filho do homem que desceu do céu, abaixo é uma análise dos verbos acima mencionados:

Erxomai – “vir, ir”. Nos escritos joaninos o verbo *erxomai* é usado nas declarações da vinda de Cristo, de Deus, como aquele que é enviado – João 5,43; 7,28; 8,14; 9,39; 10,10; 12,47; 13,3; 16,28; 18,37, também possui o sentido de mover e chegar, ou alcançar um ponto – João 8,42 *oude gar ap emautou eleluta* – “não vim de mim mesmo”.

Katabainw – “descer”. No QE o verbo se refere ao Filho do homem que desceu do céu, e é o único capaz de subir – João 3,13. O verbo se aplica também à encarnação do Filho que veio ao mundo como o pão da vida, que dá a vida ao mundo – João 6,33. 41. 50. 51. 58.

Didomi – “dar”. Nos escritos joaninos o verbo *didomi* passa a ter significado teológico peculiar e o emprego com o significado literal é pouco frequente, restringe-se em alguns exemplos, tais como - João 1,12; 18,22. O sentido teológico de dar, representa a atividade divina de doar – “Porque Deus amou ao mundo [...] e deu o seu Filho”(3,16). Esta ação de doar, neste caso, é exclusivamente de Deus, manifestado em Jesus para a humanidade. Como se lê em 3,35 “O Pai ama ao Filho, e todas as coisas confiadas às suas mãos”. W. Popkes (*apud* BALZ & SCHNEIDER, 1990, v.1.p.322) cita: “O Pai deu todas as coisas para o Filho assim como ele traz a divina realidade para o mundo”.

Upagw – “ir”. O verbo é usado no QE 32 vezes. PROBST afirma que João sempre usa o verbo *upago* de maneira não clara e específica, por exemplo (3,8; 4,16;; 9,7; 11,44). Por outro lado,

há três esferas retóricas nas quais Jesus usa o verbo num estilo intencional ativo a) ‘irei para junto daquele que me enviou’(7,33) ou ‘vou para o Pai’ (16,10.17). b) ‘sei donde vim e para onde vou’(8,14; 13,3). c) ‘para onde eu vou vós não podeis ir’ (8,21.22; 13,33) ou como uma pergunta ‘para onde vais?’(13,36; 14,5). (PROBST *In*: BALZ & SCHNEIDER, 1990, v.3 p.394) (Tradução é literal e pessoal)

Exerxomai - sair. O verbo tem o sentido de: daquele de quem ou do qual sai com autoridade, por exemplo em João 13,3; 16,27.30; 17,8. O verbo ocorre 28 vezes no QE. É um verbo que expressa o movimento próprio, significando mudanças de lugar ou de um ponto de origem. É impressionante o uso do verbo na narrativa da semana pascal de 12,13 a 21,3, onde o verbo é aplicado 13 vezes.

Os sinônimos expostos acima cumprem o objetivo de esclarecer, completar e reforçar os significados dos verbos em questão. Assim, Jesus, o Filho, saiu da morada celestial para o mundo com a autoridade do Pai: “Eu vim em nome do Pai”

(Jo 5,43). De acordo com João 13,13, “Ora, ninguém subiu ao céu, senão aquele que de lá desceu, a saber, o Filho do Homem que está no céu”. O verbo descer expressa o único que tem condição de subir ao céu, porque desceu de lá. O sinônimo que dá mais ideia concreta ao envio do Filho é o verbo *didomi* – dar, em João 3,16 e 35: “Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho Unigênito [...] e todas as coisas tem confiado às suas mãos”. De acordo com o eterno plano de Deus de enviar o seu Filho, que veio ao mundo como Messias, mas retornaria ao Pai. Este retorno não seria uma mera volta ao Lar Paterno, mas seria as primícias da entrada, que possibilita a vida eterna dos crentes.

1.4 EXEGESE DE JOÃO 6,38

A perícopie em questão está inserida na narrativa da multiplicação de pães e peixes na margem do lago de Genesaré, no capítulo 6 do evangelho de João. O fato teria acontecido próximo à época da festa da Páscoa (6,4). Depois de ter curado o filho de um oficial em Cafarnaum (4,46-53) e no tanque de Betesda em Jerusalém, efetuou outra cura, desta vez, o parálítico que sofria desta enfermidade 38 anos (5,1-16). Depois disso, mais uma vez Jesus sobe à Galiléia. E as curas efetuadas despertam o desejo de uma grande multidão em seguir a Jesus, “Então, ele subiu ao monte e assentou-se ali com os seus discípulos” (6,3) e Ele compadecido (Mc 6,34) passou a ensinar e prosseguiu até o entardecer. Como o local é deserto e afastado do povoado (Mc 6,31) não dispunha de meios para alimentar a multidão, então, utilizou-se de recurso milagroso, multiplicando pães e peixes. “No dia seguinte” (Jo 6,22), a mesma multidão está à procura d’Ele, e desta vez, não é movido pelos sinais, i.e. pelas curas realizadas, mas induzidos por terem sido saciados pelos pães e peixes (6,26). Desta maneira, Ele inicia o discurso com o tema “Pão da Vida”, declarando enfaticamente: “Eu sou o pão da vida [...] porque eu descí do céu” (6,35-38).

1.4.1 O Verbo Descer

O verbo descer em grego é *katabainw*, descer de um lugar mais alto para um lugar mais baixo, i.e. dos céus para a terra. Em João, o verbo é usado

principalmente para o Filho do Homem que desceu do céu para se tornar o pão da vida, que envolve o tema da encarnação e redenção (FENDRICH, 1981, p.255).

Quando Jesus declarou ser “o pão da vida” seus ouvintes reportaram para a doação de maná no deserto por Moisés, dizendo que “Nossos pais comeram o maná no deserto [...] Que sinal fazes para que vejamos e creiamos em ti?” (6,30.31). Jesus apontou para a discrepância entre o maná e o Pão do céu. Primeiro, o povo atribui o sinal de doação do maná a Moisés, mas Jesus frisa que não foi ele, mas Deus (6,32); segundo, os que se alimentaram do maná morreram (6,49) e Jesus promete a vida eterna; terceiro, entre o maná e o Pão do céu não existe nenhuma semelhança (6,58). A questão não é o que Moisés fez no passado, mas o que Deus está oferecendo agora. O assunto não é o maná, mas o Filho Homem que se manifesta diante do povo, como o pão do céu (MICHAELS, 1994, p.39).

Filho do Homem – Jesus evita usar o termo “Messias” ou qualquer outro que fosse de encontro às aspirações de militância dos seus ouvintes. O título *Filho do homem* prestava-se muito bem aos seus propósitos; ele não era um valor corrente no vocabulário religioso ou político deles e, por isso, podia ter qualquer sentido que ele quisesse lhe dar. Ele diz que o Filho do homem é aquele que Deus firmou com o seu selo – isto é, que Deus indicou como seu representante autêntico e autorizado para dar este alimento que dá vida. (BRUCE, 1997, p.137. Tradução é literal e pessoal)

Na narrativa do espargir o maná no deserto, em Êxodo, é usado o verbo chover, com exceção de Números 11,9 que usa descer. O texto em Isaías 55,10 e 11, descreve a função da Palavra de Deus que é publicada, “assim como descem a chuva e a neve dos céus e para lá não tornam [...] assim será a palavra que sair da minha boca: não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz e prosperará naquilo para a qual a designei”. Tratando-se do verbo descer, a palavra está aludindo à descida de Deus no monte Sinai: “Depois de amanhã YHWH descera sobre a montanha do Sinai” (Ex 19,11-20), como a Palavra de Deus que desce através da sua boca (XAVIER, 1996, vol.2, p.110).

A importância do verbo descer neste capítulo é provada por repetir seis vezes, nos versículos: 33, 38, 41, 50, 51 e 58. Convém salientar que estas frases indicam a procedência e a exatidão da sua função como o doador da vida, e ainda mais, estas expressões comprovam a sua pré-existência como Filho do Homem, sua

encarnação e indubitável retorno para lá (LONGMAN III & GARLAND, 2007, vol.10 p.445).

João emprega o verbo *anabainw* como evidência segura com a ascensão de Jesus (At 2,34; Rm 10,6-7; Ef 4,8). Neste contexto religioso, o verbo se integra com *katabainw*, descer (Jo 3,3). Ambos os verbos explicam um movimento gerado no céu que se projeta à terra e vice-versa. O fato categórico é que Jesus vem de Deus e com certeza, volta a Ele.

Cristo como o Logos (Palavra) preexistente, liga o abismo entre o céu e a terra, e torna-se homem (Jo 3,13; cf. Pv 30,4; Jo 6,33, 38, 41, 42). Ao ser levantado da cruz, sobe para “onde primeiro estava” (Jo 6,62). Sua descida revela o amor do Pai; sua subida revela o poder soberano de Deus. Na sua descida, Jesus é o Revelador; na sua subida o Aperfeiçoador mediante o qual, seu povo recebe a paternidade do Pai e fraternidade do Filho (Jo 20,17). Na sua descida e subida, liga o abismo entre Deus e o mundo, entre a luz e a escuridão.” (COENEN e BROWN, 2000,p. 339, tradução é literal e pessoal).

O Filho do Homem que desceu, trouxe e oferece a dádiva do céu e este é o Pão Verdadeiro, aqueles que se alimentam dele jamais morrem e alcançam a vida eterna. “O verdadeiro Pão do Céu tem duas características: desce do céu e dá vida ao Mundo” (SCHNEIDER, 1976. vol.1, p.522). Aqueles que se apropriam dele tomam parte do ser pré existencial do Enviado e da sua natureza celestial. O Filho do Homem faz mediação do olhar de divino diante do mundo em trevas e é o único que tem acesso livre entre para cima e para baixo, entre a terra e o céu.

Pão e água são imagens universais de vida e este simbolismo na Bíblia são aplicados à salvação, à lei, às Escrituras, assim como na tradição rabínica o pão é um símbolo da Torah, desta maneira, comumente era chamado de “Pão”. No 5,35 João registra as palavras de Jesus: “Eu sou o pão da vida; o que vem a mim jamais terá fome; e o que crê em mim jamais terá sede”. Ele é o próprio pão, não um mero pão matéria, mas um pão verdadeiramente milagroso que se multiplica, assim ele é de fato, o dom de Deus mandado ao mundo, para alimentar e dar a vida, além disso, ele é o doador deste pão e doador da vida.

1.4.2 A Vontade de Deus

Esta parte se constitui de três termos chaves: fazer (é o verbo *poieo*), obra - *ergon* e vontade de Deus - *telema tou theou*. Estas palavras são fundamentais na doutrina do envio do Filho do Homem.

O verbo *poiew*, significa cumprir, executar, obedecer. O verbo “ênfatiza o objeto de um ato, continuidade e repetição de uma ação e pode referir-se para fazer uma coisa uma vez e para sempre”(TRENCH, 2000, p.380). João utiliza o verbo com muita frequência para registrar as atividades, principalmente os sinais - *semeion* que Jesus operava (2,11-23; 3,2; 4,54; 6,14-30; 7,31; 11,47; 12,18-37; 20,30).

Quando a multidão presenciou Jesus realizar a grande obra de saciar a fome de “cerca de cinco mil homens, além de mulheres e crianças” (Mt 14,21), pode visualizar em Jesus um novo Moisés e queriam praticar uma obra, de “proclamarem-no rei”, o verbo usado é *poiew*, isto é, fazer de Jesus um rei, que libertaria a multidão do jugo romano. Paralelamente, Jesus avistou esta multidão, um número suficiente, como um grupo de revoltosos vindo “com o intuito de arrebatá-lo para o proclamarem rei” (6,15), percebeu imediatamente a atuação de satanás e o motivo suficiente para aparentar a sedição política contra o governo dominante, “logo a seguir, compeliu Jesus os seus discípulos a embarcar e passar adiante para o outro lado” (Mc 6,45).

E também as obras - *ergon* de Deus que Jesus realizava (5,36; 7,3,21; 10,25,37,38; 14,12; 15,24; 17,4). Jesus exortou a multidão quando foi procurá-lo no dia seguinte, após ter se fartado de comer os pães e peixes: “Vós me procurais, não porque viste sinais, mas porque comestes dos pães e vos fartastes. Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna, a qual o Filho do Homem vos dará” (6.26-27). Aqui Jesus ordena que o povo mude radicalmente os seus objetivos e suas prioridades e realize as obras de Deus, isto é, trabalhe *ergázeste* por algo que perdure para a eternidade e não pelo pão que sacia hoje fisicamente, se acaba e faz-se necessário buscar continuamente. No capítulo 4, na narrativa com a mulher samaritana, há um paralelo de argumentos, quando o Senhor oferece-lhe a água preciosa: “Quem beber desta água tornará a ter sede; aquele porém, que beber da água que eu lhe der nunca mais terá sede; pelo contrário, a água que eu lhe der será nele uma fonte a jorrar para a vida eterna” (Jo 4,13.14). “Há dois tipos de comida no capítulo 6 - a comida que perece e a que permanece para sempre; e dois tipos de água no capítulo 4 - água que não sacia a sede e a que torna-se em uma fonte eterna” (LONGMAN III & GARLAND. 2007, p.

445.) As Escrituras se completam, quando Jesus arguiu contra Satanás, dizendo: “Não só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Mt 4,4; cf. Dt 8,3). O Filho do Homem que oferece o pão que gera a vida eterna, ao mesmo tempo, Ele mesmo é este pão do céu.

Outro contraste que deve ser citado encontra-se no 6, 28, ocasião em que o povo pergunta a Jesus – “Que faremos para realizar as obras (*ta erga* – plural) de Deus?” Os verbos empregados são familiares – que faremos (*poieo* – realizar) [...] as obras, (*ta erga* – plural)”. E a resposta de Jesus é – “A obra (*ton ergon* - singular) de Deus é esta: ”(6,29). A multidão pergunta pelas obras e Jesus responde por obra, quer dizer: o povo pensa realizar muitas obras de Deus e Jesus apresenta apenas uma! “Que creiais naquele que por Ele foi enviado”.

O terceiro item da obra, é realizar a vontade de Deus. A expressão “fazer a vontade do Pai” - *poiein tó télema tou Theou*, desempenha um papel especial e fundamental neste evangelho e ocorre nos momentos cruciais de Jesus (4,34; 5,19, 27,30; 8,28-29; 9,33; 14,31).

Esta verdade é muito comumente expressada em João com grande profundidade cristológica. João une isto com o Emissor (4,34; 5,30; 6,38; 7,16). Aquele que é enviado como instrumento de Deus é aquele que produz e media a vontade dEle que o enviou. Ele é aquele que totalmente recebe e aquele que totalmente distribui. Ele simplesmente ouve e executa. Ele é verdade, naturalmente, estes ditos acerca da vontade do Emissor são unicamente uma porção do que João tem a dizer acerca da filiação de Cristo. [...] Cristologia de João é simplesmente vontade, atos e obediência do Filho. Portanto o Pai mostra-lhe todas as coisas e Ele ouve as palavras de Deus. Sua constante abertura para a vontade do Pai, pelo que Ele revela para ser o Filho. Neste contexto, a frase, a vontade d’Ele que o enviou é mais compreensível descrição do ser e obra do Filho. De acordo com João 4,34 seu significado da vida e alimento para fazer a vontade daquele que o enviou. Há aqui exata correspondência entre “fazer a vontade” e “executar a obra”. A vontade é feita pela execução do trabalho. As bases, poder e objetivo da vida do Filho são para serem fundamentados numa efetiva execução”. (SCHRENK, 1964, Vol. III, p. 55, tradução é literal e pessoal)

Entende-se por vontade - *télema*, aquilo que alguém quer fazer. “Disse-lhes Jesus: A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra”. Seu alimento é fazer a vontade daquele que o enviou. Há aqui exata correspondência entre “fazer a vontade” e “executar a obra”. A vontade é feita pela execução do trabalho. As bases, o poder e o objetivo da vida do Filho são para serem fundamentados numa efetiva execução completa da obra incumbida pelo Emissor.

A relevância está no 5,19 “Então, Ihes falou Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que o Filho nada pode fazer de si mesmo, senão somente aquilo que vir fazer o Pai porque tudo o que este fizer, o Filho também semelhantemente o faz”. Há comentaristas como Barrett (1978), Morris (1995), Robertson (1960) interpretam que Jesus copia ou o reflexo do Pai, isto parece tão autômato e mecânico, no entanto o texto é categórico e claro em afirmar que o Filho age de acordo com o que Ele vê o Pai fazer. Não é simples automatismo, mas unicamente, obediência absoluta. Outra explanação desta sintonia se deve ao fato de o Pai habitar plenamente no Filho com uma profunda consciência de comunhão, da “semelhança da sua natureza” (MORRIS, 1995, p.277), em perfeita harmonia. A iniciativa deste processo de submissão do Filho pertence ao Pai e ao Filho cumpre tão somente obedecer. “O Pai deve mostrar ao Filho o que deve fazer, ao Filho cabe seguir o exemplo do Pai” (BRUCE, 1997, p.119). Esta relação mítica é explicada no versículo 26 “Porque assim como o Pai tem vida em si mesmo, também concedeu ao Filho ter vida em si mesmo”.

João indica explicitamente que Jesus cumpre estritamente a vontade e as obras que o Pai incumbiu, assim as obras do Pai e do Filho andam juntas, porque ambos são um (10,30; 14,10). O enviado não age segundo a sua vontade (5,30; 6,38), mas a vontade Pai é realizada na obra do Filho, assim Jesus é o portador da vontade de Deus. Cumprir a vontade do Pai é intenção suprema de Jesus e sua vinda ao mundo, verdadeiramente, é o sustentáculo a sua vida. A base, a satisfação e a motivação fundamental de sua vida na terra “Disse-Ihes Jesus: A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra” (4,34).

1.4.3 O Enviado

O verbo enviar (neste versículo é usado o verbo *pempo*), era mais frequente no grego secular, para salientar o simples fato de enviar na iniciativa humana (METZGER, 1993, p.41 e 42). Zodihiates (1992, p.1137) tem definido da seguinte maneira: “O verbo é usado no envio de pessoas como mensageiro ou embaixador e em fechada proximidade com Deus”.

Conforme o versículo 28 e 29 do capítulo 7 Jesus disse: “Vós não somente me conheceis, mas também sabeis donde eu sou; e não vim porque eu, de mim mesmo, o quisesse, mas aquele que me enviou é verdadeiro, aquele a quem vós não conheceis. Eu o conheço, porque venho da parte dele e fui por ele enviado”. O

que Ele tenta destacar é que não veio por iniciativa própria, mas foi enviado, e faz o que o Emissor manda e enfatiza este fato repetindo o verbo, mais cinco vezes (5,30; 8,28-29; 8,42; 12,49; 14,10). Ele acentua que veio, esvaziando-se a si mesmo da sua sabedoria, do seu propósito, das suas próprias virtudes e com a autoridade delegada pelo Pai (cf. Fp 2,6-8). É importante destacar o verbo conhecer – *oída*, nestes versículos porque João usa quatro vezes para evidenciar o fato de o Filho conhecer a Deus, contrastando com o conhecer dos homens (7,27). Este conhecimento é adquirido pela observação e pela experiência prática, da comunhão com o Pai. A expressão “venho da parte dele” tem a ideia de origem ou fonte, em outra palavra, a sua pré-existência. Jesus conhece a Deus, porque Ele era Deus, tem o ser de Deus n’Ele e procede de Deus – “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem, o revelou”(1.18). No interpretar de Bultmann (1971, p.298): “conhecimento do seu comissionamento”.

Há outra declaração de Jesus no que diz respeito ao seu envio, em 8,42: “Replicou-lhes Jesus: se Deus fosse, vosso pai, certamente me havíeis de amar; porque eu vim de Deus e aqui estou; pois não vim de mim mesmo, mas Ele me enviou”. Esta ousada expressão de Jesus: “vim de Deus” – *ek theou exelton*, envolve dois conteúdos teológicos de suma importância – pré-existência de Jesus e a sua encarnação. Barrett (1978, p.348) faz interessante comentário: “Seu ministério tem importância não em alguma sabedoria ou virtude própria, (nem mesmo milagroso nascimento), mas o fato de que Ele foi delegado pelo próprio Deus”.

Do que tem sido afirmado até agora, pode se deduzir que o “envio”, isto é, a ação de enviar é um conceito chave e uma ação imprescindível à obra da revelação, e conseqüentemente à obra da salvação. O pai neste contexto tem total autoridade no comissionamento do Filho e tem controle sobre Ele, como instrumento da sua vontade e executor da sua obra. Assim, conclui-se que o Filho não possui outro propósito, nem plano próprio, mas Ele é unicamente o portador do encargo “Porque eu não tenho falado por mim mesmo, mas o Pai que me enviou, esse tem me prescrito o que dizer e o que anunciar” (12,49), a expressão – prescrito em grego é *entolen* – “encargo, comissão, ordem”, i.e., tarefa incumbida ao Filho pelo Pai. Justamente, mais tarde, na grande comissão, este Filho do Homem, envia seus discípulos a realizar a obra de Deus, para dar continuidade na obra do Pai.

O texto em 10,36, Jesus declarou: “Então, daquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo, dizeis: Tu blasfemas; porque declarei: Sou Filho de Deus?”

Segundo estas palavras, o Enviado antes de tudo é santificado. O verbo traz ideia de colocar à parte ou separar e fazê-lo apropriado para um propósito santo (Ex 29,27.37.44). É um verbo tipicamente escriturístico e próprio para descrever Jesus que era enviado para executar na terra um supremo propósito como mensageiro, assim o mesmo verbo era usado para instituição do sábado (Ex 20,11); consagração do tabernáculo e seus pertences (Lv 8,10); erguimento do altar (Lv 16,19). Champlin (s.d. p.454) interpreta que a santificação implica em três aspectos: 1) Ela é a confirmação da missão messiânica de Jesus; 2) Ela confirma a sua autoridade; 3) Ela demonstra sua real e divina filiação”. Assim a santificação e o posterior envio do Filho pelo Pai são a comprovação da suficiência de garantia e a confirmação do selo de Deus (6,27). Barclay (1965, p.89) acrescenta dois fatos: 1) Ele era separado por Deus para uma tarefa ou propósito específico; Ele foi colocado à parte e foi feito diferente de outros homens porque foi dada uma missão especial. 2) a segunda razão é que Ele foi enviado ao mundo. Ao proclamar esta função afirmou que não veio d’Ele mesmo, mas veio de Deus para executar a sua ordem.

Outro versículo que apoia o envio de Jesus está inserido no meio da narrativa do lava-pés em 13,16 “Em verdade, em verdade vos digo que o servo não é maior do que o seu Senhor, nem o enviado, maior do que aquele que o enviou”. Jesus cita o provérbio bem conhecido, cuja forma mais usada encontra-se em Mateus 10,24,25 “O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo, acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como seu Mestre, e ao servo, como o seu senhor”. Se Jesus como Senhor, i.e., *kúrios*, não se considerou indigno de se submeter a executar a tarefa servil de um escravo sem perder autoridade diante dos discípulos, porque eles se considerariam desprezíveis de prestar o serviço de lava-pés uns aos outros? E outras tarefas mais que poderiam sobrevir como seguidores de Cristo. Naquela época, a humildade era desprezada e não era considerada como uma virtude; mas Jesus a fez como distintivo dos discípulos. O que Jesus está tentando atingir, é corrigir a atitude que Ele quer fazer diferença nos discípulos e que esta postura de humildade se constituísse como base permanente de obrigação do labor mútuo e de serviço na e para a comunidade, que é imposta para todos os cristãos.

Jesus emprega a palavra *doulos* que é “escravo”, para relevar a natureza incondicional do dever de servir a Deus e transmitir esta mensagem tão sublime, de sacrifício voluntário e de serviço de solidariedade. Assim, o Senhor deixou “o

exemplo” (13.15), tanto na forma de instrução como na forma de modelo vívido. O escravo estava no nível social mais baixo tanto para judeus como para gregos e romanos. Os escravos eram propriedade particular como bens móveis do seu senhor. Não tinham direito à lei, não podiam possuir propriedades, esposas e filhos pertenciam portanto ao seu patrão; não tinham acesso sequer à genealogia, e desse modo não havia nenhuma possibilidade de regularizar a sua origem. Naturalmente, não possuíam qualquer vontade ou auto-expressão, cabia-lhes fazerem exatamente e somente o que o senhor ordenasse. Escravo existia somente para servir, e só esperava receber a responsabilidade do serviço e nenhuma recompensa ou reconhecimento lhe era dado. Portanto, o escravo poderia perfeitamente exercer apenas o que fosse ordenado pelo seu senhor. A finalidade teológica do uso da palavra escravo, particularmente aqui, é para salientar que os cristãos pertencem ao Senhor Jesus, como seu escravo, oferecidos e dedicados ao Senhor Salvador ressurreto e exaltado. No episódio do lava-pés Jesus se fez escravo (Fp 2,6), assim se colocou na posição mais baixa de submissão ao Pai, a fim de cumprir a sua missão de maneira inquestionável. Na visão de Jesus, somente esta atitude e exemplo de escravo seriam adequados para abrir-lhes os olhos e guardá-los da ilusão e da vaidade no cumprimento da missão do Messias.

1.4.4 Remate de Exegese

O capítulo 6 em destaque narra o milagre da multiplicação de pães e de peixes, onde Jesus se encarna como o Pão da Vida, assim aqueles que se alimentam d’Ele alcançam a vida eterna (6,40). O Pão é oferecido a quem deseja, assim apropriar-se da dádiva de Deus aos homens, como se sucede com a oferta exibida em muitas religiões. Porém, este Pão difere e se torna, não somente o Pão propriamente de fornecer a vida, mas também, é Doador, isto é, quem distribui, e qualquer um pode obter esta dádiva de Deus por meio d’Ele.

Jesus realizava as obras de Deus, os sinais e milagres e acima de tudo, fazendo tão somente a vontade de Deus. Contrariamente, a multidão que queria fazer de Jesus o Rei. Nota-se que João utiliza o mesmo verbo da realização da vontade de Deus por Jesus. E o povo ainda indagou a Ele, quais as obras que deveriam executar para lograr a vontade de Deus, e Jesus adverte ao povo que se empenhe em obras que perdurem para sempre.

O Filho do Homem é obediente e submisso ao extremo, ao declarar que Ele não tem vontade própria (12,49). Parece um autômato ou uma máquina, mas Ele é mais do que isto, é um escravo submisso à vontade do Emissor! Esta é uma lição tremendamente dura à qual os judeus murmuram (6.41) e não aceitou se submeter: “à vista disso, muitos dos discípulos o abandonaram e já não andavam com ele” (6,66). Contrariamente, os doze ou melhor os onze, representados nas magníficas declarações de Pedro, declaravam: “Senhor, para quem iremos nós? Tu tens as palavras da vida eterna; e nós temos crido e conhecido que tu és o Santo de Deus” (6.68,69).

Como o aspecto do Mensageiro baseado no verbo enviar encontram-se seguintes propriedades do Enviado: Ele tem um conhecimento inusitado de Deus, porque Ele é Deus – “O Verbo era Deus”(1,1); é enfatizado afadigadamente neste evangelho que Ele veio de Deus. Esta é a razão e condição fundamental de ser o Enviado de Deus; pelo fato de conhecer e ter vivenciado com Deus é potencializado a ser o Revelador por excelência do Criador; de acordo com o seguimento do cerimonial do Antigo Testamento o Enviado tinha de ser santificado – santificado ao ser designado pelo Pai como o seu Enviado, ao nascer, na circuncisão, no batismo, no monte da transfiguração, no jardim do Getsêmani, na crucificação, na ressurreição e finalmente na ascensão; acima de tudo o Enviado tinha de ser humilde ao extremo, como escravo.

Feita a análise exegética do texto fundamental, i.e., João 6,38, que tenciona clarear e introduzir a exposição da dissertação, assim prossegue propriamente a tratar da pessoa e obra do Enviado.

2 PESSOA E OBRA DO ENVIADO

2.1 PERFIL DO ENVIADO

Para discorrer sobre a “Teologia do enviar no evangelho de João” é preciso que se focalize sobre o perfil do Enviado e é indispensável que se refira sobre traços evidentes e tarefas próprias do Enviado, baseados no Evangelho de João, que tenham vínculos com o verbo enviar. A palavra perfil pode lembrar: delineamento, feição, contorno, linha, visão lateral ou representação gráfica. No entanto, o termo que se aplica melhor neste caso, por se tratar da descrição ou da informação do Enviado de Deus, seria: “informação concisa sobre a vida de alguém apto para determinado posto, encargo ou responsabilidade” (HENDRIKSEN, 1953, p.31). Das 60 referências bíblicas no Evangelho de João onde ocorre, quer o verbo *apostelo* ou *pempo*, foi distinguido quatro textos que encerram o verbo enviar e que descrevem acerca da pessoa do enviado, seguindo uma certa sequência lógica na pessoa do Enviado, que são: 7,28 e 29; 8,42; 10,36 e 13,16.

2.1.1 Conhecimento do Enviado sobre o seu Emissor

João 7,28 e 29 “Jesus, pois, enquanto ensinava no templo, clamou dizendo: Vós não somente me conheceis, mas também sabeis donde eu sou; e não vim porque eu, de mim mesmo, o quisesse, mas aquele que me enviou é verdadeiro, aquele a quem vós não conheceis. Eu o conheço, porque venho da parte dele e fui por ele enviado”.

O Enviado comparece à Festa dos Tabernáculos e no Templo ensinava. E alguns habitantes de Jerusalém estranham ao verem Jesus ali e comentam o fato de estar ensinando livremente, enquanto que as autoridades religiosas intentavam matá-lo, por causa da declaração de que Deus era seu Pai e se igualava a Deus (5,18). Eles questionavam a veracidade de Jesus como Messias: “Porventura reconhecem verdadeiramente que este é de fato o Cristo? (7,26). Esta observação do povo provoca crítica acirrada das autoridades judaicas sobre a autenticidade de Jesus como o Enviado de Deus. Suas censuras baseiam-se numa crença judaica acerca da vinda do Messias – “Nós, todavia, sabemos donde ele é;

quando porém, vier o Cristo, ninguém saberá donde ele é” (7,27). Diante da alegação baseada em crenças, Jesus passa a ensinar sobre a característica fundamental do Messias que há de vir. O autor do livro, ao descrever este quadro do ensino de Jesus usa o verbo *krazw* - excluir. Este verbo aparece uma única vez nos Sinóticos, usado por Jesus, na ocasião da crucificação (Mt 27,50). João o usa quatro vezes, três vezes por Jesus mesmo (7,28. 37; 12,34), e uma vez por João Batista (1,15). Barrett esclarece que o verbo é usado “para introduzir solene e público pronunciamento” (BARRETT, 1978, p.322). Balz acrescenta algo mais sobre o uso do verbo: “Em contraste com os Sinóticos, em João, o verbo introduz o testemunho de Jesus mesmo. Este clamor é para ser compreendido como uma proclamação da autoridade profética” (BALZ, 1994, p.313). O uso do verbo neste contexto é perfeitamente adequado, porque Jesus estava ensinando no Templo, acerca da identidade do Messias.

Há esclarecedora informação sobre o Messias neste contexto: “Segundo a teoria clássica judaica, o Messias deveria ter origem desconhecida, somente uma milagrosa e súbita queda neste mundo poderia autenticar o homem de Deus, enviado para instaurar o reino” (LÉON-DUFOUR, 1996, p.163). Por causa desta crença, as autoridades religiosas questionam a autenticidade da pessoa de Jesus como Messias, enviado por Deus e assim o rejeitam: “Nós todavia, sabemos donde este é, quando, porém, vier o Cristo, ninguém saberá donde ele é” (7,27). Assim as autoridades religiosas desqualificam a Jesus como enviado de Deus, por saberem que Ele é da Galiléia, e conhecerem os seus familiares. Mediante esta crítica dos judeus, Jesus responde, até certo ponto, confirmando o teor da acusação: “Vós não somente me conheceis, mas também sabeis donde eu sou (7,27)”. O objetivo principal deste ensinamento, era desfazer a crença da vinda misteriosa e fantástica do Messias, em que os judeus se baseavam.

O que Ele tenta destacar a seguir, é o fato de que Ele não veio por iniciativa própria – “não vim de mim mesmo”. Nos versículos 28 e 29, Jesus insiste quatro vezes no fato do envio pelo Pai – “Não vim de mim mesmo ... me enviou ... venho da parte dele ... fui enviado”. Estas expressões são repetidas mais cinco vezes em João – 5,30 “Eu nada posso fazer de mim mesmo”; 8, 28,42 “ ... que nada faço por mim mesmo ... não vim de mim mesmo”; 12,49 “Porque eu não tenho falado por mim mesmo”; 14,10 “As palavras que eu vos digo não as digo por mim mesmo”. Ele acentua que veio esvaziando-se a si mesmo da sua sabedoria, do seu propósito, das

suas próprias virtudes e sim, com a autoridade delegada pelo Pai. Jesus se apresenta desta maneira, isto é, vai e vem da Galiléia, fazendo questão de se expor e revelar os seus familiares ao povo, tentando insistentemente desfazer a crença da aparição fantasiosa do Messias ao mundo, como eles criam. Esta repetição era a pretensão fundamental de Jesus. Sua autenticidade messiânica se firmava no fato de ter sido enviado e o Emissor que dá significação na sua missão. Agir conforme seus próprios pensamentos e suas próprias iniciativas seria inadequado à sua natureza como Messias.

No versículo 28 há um adjetivo que merece um comentário *aletinos* – “verdadeiro”. Vincent define como “um genuíno Emissor no mais alto sentido da palavra (1,9; 8,26) (VINCENT, s.d. p.161). Jesus não está dizendo simplesmente que aquele que enviou é verdadeiro, mas afirma que Deus é fiel e real. Dizendo de maneira contemporânea, seria: “Ele é realmente aquele que enviou a Jesus”. O adjetivo “verdadeiro” pode ser traduzido adverbialmente baseado no que Brown (1966) comenta que *aletinos* é tomado adverbialmente. Códex Sinaíticos e P66 lê: ‘Aquele que me enviou é verdade (ou verdadeiro); esta leitura pode estar sob a influência do 8,26’ (BROWN, 1966, p.313). Barrett (1978, p.323) observa assim: “É uma fórmula joanina comum, mas as palavras carregam uma importância – Jesus aponta para fora dele mesmo, para um, que o enviou como em 20,21 ‘O Pai me enviou. Este Emissor embora invisível, não é imaginário, mas real”.

Um dos destaques nestes dois versículos está no verbo *oida* - “conhecer”, conhecer alguém, ser informado ... tratando-se de pessoa. Este verbo aparece quatro vezes nos dois versículos em exame. O que Jesus está querendo patentear, é o fato de o Filho conhecer a Deus, contrastando com o conhecer a Deus dos homens. Este verbo aparece 84 vezes em João. Exegetical Dictionary of the New Testament esclarece que era “um verbo inceptivo (algo a ser encorajado, a fazer alguma coisa) representando a aquisição do conhecimento resultante da faculdade prática do conhecimento.” (BALZ, 1994, p.494). Originalmente, o verbo expressava ter visto com os olhos da mente. No grego clássico denotava a aquisição do conhecimento teoretical (prática experimental). “Este conhecimento era baseado na observação. É um discernimento puramente mental, separado da experiência por si. Em João *oida* em contraste com *guinosko*, sempre estava designado um intuitivo ou um certo conhecimento”(BALZ, 1994, p.494). Secsemann esclarece sobre o significado e o uso do verbo *oida* - conhecer: “Para descrever a mesma condição da

unidade de Jesus e Deus, João usa o verbo *ginosko* – saber, também da mesma maneira, o verbo *eidenai* – saber, especialmente repetida declaração de Jesus pelo fato de Ele ter conhecimento de, ou conhecer a Deus – 7,28,29; 8,55. Este conhecimento não é abstrato. Em João 7,28 este conhecimento é meta ou propósito da sua missão” (SECSEMANN, 1964, v. IV, p.118). Bultmann (1971, p.298) adiciona a seguinte interpretação do verbo em referência: “O conhecimento de Deus não consiste em algum tipo de teologia mitológica ou especulativa, mas simplesmente no conhecimento do seu comissionamento”. O que Jesus está questionando com as autoridades religiosas judaicas que tanto arrogam em dizer que tem conhecimento de Deus, que “... a prova da realidade do conhecimento sobre Deus, permanece no seu conhecimento acerca de Jesus...ignorância sobre Jesus deriva-se da ignorância de Deus...por sinal, manifestada em reconhecer a Jesus” (BULTMANN, 1971, p.298). Se os judeus tivessem o verdadeiro conhecimento de Deus não teriam rejeitado a Jesus. A vontade de Deus é reconhecida não só através da Lei, mas principalmente, através de Jesus. Se os judeus não reconheceram quem é Jesus, isto se deve ao fato de que eles não compreenderam realmente a Lei. Eles não conheceram a Deus, que deu a Lei. Conclui-se que, se eles tivessem o verdadeiro conhecimento de Deus não teriam rejeitado o seu Filho – “Se Deus fosse de fato vosso Pai, certamente, me havíeis de amar” (8,42). A presença de Jesus serve de teste do conhecimento de Deus. A implicação é que, aqueles que reconheceram quem é Jesus realmente, conhecem a Deus. Aqueles que não discernirem quem Jesus é, não podem conhecer a Deus.

Nos Sinóticos há um texto que confirma este axioma – “Ninguém conhece o Filho, senão o Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho” (Mt 11,27; Lc 10,22). Este conhecimento que Jesus denomina de verdadeiro, procede da sua comunhão com o Pai – “Porque venho da parte dele” - “parte dele” tem a ideia de origem ou fonte. Jesus conhece a Deus, porque Ele era de Deus, tem o Ser de Deus e procede d’Ele – “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem, o revelou” (1,18). Eis o que parece ser o primeiro perfil do Enviado que João revelou. Uma das importantes características do Messias é que Ele conhece íntima e vivencialmente o seu Emissor. Este conhecimento pré-existencial é demonstrado em diversas referências, principalmente no capítulo 8 “...dele ouvi” (v.26); “ ... O Pai me ensinou” (v.28); “...vi junto de meu Pai” (v.38). Esta convivência pré-encarnada “no seio do Pai” (1,18) que autentica verdadeiramente Jesus como Messias.

2.1.2 O Enviado Veio de Deus

João 8,42 “Replicou-lhe Jesus: se Deus fosse, de fato, vosso Pai, certamente me havíeis de amar; porque eu vim de Deus e aqui estou; pois não vim de mim mesmo, mas ele me enviou”. Estas palavras são resultado do discurso começado sobre a sua retirada do mundo, “...vou retirar-me, e vós me procurareis” (v.21). Os judeus procuraram defender-se da condenação impetrada por Jesus e alegaram ser os descendentes de Abraão, para o que Jesus argumentou-lhes que eles deveriam conduzir-se para honrar a pretendida filiação. E continuou discorrendo sobre a sua vinda despojada de si mesmo, e o cumprimento da ordem no envio pelo Pai. Jesus insiste em empregar os termos “Pai” e “Filho” no sentido ético espiritual. Filhos são aqueles que apresentam carácter e qualidades do Pai. Os judeus afirmavam ser filhos de Abraão no sentido físico, e de Deus por adoção. Jesus não nega a afirmação dos judeus de que eles sejam descendentes de Abraão. Esta declaração dos judeus de Deus ser o Pai, é baseada em Malaquias 2,10 “não temos nós todos o mesmo Pai ?” E o que ele questiona é a sua aplicabilidade desta filiação. Ele está condenando a pretensão filial por mera descendência sanguínea, e está salientando também o aspecto espiritual em que se evidencia a semelhança e conduta como filhos do Pai. O que Ele tão veementemente rebate é a necessidade de os judeus demonstrarem a única prova da filiação que é a semelhança com o próprio Pai, e a manifestação das qualidades em fazer a vontade do pretense Pai.

Outra prova real e incontestável desta filiação é amar a Jesus. Conforme o versículo 39 “Se sois filhos de Abraão, praticai as obras de Abraão”. Uma vez que os judeus se ufanavam de ser descendentes de Abraão e ter a Deus como Pai, deveriam muito mais amar a Jesus. Porque no sentido verdadeiro Jesus é o “Filho Amado” (Mt 3,17). Assim logicamente, era de se esperar dos que se diziam ser filhos de Deus, eles deveriam: 1) fornecer a prova disto pelo reconhecimento de Jesus como seu Filho, e 2) evidenciar a sua filiação por amor a Jesus e a Deus (1Jo 5,1).

“Vim do Pai” (16,28) “Esta frase expressa a conduta indispensável da comunhão pré-existente com Deus” (DODS, s.d., p.779). E veio ao mundo através de encarnação. O verbo *eko* “ter vindo e estou aqui” enfaticamente está no tempo presente, mas tem o sentido do pretérito perfeito, significando: ‘cheguei e aqui estou’ (4,47; 1Jo 5,20). Léon-Dufour (1996, p.207) comenta que “existe emprego do termo nos papiros, para expressar a aparição súbita de uma divindade ou um profeta divino

numa solene manifestação: ‘Sou eu Deus ou o Filho de Deus ou um Espírito divino e aqui estou’ (WB6 698; Mt 24,50; Lc 12, 46; 15,27; Hb 10,7,9)”,

O perfil do Enviado destacado, está na sentença de João 8,42 – “Pois não vim de mim mesmo, mas ele me enviou”, expressão que é repetida em 7,28 com o mesmo significado. O teor deste discurso é a característica marcante do QE (5,19.30). Os judeus sempre tratavam a Jesus como um vão pretense Messias; um que veio de si mesmo, do seu próprio intento ou consentimento. Contudo, Jesus veio de seu Pai, como ele mesmo diversas vezes afirmou: “ele me enviou”. Barrett (1978, p.348) acrescenta: “seu ministério tem importância não em alguma sabedoria ou virtude própria (nem mesmo milagroso nascimento 8,41), mas no fato de que Ele foi delegado pelo próprio Deus”. Sua vinda foi a ação de Deus e conseqüentemente o ser divino flui n’Ele (7,17).

No evangelho de João, “a palavra ‘Pai’ aparece 135 vezes, dessas, 115 vezes se aplicam como um termo para Deus (o Pai, meu Pai, ó Pai)” (SCHRENK, 1964, p.996). A expressão “nosso Pai”, a exemplo da Oração do Pai Nosso, não ocorre neste. A frase “vosso Pai” no sentido absoluto também, só ocorre uma única vez em 20,17, onde a palavra denota o novo status dos discípulos depois da ressurreição de Jesus. Em 8,42 empregam-se as palavras “vosso Pai”, referindo-se a Deus. “Mas o seu uso é questionado, porque no versículo 38 ‘vós’ se refere a Abraão” (SCHRENK, 1964, p.996). É também notável que a frase “Pai dos céus” não aparece. O Pai, no Evangelho de João, é o Autor e Doador da revelação e o Filho é o Revelador desta mensagem. Deus invisível manifestou-se através do Filho ao mundo, que está em mais íntima comunhão com Deus (1,18), e que veio comissionado pelo Pai (5,43), cuja vontade e plano ficam nas mãos do Emissor e o Enviado executa e sustenta todo o evento salvífico do projeto do Pai. A profundidade desta comunhão é adicionada pelo conceito da convivência da pré-encarnação do Filho que se encarnou. João é o primeiro evangelista a dar a íntima afinidade de Jesus com ênfase sobre a eternidade. Somente Jesus tinha condição única de ser enviado, por causa da extraordinária e entranhada comunhão com Deus, e pode ser descrito assim: “ O Verbo estava com Deus ... ninguém jamais viu a Deus; e o Deus unigênito, que está no seio do Pai” (1,1.18). “O que está no seio do Pai”, não se refere a uma simples cena, mas para o que tem sido sempre e sempre é, e está sendo para sempre.

Do que tem sido afirmado até agora, pode se deduzir que o “envio”, i.e., a ação de enviar é um conceito chave e uma ação imprescindível à obra da revelação, e conseqüentemente à obra da salvação. O Pai neste contexto tem a autoridade absoluta no comissionamento do Filho e tem o controle sobre Ele como instrumento da sua vontade e executor da sua obra. O Filho não possui outro propósito, nem plano próprio. Ele é unicamente portador do “encargo” do Pai (12,49). A missão do Filho é descrita de maneira impressionante em 10,36 “... a quem o Pai santificou e enviou ao mundo”. O Filho amado foi colocado à parte para uma missão e foi enviado ao mundo para executá-la. O princípio da paternidade como relacionamento fundamental de Jesus com Deus, é o verdadeiro âmago do conflito entre Jesus e os judeus. De acordo com 5,18 “... os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não somente violava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus”, e em 19,7 “Responderam-lhe os judeus: Temos uma lei, e, de conformidade com a lei, ele deve morrer, porque a si mesmo se fez Filho de Deus”. A causa da morte de Jesus foi porque ele se fez Filho de Deus e se fez igual a Ele. A diferença principal entre Jesus e os judeus é que Jesus conhecia o Pai e os judeus nada conheciam do Filho de Deus, nem do Pai. A incapacidade dos judeus de “conhecer” e “saber”, é registrada várias vezes no Evangelho - 5,37; 7,28; 8,19. 54; 15,21.23; 16,3; 17,25. Os judeus queriam reduzir Jesus a um mero homem, em vez de aceitá-lo como Messias e queriam mantê-lo como um simples morador da casa de seu pai em Nazaré - “E diziam: Não é este Jesus, o filho de José ? Acaso não lhe conhecemos o pai e a mãe?”(6,42). Isto tudo tinha por objetivo anular a visão da sua missão. O fundamento escriturístico dos judeus, é: “Temos um Pai, que é Deus”(8,41) se baseia em Malaquias 2,10 – “não temos nós todos o mesmo Pai ?” Como é mencionado anteriormente, este dogma apresentado pelos judeus, que Deus é o Pai deles, é contestada por Jesus. Este questionamento “dá extraordinária prova resoluta baseada na concentração de João, uma cristologia centrada no Pai” (SCHRENK, 1964, p.1002). A oposição entre Jesus e os judeus está na diferença radical na questão da interpretação da paternidade. O que se leva em conta para Jesus é a questão espiritual e não o nascimento corporal, nem tão pouco familiar.

2.1.3 O Enviado é Santificado

João 10,36 “Então, daquele a quem o Pai santificou e enviou ao mundo, dizeis: Tu blasfemas; porque declarei: Sou Filho de Deus ?” Na ocasião da Festa de Dedicção no Templo de Jerusalém, Jesus foi interpelado por judeus para que afirmasse explicitamente sua condição de Messias – “Se tu és o Cristo, dize-o francamente” (10,24). Dentro da exposição Ele faz uma declaração estupenda – “Eu e o Pai somos um” (v.30). Esta afirmação, mais um vez, provoca o furor dos judeus e como o texto bíblico faz referência – “Novamente, pegaram os judeus em pedras para lhe atirar” (v.31). Ao que Jesus indaga: “Tenho vos mostrado muitas obras boas da parte do Pai; por qual delas quereis me apedrejar?” (v.32). Os judeus respondem que não é por causa das obras mas por blasfêmia, por ter se feito Filho de Deus. A esta acusação Jesus utiliza o texto bíblico bem familiar dos judeus, para concluir o seu discurso, antes de retirar-se para além do Jordão. O texto do qual se serviu neste rebate foi o Salmo 82,6 – “Eu disse: Sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo”. Mui sabiamente Jesus faz uso do que é comum entre eles, que é a palavra das Escrituras. É aceitável aos judeus e aos ouvintes, naturalmente, apoiar as suas próprias palavras. O argumento que Jesus apresenta é incontestável, porque a Escritura é inspirada, infalível e impregnada de autoridade. O Salmo 82 é o canto de Asafe em que Deus condena a atuação dos juízes ímpios no tribunal do povo. “Deuses” que o salmista atribui são os juízes. A palavra “deuses” em hebraico é *elohim* (Ex 22, 9.28) que literalmente se traduz por deuses. Estes juízes eram comissionados por Deus para promover esperança e justiça (Ex 21,1-6; 22,8). Eles eram representantes de Deus diante do povo. E a eles foi confiada a palavra de Deus, dessa maneira, se tornaram veículo da voz de Deus (Dt 1,17). E assim, foi com Davi (Sl 45,4) e com Moisés (Ex 4,16). Se meros homens foram chamados de deuses e considerados representantes de Deus com razão, e até certo ponto compartilharam da natureza divina, quanto mais o próprio Filho de Deus. Jesus estava argumentando: Conforme a incontestável Escritura, estes juízes podem ser chamados de deuses. Como eu posso blasfemar em chamar a mim mesmo de Filho de Deus, desde que o Pai me consagrou? Aqueles juízes eram apenas recipientes da palavra e Jesus era o Verbo, desde a eternidade que se encarnou como o Enviado (1,1).

O que é preciso destacar neste versículo é o santificar. Este verbo é uma palavra tipicamente escriturística. Esta expressão santificou “não era fora da norma de estrutura do pensamento tradicional israelita” (BROWN, 1996, p.411). O verbo traz a ideia de colocar à parte ou separar, e fazê-lo apropriado para um propósito santo (Ex 29,27.37.44). Acrescenta-se mais outra definição - “Reservado de uma esfera profana remetido por santificação, preparado para uma chamada ou missão (6,69)” (BULTMANN, 1971, p.389.)

É um verbo eminentemente próprio para descrever Jesus que era apontado para cumprir o verbo santificar, que era usado no AT na instituição do sábado (Ex 20,11); na consagração do tabernáculo e seus pertences (Lv 8,10); na ereção do altar (Lv 16,19). Homens eram colocados à parte para uma importante tarefa ou alto ofício, tais como Jeremias (Jr 1,5) e os sacerdotes (2Cr 26,18). esta santificação está implícita em três aspectos: 1) Ela é uma confirmação da missão messiânica de Jesus; 2) Ela confirma a sua autoridade; 3) Ela demonstra sua real e divina filiação”. (CHAMPLIN, s.d., p.454)

Assim Ele foi santificado, qualificado, preparado e imediatamente enviado com o ofício de Messias. A santificação e o envio do Filho pelo Pai são a comprovação da suficiência e garantia da nomeação do próprio Filho de Deus (Lc 1,35). Assim, a santificação é a confirmação do selo de Deus (Jo 6,27). O verbo santificar é usado em João somente aqui, e em 17,17.19; onde Cristo se santifica a Ele mesmo por causa dos discípulos, e ora ao Pai para santificá-los.

De acordo com TDNT:

A descrição de Jesus Cristo como santo, é rara. Em João, é também chamado de “o santo de Deus” (6,69) desta vez na confissão de Pedro. Como “o santo de Deus”, Jesus é colocado por João ao lado de Deus a quem Ele se dirige a Deus, como a “Pai santo”(17,11). Um de quem o Pai tem santificado e enviou ao mundo, é justamente chamado de “Filho de Deus” (10,36). E afirma que “em todas as passagens que apresentam “santo” são usados para descrever a deidade de Cristo (Ap 3,7; 6,10; 1Jo 2,20). (PROCKSCH, 1964, v.1, p.102, tradução é literal e pessoal).

Em todo o Novo Testamento o verbo aparece 28 vezes. Quando o verbo “santificar” tem Deus por sujeito, não significa simplesmente consagrar, mas pôr à parte no sentido de eleger, de reservar-se em vista de uma missão. Em virtude desta santificação Jesus é o “santo de Deus” (6,69). Os juízes eram chamados de “filhos do Altíssimo”, embora a palavra de Deus somente vinha para eles temporariamente, e o espírito de administração vinha sobre eles por medida. Eles eram constituídos por um determinado período ou para uma determinada região ou cidade, enquanto que Jesus era enviado ao mundo. Ele é o Filho único e amado de Deus (1,14; 3,16)

e auto proclamou-se como Filho de Deus. Aliás, “o único que Deus santificou, isto significa que Ele é o único e legítimo veículo da palavra constituída. Assim, o prólogo é a prefiguração deste veículo” (BROWN, 1966, p.410).

Nestas palavras Jesus está afirmando duas coisas:

1) Ele era separado por Deus para uma tarefa ou um propósito específico; Ele foi colocado à parte e foi feito diferente de outros homens porque foi Lhe dada uma missão especial. Ele era cômescio disso. 2) A segunda declaração era que Ele foi enviado ao mundo. “Ao proclamar esta função afirmou que não veio d’Ele mesmo, mas veio de Deus para executar a sua ordem” (BARCLAY, 1955, p.89, tradução é literal e pessoal.)

O quadro da Festa da Dedicção (10,22) se encaixa perfeitamente com a afirmação de que o Filho de Deus fora consagrado pelo Pai. A festa era a celebração da retomada do Templo por Judas Macabeus do domínio de Antíoco Epifanes, e retorno às realizações dos cultos ali no Templo, isto é, a consagração do santuário. Assim, este diálogo com os judeus está ligado ao primeiro, quando Jesus anunciou que o seu corpo seria o novo Templo - “destruí este santuário, e em três dias o reconstruirei” (2,19).

Os judeus celebravam a santificação do Templo, mas eles com os discípulos permaneciam sem intenção da direção na qual o Templo apontava para Jesus (2,19, 22). “Desta maneira Jesus sobrepuja e completa esta festa. Esta referência é alusiva a uma peça em desenvolvimento, do motivo do cumprimento em conexão com outras (6,4; 7,21-24; 37-38; 8,12; 19,31-37)”(CARSON, 1991, p.399). Se os judeus queriam perpetuar a festa anual de dedicação do Templo, deveriam ter aceito e honrado a vida consagrada por Deus. “Brown (1966, p.411) chama atenção:

na sequência de festas no evangelho de João – no capítulo 5 o enfoque é no sábado. O capítulo 6 gira em torno da Páscoa. Os capítulos 7 a 9 salientam a festa dos Tabernáculos, com alusão a água e a luz, e no capítulo 10, é destacada a Festa da Dedicção. Isto parece ser mais um exemplo de temas joaninos, em que Ele é o Novo Tabernáculo (1,14) e o Novo Templo (2,21). (Tradução é literal e pessoal)

União de Jesus com Deus garantia a sua santificação e a santificação qualificou o envio.

2.1.4 A Humildade do Enviado

João 13,26 O próximo versículo a ser discutido se encontra no trecho sobre o lava-pés em 13,16. “Em verdade, em verdade vos digo que o servo não é maior do que o seu Senhor, nem o enviado, maior do que o enviou”. Jesus cita o provérbio conhecido, cuja forma mais usada encontra-se em Mateus 10,24.25 – “O discípulo não está acima do seu mestre, nem o servo, acima do seu senhor. Basta ao discípulo ser como o seu senhor”. Os dois ditados eram lembrados pela igreja apostólica, e a ela entregue como formando um par. No entanto, este provérbio acrescenta e aprofunda o contraste apresentado como mestre e discípulo, por introduzir dois outros pares: senhor e servo, deve ser interpretado por senhor e escravo; e superior (i.e. aquele que envia) e mensageiro. Diz Brown (1996, p.553) que “nesta comparação parabólica básica – “senhor” é usado no sentido de proprietário e mestre, mas há provavelmente um manejo no ‘senhor’ usado nos versos precedentes”. Se o Senhor deles não se considerou indigno em se submeter a executar uma tarefa servil sem perder autoridade diante dos discípulos, porque eles de considerariam desprezíveis de prestar este tipo de serviço uns aos outros? Naquela época, humildade era desprezada e não era considerada com uma virtude; mas Jesus a fez como distintivo dos discípulos. Bernard (1985, p.466) diz: “atribui que este confronto de palavras é para realçar a lição da verdadeira dignidade de serviço, que Jesus tem estado ensinando pelo seu exemplo”.

O que Jesus está tentando atingir é corrigir a atitude que Ele quer fazer diferença nos discípulos e que esta postura de humildade se constituísse como base permanente de obrigação do serviço mútuo e de serviço na e para a comunidade, imposição esta, para todos os cristãos. Jesus emprega a palavra servo para relevar a natureza incondicional do dever de servir a Deus, e também Ele quer deixar bem explícita a colocação de que “Deus, em sua relação para o homem, não é constrangido por alguma pressuposição que Ele deve satisfazer”, diz Rengstorf (1964, pg.278). No versículo 16 a comparação é feita entre senhor e servo, não mais mero relacionamento de Mestre e discípulos, possível coordenação com o mestre no versículo 13.

O discípulo está abaixo do Mestre, mas o relacionamento de escravo e senhor é bem diferente, quando o escravo está muito abaixo. Apesar de que Rengstorf (1964, pg.278) comenta que: “deveres de discípulo para com o seu mestre eram quase os mesmos como de um escravo”. Sem dúvida, esta correspondência entre senhor e escravo é muito mais doméstica e penetrante naquele momento tão

solene, quando o Senhor queria transmitir uma mensagem tão sublime, de sacrifício voluntário e serviço de solidariedade. Assim, o Senhor deixou “o exemplo” (v.15), tanto na forma de instrução como na forma de exemplo vívido. O escravo estava no nível social mais baixo tanto para os judeus, bem como para os gregos. De acordo com o costume da época, os escravos eram considerados propriedade particular, como bens móveis do seu senhor. Não tinham direito à lei, não podiam possuir propriedades, esposas e filhos pertenciam ao seu senhor, não tinha acesso à genealogia, portanto, não havia nenhuma possibilidade de regularizar a sua origem. Naturalmente, não possuíam qualquer vontade ou auto-expressão, cabia-lhes fazerem exatamente e somente aquilo que o senhor lhes ordenasse. Um escravo existia somente para servir, e só esperava receber a responsabilidade do serviço e nunca, nenhuma recompensa ou reconhecimento. Portanto, o escravo poderia perfeitamente exercer o que lhe fosse ordenado pelo seu senhor e não por conta dele com a intenção de servir.

A finalidade teológica do uso da palavra “escravo” no Novo Testamento, particularmente neste texto, é para salientar o fato de que os cristãos pertencem a Jesus como seus escravos, oferecidos e dedicados ao Senhor ressurreto e exaltado. Em diversas partes da Bíblia, os homens antes da sua experiência com Deus, eram considerados como escravos, exemplificado no povo de Israel no Egito, pelo fato de se submeter à vontade de outro. A característica marcante da condição do crente é que ele é resgatado pela obra redentora de Cristo, do poder da escravidão que antes subjugava e separava de Deus. No episódio do lava-pés, Jesus se fez de escravo (Fp 2,6), antes da manifestação do seu poder e da sua glória. Assim ele se colocou na posição mais baixa de submissão a fim de cumprir a sua missão de maneira inquestionável. Somente através desta encenação, poderiam ser manifestados sua condescendência e auto-sacrifício que a sua missão requeria. Na visão e no conceito de Jesus somente esta atitude e exemplo de escravo seriam adequados para abrir-lhes os olhos e guardá-los da ilusão e da vaidade da sua tarefa missionária.

No evangelho de João a palavra apóstolo é usada só neste versículo de 13,16. Há duas opiniões distintas entre os expositores bíblicos sobre o objetivo no uso desta palavra aqui. Barrett e Bruce opinam que a palavra apóstolo não tem conotação especial. Barrett afirma que “Não é aqui um termo técnico (como isto sempre está no Novo Testamento) mas é usado simplesmente como um substantivo

verbal passivo, quase equivalente para *apostelein* ou *apestalmenos*. O fato que é usado como *ton pempstantos auton*”, mostra claramente que João não distingue entre duas raízes e grupos de palavras (BARRETT, 1978, p.444). Outrossim, Bruce (1997, p.246) declara que a palavra apóstolo:

não é usada em algum sentido oficial. João não se refere aos doze especificamente como apóstolos – alguém que é enviado tem sua autoridade da parte daquele que o enviou, a quem, portanto, ele é subordinado. Neste evangelho, os discípulos são enviados ao mundo por Jesus, assim como o Pai o enviara a este mundo. (Tradução é literal e pessoal)

Por outro lado, Bernard (1993), Brown (1966), Carson (1991) e Michaels (1994) confirmam que o vocábulo é usado com um significado especial. Conforme Bernard,

a palavra apóstolo aqui é usado no sentido etimológico de um mensageiro como em 1Rs 14,6; 2Cr 8,23; Fp 2,25. Os Sinóticos falam que Jesus deu o título de ‘apóstolo’ para os doze (Lc 6,13), mas em João, sempre tem sido usadas velhas descrições: ‘os doze’ ou ‘os discípulos’. É possível que João revele especial alusão para os doze e que a palavra ‘apóstolo’ é especialmente expressivo aqui de sua missão. (BERNARD 1993, p.466, tradução é pessoal e literal).

Carson diz: “Isto não significa que o evangelista não tinha o conceito de um grupo especial de doze discípulos: Ele, em qualquer parte repetidamente se refere aos doze - 6,67.70; 20,24” (CARSON, 1991, p.468). Estas declarações já ajudam a provar a teoria de que o referido termo possui o sentido específico e ainda pode adicionar mais esta afirmação de Brown (1966, p.98, tradução é pessoal e literal):

A palavra apóstolo tem significado de emissário, mas não é impossível que João está pensando nos discípulos como apóstolos, isto é, aqueles que são enviados a pregar a ressurreição. Consequentemente se refere para aqueles homens, durante o ministério, como discípulos e evitando o título de apóstolo. João mostra um sentido histórico para apóstolo, é um termo que pertence ao período pós-ressurreição.

A palavra enviado significa literalmente apóstolo. E pode ser que o versículo 16 funcione como lembrete sutil de que o grupo a que a palavra é dirigida de modo tão decisivo nos versículos 12 a 17, na verdade eram “os apóstolos” que noutras passagens deste evangelho são chamados de “doze” (6,67.70; 20,24). Seja como for, a ênfase no enviado do versículo 16 não é acidental, visto que é reforçada no versículo 20. Há que considerar a utilização da palavra apóstolo em 13,16, a qual

tem uma conotação especial. No evangelho de João a palavra discípulo aparece 78 vezes e a palavra apóstolo aparece apenas uma única vez, neste versículo. Se a palavra apóstolo é utilizada como mero sinônimo, porque não teria sido usada mais vezes? Em Lucas 22,14 na realização da Páscoa, o evangelista restringe a participação da ceia aos apóstolos – “Chegada a hora, pôs-se Jesus à mesa, e com ele os apóstolos”. Provavelmente a descrição da Páscoa em Lucas 22,13 “... e prepararam a Páscoa” e em João 13,1 “... antes da festa da Páscoa” sejam a mesma celebração. Lucas diz que estavam “... com ele os apóstolos” e João se refere “aos discípulos” no ritual do lava-pés na Festa da Páscoa. Aparentemente, não haveria nenhuma contradição em utilizar a palavra apóstolo na descrição do lava-pés por ocasião da Páscoa, se as palavras apóstolo e discípulo não tivessem nenhuma distinção, particularmente neste versículo. Sem dúvida, João tinha intenção de enfatizar a missão do apóstolo, ao transmitir uma importante mensagem de humildade através do exemplo do lava-pés, aos futuros apóstolos.

2.2 MISSÃO DO ENVIADO

Os verbos *apostelo* e *pempo* em si já possuem o sentido da missão. Isto é, Deus é o Emissor e é o sujeito dos verbos. O comissionamento implica em expedir para fora, e esta expedição conta com a total autoridade de Deus. Como embaixador é revestido com toda a íntegra representação do Pai. O Enviado goza da perfeita comunhão e comunicação do seu Emissor, e a finalidade deste comissionamento é executar o propósito eterno do plano do Criador. Missão é comissão ou conjunto de pessoas a quem se incumbe de uma tarefa, frequentemente em outro local ou país ou uma incumbência que alguém deve executar a pedido ou por ordem de outrem.

Foram classificadas 18 diferentes tarefas do Messias no Evangelho de João, onde aparecem os verbos *apostelo* e *pempo* como textos que descrevem a missão do Enviado – 3,17.34; 4,34; 5,30; 6,38; 7,16.18; 8,16; 9,4; 12,49; 17,25.26. Neste capítulo em questão, se tenta analisar os textos bíblicos acima relacionados, quanto à aplicação dos referidos verbos nas atividades do Enviado, i.e., a Missão do Enviado, distribuído em cinco unidades: 1º- 6,38; 2º - 4,34 e 9,4; 3º - 3,34; 7,16, 12,49 e 18;12,49; 17,25 e 26; 4º - 3,17; 5º - 5,30; 8,16.

2.2.1 A Ação de Descer

João 6,38 “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, e sim a da vontade daquele que me enviou”. O verbo descer – *katabaino* é usado no versículo 6,33, explicitando a doação do Pão da Vida da parte de Deus à humanidade. Xavier (1996, p.110) explica:

que o verbo tem um significado especial. Os relatos de Maná, com exceção de Números 11,9, a Escritura sempre usa o verbo “dar” e não “descer”. Os livros Sapienciais também não empregam o verbo “descer” para descrever a entrega do Maná, o pão do céu. Por outro lado, em Isaías 55,10.11 o profeta usa o verbo *katabh-* descem, para explicar que a chuva que desce, desce numa missão de resultado eficaz e faz alusão ao envio de um que traz a palavra.

Não há essencial diferença de uso do referido verbo no A.T. e no N.T. A imagem da descida da palavra se aplica à descida de Deus no monte Sinai em Êxodo 19,11.12. Em sequência, a imagem da descida de Deus no Monte Sinai e a revelação da sua palavra em forma de Decálogo foi mencionada por Isaías, e a sua profecia concretizada séculos depois na descida do verdadeiro Pão do Céu – “eu desci do céu”. “João usa a preposição *apo* – “de”, em vez de *ek* – “de”, que expressa simples procedência, para evidenciar a maior ligação imutável da origem eterna [...] E esta declaração de Jesus transpõe para o Verbo do prólogo – ‘E o Verbo se fez carne’(1,14)”, (LÉON-DUFOUR,1996,p.110).

Balz (1994, p.255) define: *katabaino* é metáfora da encarnação e pré-requisito da redenção (1,10.14).

Este uso da palavra é baseado na cosmologia do Oriente Próximo, de acordo com a qual o mundo era dividido verticalmente. Sobre a Terra estão o firmamento, água e finalmente o céu como o lugar de Deus e seres divinos, sob a Terra está o mundo dos mortos. Assim já na LXX *katabaino* aparece sempre para a descida de Deus ou seres celestiais. (FENDRICH. *katabaino*. In BALZ e SCHEIDER (Orgs). Exegetical Dictionary of the New Testament. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company.1981, Vol.2, ps.254,255). (Tradução é literal e pessoal)

Assim Jesus declarou ser pertencente ao mundo divino. O verbo *katabainw* – descer é completamente o oposto do verbo “*anabainw*” – subir. Ambos os verbos são usados principalmente em relação aos espaços geográfico e cultural. Apesar de que estes dois são usados em estreita associação juntamente por três – 1,51; 3,13

e 6,58 e 62, para descrever a vinda do Filho do Homem do seio do Pai e a inseparável volta do Enviado ao lugar de procedência. Como o Unigênito vindo do céu, é o único que é capaz de subir, isto é, voltar ao lugar de onde veio (3,13). O verbo *katabainw*, descer, vir para baixo é usado para deixar Jerusalém ou Palestina e outros lugares (2,12; 6,16). Aqui indica a si mesmo, para Jesus, para realçar o discurso do pão do céu que dá vida, porque desceu do céu – *ek tou ouranou katabas* (3,13), que oferece o dom celestial, como o pão de Deus e que dá a vida – *o artos o katabas ek tou ouranou* (6,41). Neste capítulo 6, o verbo é usado 7 vezes (33,38,41,42,50,51,58) e evidencia uma atitude perspicaz, voluntária e submissa o fato de vir ao mundo, e conseqüentemente enfrentar sofrimentos físicos – sede, fome, dor e muito mais, os sofrimentos morais – desprezo, humilhação, calúnias. O Pão do Céu que veio do universo divino e glorioso para o mundo calamitoso, numa queda descendente e brutal! Questiona-se naturalmente: o que o motivou para tal empreitada? O próprio texto responde: “Não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou”. E que vontade é esta? João repete, para realçar nos versículos 6,39 e 40, a vontade de quem o enviou é salvar e ressurgir aqueles que vêm a Ele. Então esta descida é a execução do plano eterno e envolve logicamente a autoridade absoluta na realização da obra.

“Não para fazer a minha própria vontade”. Esta idêntica confrontação é encontrada nos Sinóticos, na descrição da agonia de Jesus no Jardim do Getsêmane (Mc 14,36; Lc 22,42). Estas palavras de Jesus não significam que duas vontades, a do Pai e a do Filho, se choquem ou se achem em competição. Nenhum vislumbre de tamanha desordem é encontrada; pelo contrário, o oposto é mencionado explicitamente, isto é, a perfeita submissão e harmonia do Enviado ao Emissário (4,34; 5,19; 17,4). Cristo não veio ao mundo como uma pessoa particular, que age movida pelas suas próprias iniciativas ou planos pessoais. Ele veio notoriamente, a fim de servir aos outros como Embaixador ou Plenipotenciário, autorizado para uma missão e chegou ao mundo como Enviado de Deus.

A última parte do versículo é o destaque do Evangelho de João – “e sim a vontade daquele que me enviou”. E esta expressão é repetida mais três vezes (4,34; 5,30; 6,38). Realizar a vontade do Pai é o propósito da sua vinda, motivo que o trouxe a este mundo e por sinal, este ideal é que sustentou a sua vida de sofrimento na terra – “A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra” (4,34). Esta vontade do Pai não era qualquer vontade particular

ou de interesse pessoal, mas Ele veio para solucionar a questão entre o Criador e a criatura. Nesta vontade não havia qualquer interesse isolado da parte do Filho, mas unicamente o de glorificar a Deus Pai. Ele na execução da vontade do Pai, nunca levou em consideração a sua própria facilidade, segurança, tranquilidade. Quando estava para sacrificar a sua vida, realizou a sua vontade como homem na vontade de Deus.

2.2.2 Fazer a Vontade de Deus

João 4,34 “Disse-lhes Jesus: A minha comida consiste em fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra”. Há muito paralelo entre a história da mulher samaritana e o oferecimento de alimento por parte dos discípulos a Jesus. Tanto a mulher samaritana como os discípulos não compreendiam o significado espiritual da conversa de Jesus. A mulher samaritana entendia que a água que Jesus oferecia resolveria o seu problema cotidiano – “que eu não mais tenha sede, nem precise vir buscar (v.15). E os discípulos haviam trazido a comida e insistiam: “Mestre, come” (v.31). Diante da recusa de Jesus de se alimentar, os discípulos interrogam uns aos outros: “Ter-lhe-ia, porventura, alguém trazido o que comer?” (v.33). Ali, era Jesus quem pedia de beber; aqui são discípulos que insistem que Jesus coma. O ato de pedir água à mulher samaritana à beira do poço de Jacó indicaria real sede de Jesus, como a descrição dá ideia do estado físico de Jesus – “cansado da viagem [...] por volta da hora sexta” (4,6). Mas Jesus aproveita o diálogo para conduzir a atenção da mulher sobre a “água viva” (v.10). Da mesma maneira, quando os discípulos oferecem a comida a Jesus, ele alude à outra comida que os discípulos não conheciam. Esta comida de Jesus era fazer a vontade do Pai que o enviou e executá-la completamente.

A palavra *broma* – “comida”, ocorre 17 vezes no Novo Testamento, e João usa apenas uma vez, neste versículo em 4,34, *broma* está no nominativo neutro singular e é traduzida como “comida” na Bíblia RA da SBB. Enquanto no versículo 4,32 é *brosin*, (o ato de comer) está no acusativo feminino singular, também é traduzida como “comida”. Aparentemente João usa estes dois termos pouca diferença no significado. Os discípulos estavam se preocupando inabilmente no nível material, enquanto que Jesus estava se ocupando numa alta realidade espiritual. Hendrikson (1953, p.173) explica o uso deste dois termos assim: “*brosis* no seus

sentido primário significa comida, alimento (1Co 8,4) e a palavra *broma* significa alguma coisa que é comida (1Co 6,13)". O alimento que nutre e satisfaz a Jesus pertencia a outra categoria do alimento físico ou material, pertencia à natureza divina do seu chamamento recebido (Mt 4,4). Naquele momento na mente de Jesus ocorria apenas um alimento "... uma comida tenho para comer" (4,32). Não estava aludindo para alimentar o povo faminto com o pão ou dessedentar a multidão com água do poço. É a única vez que usa tal termo, que é característica de João. Mas estava se reportando em fazer a vontade do Pai que o enviou, assim fazer a vontade constituía em obediência integral ao Emissor. Esta obediência era o pão diário necessário e indispensável. O Pai mostra-lhe todas as coisas e o Filho ouve as palavras de Deus (5,20; 8,47) e executa. Isto passa a ter verdadeiro sentido da vida tendo como alimento fazer a vontade daquele que o enviou.

A palavra *telema* – "vontade" aparece 11 vezes no QE e em (4,34) é primeira vez que é usada. O evangelista João se notabiliza em destacar a vontade de Deus. A palavra quase equivalente nos Sinóticos seria o Reino de Deus, que expressa a soberania de Deus na vida dos seus servos. Em geral a palavra possui o sentido de dar ao homem vida eterna (6,38-40). No prólogo a palavra aparece, mas referindo-se à vontade do homem e não a Deus (1,13).

Poieo to telema tou theou – "fazer a vontade de Deus" é uma expressão comum no Antigo Testamento (cf. Dt 8,3; Sl 40,6-8), tanto no Judaísmo e como no Cristianismo Primitivo (Mt 7,21). Em João os textos que contém as expressões acima referindo-se a Jesus são – 5,30; 6,38-40. *Telema* no QE atribui-se diretamente à vontade daquele que o enviou, e o inteiro ser de Jesus é envolvido em fazer a vontade do Pai e assim executar o seu trabalho. E as obras que o Pai encarregou a Jesus revelam que Ele é de fato enviado do Pai. "O ministério de Jesus não teria significado fora da vontade do Pai, porque não é a execução independente do homem, mas fruto da submissão (5,19-47) (BARRETT, 1978, p.241). Para Jesus fazer a vontade daquele que o enviou é alvo de toda a sua vida, revelando translucidamente o querer do Pai que a humanidade o conheça. Jesus tinha consciência e confiança de que realizar essa vontade era difícil, porém, boa e gloriosa. "A maneira como manter a minha vida depende do desempenho para cumprir a vontade de meu Pai que é verdadeiro propósito da minha missão", assim poderia parafrasear o texto bíblico. As obras de Jesus eram as obras do Pai (5,36; 9,3.4; 10, 18.25.32.37; 14,10; 17,4). Todo ministério de Jesus consistia na

submissão e execução da vontade “d’aquela que o enviou”. Esta expressão é a característica de João para indicar a Deus, como seu Emissor (5,23.24.30.37; 6,38.39; 7,16.18.18.33; 8,16.18.26.29; 9,4; 12,44.45.49; 13,20; 14,24; 16,5). Diz Barrett (1978, p.241): “A criadora vontade de Deus realizada em obediência sustenta a vida”. A expressão registrada na resposta de Jesus aos discípulos evoca à maneira de referir-se à Lei como alimento (Sl119,103; Pv 9,5). Moisés disse que “de tudo o que procede da boca do Senhor viverá o homem”(Dt 8,3). E o Senhor Jesus, como ninguém, demonstrou excelentemente esta verdade através da sua vida, “incorporando a Torah, que do mesmo modo tem o objetivo da sua vida (Dt 28, 1-14; 30,15-20.) Porque a vontade do Pai é a base para tudo que o Filho diz e faz”(BALZ & SCHNEIDER,1994, vol.2, p.137). No Evangelho de Mateus a palavra *telema* se liga ao Pai, enquanto que em João se relaciona com o Emissor. O Enviado como um instrumento de Deus é o que conduz e mede a vontade d’Aquele que o enviou. Ele é aquele que recebe totalmente e quem totalmente distribui. Ele simplesmente ouve e executa, assim constata-se que a cristologia de João é caracteriza unicamente vontade, ação e obediência do Filho.

O verbo *teleioo* – “cumprir”, aparece no QE 5 vezes . É uma palavra importante e caracteriza a teologia joanina. O verbo pode ter os seguintes significados:

completar, cumprir, alcançar, atingir um estado como um gol, fazer perfeito como alcançar o alvo, como um objetivo pretendido, realizar satisfatoriamente a conclusão, encerrar com sucesso, trazer o seu trabalho para o predestinado fim, finalizar uma obra ou dever com altivez (4,34; 5,36; 16,4); levar a cabo uma conduta requerida num sentido de uma comissão recebida. (DELLING, vol.8,p.81). (Tradução é literal e pessoal)

A obra que o Pai incumbiu ao Filho, não só teve início, mas principalmente e de concluir, não só aceita, mas também feita em cooperação para realização completa, tal é de acordo com o QE, a orientação que domina Jesus na sua existência. Nenhum texto joanino demonstrou tão completa atitude de Jesus no cumprimento da missão recebida. E João enfatiza diversas vezes esta natureza do ministério de Jesus (5,30.36; 7,4; 9,4). De acordo com Bultmann (1971 p.194):

que *teleioso ... to ergon*” como em 5,36 e 17,4 se referem para a atividade do Revelador. Estas passagens mostram primeiramente que *ergon* não é obra feita por Deus, mas a obra que Ele confia para o Revelador; em segundo lugar, *teleioso* não tem significado trazendo alguma coisa para finalizar que já tenha sido começada, mas também pode significar, a

execução ou conclusão de alguma coisa que tem sido comissionado a fazer.
(Tradução é literal e pessoal)

Quando Jesus vislumbra claramente a cruz, Ele pôde orar: “eu te glorifiquei na terra consumando a obra que me confiaste para fazer” (17,4). E o evangelista registra a conclusão da obra do Enviado usando o verbo derivado da mesma raiz do *teleioo* – *meta touto eidou o lesous oti ede panta tetelestai* – “vendo Jesus que tudo já estava cumprido” (19,28)

Esta obra a ser concluída é ao mesmo tempo a do Pai e a do Filho. O Pai enviou o Filho a executar a sua própria obra que também é de Jesus. A obra do Pai que o Filho recebeu como dom, tornou-se o próprio Filho (5,17.19). A obra mencionada aqui se refere não somente à conversão de samaritanos que é a tarefa do momento, mas passa a ser para toda a vocação e ministério de Jesus.

João 9,4 “É necessário que façamos as obras daquele que me enviou, enquanto é dia; a noite vem, quando ninguém pode trabalhar”. “É necessário”, no texto grego é *dei* é utilizado no QE dez vezes. Bernard (1985, p.386) dá a seguinte interpretação – “precisar, necessitar, que expressa a ideia da divina predestinação”. Os acontecimentos do capítulo 9 lembra o registro das curas de dois cegos nos Sinóticos que tinham por objetivo mostrar que através destes milagres os tempos messiânicos haviam chegado. A finalidade do registro do sofrimento do cego de nascença é a mesma da doença de Lázaro – “[...] para a glória de Deus, a fim de que o Filho de Deus seja glorificado” (11,4); por sinal, foi o objetivo do milagre das bodas de Caná “[...] manifestou a glória de Deus” (2,11). Os milagres que Jesus realizou, sem dúvida, com o apoio de Deus, que João classificou como “sinais”. Este versículo lança uma grande declaração de Jesus sobre a nossa atitude para com o serviço cristão, uma vez que, a vida se torna uma missão. Os discípulos estavam preocupados mais com a questão humana do que com a espiritual, mas Jesus intentava efetuar um sinal para glorificar a Deus. Para os discípulos, o homem cego era uma questão de especular a razão do sofrimento como consequência do passado. Enquanto que, para Jesus era uma oportunidade para ratificar a chegada do tempo messiânico. Jesus sabia que as obras ativas, e as medidas para remover a dor são mais benéficas para o homem do que uma complicada teoria acerca da origem do pecado e do sofrimento (DODS, s.d., p.326) . Antes de agir, Jesus fala da

urgência que o impele a realizar a vontade d'Aquele que o enviou e realizar as suas obras conforme os versículos 9,4 e 5. Estes versículos introdutórios são cruciais porque esclarecem a finalidade da cura do cego de nascença e como deve ser compreendido – não como um mero milagre extraordinário, mas como um sinal, a obra do Pai realizada através daquele que o enviou.

“Os melhores textos dão preferência a ‘nós’, em vez de ‘eu’, i.e. ‘ façamos’, e optam por ‘enviou-me’ e não ‘nos’, i.e. o Pai que enviou o Filho e o Filho envia os discípulos – ‘Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio’” (20,21) (VINCENT s.d., p.182) É preciso observar a posição enfática do “nós”, na resposta de Jesus aos discípulos. “O uso do pronome destaca a importância da comunidade dos apóstolos em se associar com Jesus; por outro lado, Jesus tinha querido incluir-nos na realização das obras que o Pai entregou ao Filho” (BROWN, 1966, p.372). Esta inclusão é surpreendente e privilegiada, de grande responsabilidade. Esta mesma intenção é observada também no episódio da ressurreição de Lázaro (11,7.15), ocasião em que há um convite para tornarem-se filhos da luz (12,36). O desafio proposto parece corresponder à conversa mantida com Nicodemos – “Nós dizemos o que sabemos e testificamos o que temos visto”(3,11). Assim tanto para Jesus como para os discípulos permanece a obrigação de realizar a tarefa de Deus. Haenchen cita Dodd (1980, p.38, tradução é literal e pessoal) e apresenta o seguinte comentário:

Supõe que o aforismo rabínico tenha sido usado – ‘o dia é curto e há muito trabalho para ser feito; os trabalhadores são indolentes e a recompensa é grande e o Senhor da casa está com pressa’. Rabi Terphon (ca.100 CE) usou este provérbio em conexão com o estudo de Torah.

O cego tinha sido predestinado no divino propósito – “para que se manifestem nele as obras de Deus”(9,3), e desta maneira havia a divina necessidade em que nele fosse realizada a obra daquele que o enviou (4,34). Provavelmente , foi esta necessidade que o legitimou a efetuação das curas no dia de Sábado (5,10; 9,14; Mc 3,4). A combinação de um pronome plural “nós” e um pronome singular “me” enfatiza a exclusividade de Jesus como o Enviado (6,38). Assim não estaria insinuando que os discípulos tomariam parte nos milagres, nem interessado em pedir-lhes ajuda para que o Enviado realizasse a obra. Mas antes:

estaria convidando-os a enfrentar com Ele a cruel e próxima realidade dos sofrimentos da cruz. Trata-se de uma extensão da conversação anterior

para que lhe partilhem sua obra (4,34-38), convocação esta, que Ele repetirá várias vezes, antes da paixão (11,7.15; 12,26; 14,31). (MICHAELS, 1994,p.171, tradução é literal e pessoal)

Esta declaração de Jesus “Façamos as obras” possivelmente se refere ao período antes da luz ser retirada do mundo, i.e., enquanto Jesus está no mundo “enquanto é dia; a noite vem” (9,4). Na ocasião da crucificação e morte de Jesus, e não estaria se referindo a outorga oficial aos discípulos para missão apostólica consolidada pelo envio do Espírito Santo até o retorno do Senhor ressurreto.

“Que me enviou” é caracteristicamente uma expressão joanina (4,34). Ele é que “nos” enviou seria fraseologia estranha neste Evangelho, e neste contexto estaria se adequando ao propósito da fala de Jesus que está evidenciando o envio do Pai ao Filho amado, onde expressa a vontade de Deus. Esta obra não era feita apenas pelo Filho, mas com a participação direta e ativa do Pai também, Ele era trabalhador junto com o que o enviou. Ele estava cômescio deste encargo e comprometido satisfatoriamente na obra da redenção da humanidade. (Jr 30,21).

Jesus tinha uma convicção e percepção de que lhe restavam apenas alguns poucos meses de ministério, dessa maneira, Ele determina que deve agir enquanto há oportunidade. João registra em várias ocasiões a exiguidade do tempo de Jesus na terra entre os discípulos – “Seis dias antes da Páscoa” (12,1), o texto descreve determinando os dias de religiosidade intensa. O estado de angústia de Jesus “está angustiada a minha alma” (12,27); “Chegou o momento de ser julgado” (12,31); “Ainda por um pouco a luz está convosco” (12,35); “Ora, antes da Festa da Páscoa, sabendo Jesus que era chegada a sua hora de passar deste mundo para o Pai” (13,1). “Enquanto é dia” com o presente do indicativo que ocorre em João, que é traduzido por Bíblia da SBB, na versão Revista Atualizada por “enquanto é dia” Em João 21,22 e 23 *eos* é usado no sentido de “até que” em 12,35 36 são usados os como conjunção “como”. Bultmann explica que *eos* (9,4), *os* (12,35 e36) e *stan* (9,5) têm o mesmo significado” (BULTMANN, 171, p.331). O “dia” é o tempo de labor e normal momento da vida, mas neste contexto Jesus quis atribuir à oportunidade de realizar a obra de Deus. Jesus já havia declarado que seu tempo era curto “Ainda por um pouco de tempo estou convosco” (7,33). Assim quando usou uma única vez a conjunção de tempo *eos* estava indicando a urgência e exiguidade do tempo na realização completa da obra. Ele tinha de executar o itinerário terrestre, traçado enquanto estava no mundo porque em breve Ele deixaria os seus e voltaria para o

lugar de onde veio (7,33). Toda a obra medianeira estava planejada e tinha de ser feita dentro do limite do tempo (Ef 4,4), e esta obra tinha de ser feita antes da sua morte. E o tempo de sua vida no mundo é o dia falado (Sl 104,22 e 23). Ele deveria cumprir a obra para a qual foi encarregado “enquanto é dia”, enquanto há luz, enquanto Ele está com os discípulos e Ele é a luz do mundo (9,5). Isto não significa que Jesus deixa de ser a luz do mundo, uma vez que tenha ascendido junto ao Pai. Assim Ele convoca os discípulos a se unirem a Ele e aproveitarem o máximo as horas da luz que restam (11,9 e 10).

Talvez, Jesus estivesse relembando aqueles que recentemente queriam apedrejá-lo (8,59). Assim, Ele faz uma predição sóbria – “enquanto a noite vem”. Opostamente ao dia, a noite é apontada ao tempo quando Jesus não mais está no mundo, naturalmente está indicando a sua morte, ressurreição e ascensão. *Nuqs* – “noite”, é usada mais em seu sentido literal em 11,10; 13,30 (e talvez 3,2; 10,39) e sem dúvida aqui. “A noite é símbolo da morte, até mesmo nos escritos clássicos, como igualmente na literatura rabínica” (PIRKE ABOTH II.19 *apud* CHAMPLIN, s.d., p.425).

A noite também é o julgamento na esfera escatológica: “É necessário que façamos as obras daquele que me enviou, enquanto é dia; a noite vem, quando ninguém pode trabalhar” (Jo 9,4), talvez esteja se referindo à obra da cura do cego de nascença. A mordaz menção da noite à traição de Judas Iscariotes (Jo 13,30) deve também ser compreendida como uma cena do julgamento, desde que a traição de Judas é divulgada como uma ação contra *Yahweh*, como um sintoma da separação de Deus, inimizado com Deus, e a noite do mundo”. (MULLER. Noite. *In*: BALZ & SCHNEIDER (orgs), 1994, v.2, p. 482 tradução é pessoal e literal).

E há uma alusão semelhante em 13,30 “Ele tendo recebido o bocado, saiu logo, e era noite”. Enquanto Judas se embrenhava nas trevas da noite, na intenção vil e pecadora, os demais discípulos comungavam com a verdadeira luz que ainda permanecia entre eles – “Ainda por um pouco de tempo estou convosco”(12,35). Assim quando usou uma única vez a conjunção de tempo *eos* – “ainda” estava indicando a urgência e a exiguidade de tempo na realização completa da obra. Portanto, a noite é o período das trevas, o qual pode ser considerado de duas maneiras: em si mesmo, como princípio ativo da morte (1,5), ou por oposição à luz, como espaço ou período em que falta luz, isto é, a vida (8,12). Aqui neste versículo predomina o segundo ponto de vista.

2.2.3 O Enviado Transmite a Palavra de Deus

João 3,34 “Pois o enviado de Deus fala as palavras dele, porque Deus não dá o Espírito por medida”. Deus enviou a Jesus com a missão de Emissário, assim Ele se tornou a própria mensagem de Deus para os homens. Em 3,17 o envio do Filho visava a salvação e aqui em 3,34 aponta a revelação. Como Ele mesmo revela porque Ele é *logos* – “a palavra”. “Se em Jesus *logos* se tornou carne, então a ação de Deus é executada nas palavras de Jesus – Deus Enviado Revelador” (BULTMANN, 1971, p.164). A conjunção *gar* – “pois, deve ser observada porque aquele que aceita o testemunho do Enviado (v.33) atesta a veracidade de Deus, porque aquele que foi enviado proclama a mensagem completa, e todas as palavras de Deus (7,16; 8,28; 12,48.49; 14,10). Desta maneira Ele prova que é merecedor de confiança. Assim aquele que aceitar e confiar no Mensageiro confia n’Aquele que O enviou. A prova da concordância entre as palavras de Jesus e as de Deus está na frase “porque não dá por medida”. Deus deu as palavras a Cristo abundantemente, sem qualquer reserva, completa e suficientemente. O crente que adere às palavras do Filho ouve as palavras de Deus e é a Deus que ele ouve e a ninguém mais. Nada do que Ele falou tinha conotação de imperfeição humana, pois a sua essência e linguagem eram divinas. O que Jesus fazia e dizia era também tudo o que somente Deus fazia e dizia. Em João a palavra *rema* – “palavra”, nunca ocorre no singular, mas sempre no plural. E são sempre as palavras de Deus (8,47) e também de Cristo mesmo. Contrariamente, as palavras *logos* sempre aparecem no singular, exceto em 10,19 e 14,24.

O Enviado proclama a mensagem íntegra de Deus, porque foi comissionado para esse fim e nunca anunciou fragmentos da mensagem recebida do Pai (3,11; 17,8). Além do mais, nessa missão baseada no relacionamento eterno do amor, Ele recebeu tudo como declarado no versículo 3,35 “O Pai ama o Filho, e todas as coisas tem confiado às suas mãos” (5,19.20; 6,37; 12,49. 13,3; 17,2.4.11). Quando Jesus fala que “o enviado fala as palavras dele, é porque Deus não dá o Espírito por medida” (3,34), e provavelmente estava comparando Jesus aos profetas do Antigo Testamento, inclusive a João Batista.

Por toda parte da história da redenção, quer do povo judeu, como o Israel espiritual, Deus falou para o seu povo através de muitos mensageiros autorizados.

Segundo Dods (s.d., p.722) e Barclay (1965, p.136) cada um recebeu aquela medida do espírito e da mensagem, requeridos para sua missão ou tarefa atribuída. Os relatos do Antigo Testamento descrevem que, os profetas originalmente recebiam a mensagem em conformidade com a vontade de Deus, uma certa medida limitada do seu Espírito proporcional e em diferentes graus à sua tarefa. Chegava mediante visões ou por meio de inspiração passageira (Nm 11.25; 1Sm 10,5-11; 2Rs 2,9.10), era como se fosse uma carta do céu, uma limitada provisão do Espírito que eles recebiam de maneira ocasional e muitas vezes fugidia, como por empréstimo, revelação fragmentada, intermitente e imperfeita, e nunca alguma coisa a mais. Conforme o rabino Acba do quarto século da nossa era, citado no comentário de Midrash Rabbah em Levítico 15,2 sobre Levítico 13,2, “o Espírito repousa sobre um profeta somente em medida correspondente à sua missão ou atribuição dos profetas” (ACBA *apud* BRUCE, 1997, p.93). E toda a sucessão profética ficou encerrada em João Batista para o trabalho preparatório da chegada do Messias. O que o texto quer patentear é que Jesus recebeu o Espírito de modo abundantemente e ilimitado. Brown (1966, p.15, tradução é pessoal e literal) traz a seguinte observação:

ek metrou – ‘por medida’ não se encontra em qualquer escrito grego, porém, a equivalente expressão ‘pela medida’ não é incomum na literatura rabínica, como por exemplo, já mencionado acima de Rabbi Acba. Se uma similar ideia está atrás da declaração em João, então Jesus está sendo contratado com os profetas, como em Hebreus 1,1. De qualquer maneira a declaração pode simplesmente significar que com Jesus nós temos a definitiva efusão escatológica do Espírito.

Pelo testemunho de João Batista nos Sinóticos é sabido que o Espírito Santo desceu em forma corpórea sobre o Filho de Deus, em cumprimento da profecia de Isaías (Is 11,2; 42,1; 61,17) e ouviu-se a voz de Deus dos céus (Mt 3,17; Mc 1,11; Lc 3,22) e permaneceu sobre ele. Como diz Vincent: “O Espírito é assim o próprio Cristo” (VINCENT, s.d, v.2, p.108). E cumpriu-se literalmente o que é exposto neste versículo – “Deus não dá o Espírito por medida”. Isto pode ser interpretado que Deus derramou o Espírito não pela medida contada ou calculada, mas além do padrão provado por todos os que foram enviados por Deus anteriormente ao Messias. No Enviado, o Espírito não estava como se estivesse contido num vaso, mas como uma fonte, a qual jorra abundantemente. O Pai doou o Espírito em

abundância, como uma constante doação, não apenas nas ocasiões especiais, mas em total plenitude. Desta maneira a natureza humana do Emissário era instruída e guiada para fazer somente a vontade do Emissor, assim “o Espírito interpôs entre logos e a natureza humana de Cristo” (DODS, s.d, p.772).

A segunda parte do versículo 3,34 “porque não dá o Espírito por medida” tem suscitado comentários ambíguos, porque o sujeito da frase tanto pode ser o Filho como o Pai. Brown faz a seguinte observação sobre o tempo verbal do *didomi*. “A dádiva do Pai para o Filho é normalmente expressa em João através do pretérito, por 17 vezes ou o aoristo por 8 vezes. E somente neste versículo e no 6,37 é usado o *didosin* (indicativo). Assim o uso do tempo presente aqui, sugere que o Pai é doador” (BROWN, 1996, v.2, p.158). Por outro lado Barrett e Macgregor opinam que “o Pai é sujeito do verbo. Ambos justificam que o versículo seguinte esclarece que o Pai é doador e o Filho é receptor” (BARRETT, 1978, p.226). O sentido geral do contexto parece encaixar melhor o sujeito como Deus, e também a recepção abundante do Espírito evidencia a messianidade do Filho, e sobretudo a referência inicial da descida do Espírito Santo no próprio Evangelho (1,32.33). Tudo isso reforça o argumento ora apresentado, o qual seja o Pai, o sujeito do verbo. Este raciocínio apoia a compreensão de que mais tarde o Filho passa a dispensar abundantemente o dom do Espírito aos seus discípulos (16,14-15).

João 7,16 e 18 “Respondeu-lhes Jesus: O meu ensino não é meu, e sim daquele que me enviou [...] Quem fala por si mesmo está procurando a sua própria glória; mas o que procura a glória de quem o enviou, esse é verdadeiro, e nele não há injustiça”. Este discurso se deve à acusação dos fariseus dirigidas a Jesus pelo fato de que, pela primeira vez, Ele no Templo ter ensinado (7,14). E os fariseus contestam: “Como sabe este, letras, sem ter estudado?” (7,15). O criticismo dos judeus considerava Jesus como completo inculto e iletrado, um mestre ilegal e irregular, um simples autodidata que juntava palavras no seu discurso; e isto ocorria pelo fato de, os judeus terem sabido que Jesus não tinha frequentado nenhuma escola rabínica ou centro de estudo escriturístico de reputação, pela autoridade dos judeus; nem tinha também estado aos pés de um grande mestre a exemplo de Paulo “[...] fui instruído aos pés de Gamaliel” (At 22,3), de que tivesse recebido a formação doutrinária tradicional. Era a mesma acusação feita contra Pedro e João quando eles

discursavam diante do Sinédrio (At 4,13). Para os judeus, o ensinamento no Templo era ensinamento da Lei. Esta tarefa era reservada aos escribas e doutores da Lei, e ninguém podia exercer esta função de ministrar o ensino das Escrituras e falar acerca da Lei, sem ter sido discípulo de creditado e reconhecido mestre numa escola que houvesse transmitido o conhecimento das Escrituras, a tradição autêntica dos pais e treinamento teológico formal. Esta exigência tinha sua função normativa. “Somente por tal educação se podia controlar professores públicos aos exemplos do passado e assim manter a continuidade da religião tradicional nominativa” (HUUL, 1970, p.282). Nenhum Rabi jamais fazia uma declaração na sua própria autoridade. Sempre começava “Há um mestre que assim diz ...”, e então continuava a fazer sua explanação baseada na declaração de um mestre renomado e depois acrescentava a sua própria interpretação. E aqui está um simples filho de carpinteiro da Galiléa, um homem sem ter tido nenhum preparo formal, a expor Moisés para o povo.

Eis a resposta de Jesus “O meu ensino [...]” (v.16). A palavra *didaquê* aparece no Evangelho de João apenas três vezes (7,16 e 18; 18,19). E assim se traduz: “coisas ensinadas, preceitos, doutrinas; discurso de instrução e exortação na forma de ensino” (Mc 4,2; 12,38; 1Co 14,6.26; 1Tm 4,2) (ZODIHIATES, 1992, p.451). A resposta de Jesus diante da contestação dos judeus começa dessa maneira: “o meu ensino” somente aqui Jesus chama sua mensagem de *didaquê*, isto é, uma palavra significativa porque Ele está procedendo como um profissional” (BERNARD, 1985, p.259 tradução é pessoal e literal).

Em resposta de Jesus para objeção dos judeus (7,15) em João 7,16, o discurso revelador de Jesus é descrito como “ensino” que é idêntico para o ensino próprio de Deus (cf. 8,26 e 28). Em conexão com a provação de Jesus, o sumo sacerdote pergunta acerca do ensino de Jesus (18,19, i.e., ensino de Jesus na Sinagoga e no Templo (18,20).” (WEISS. *Didaquê*. In: BALZ e SCNEIDER. 1994, vol.1,p.320).

O termo *didaquê* aqui fica melhor traduzido como ensino, em vez de doutrina, porque a palavra doutrina passa a adquirir um sentido institucional. Em João, o termo ensinar tem uma conotação particular, pelo fato de ser reservado a Jesus.

Há três casos típicos de ensinar: 1) Pai ensina a Jesus _ “Quando levantardes o Filho do Homem, então sabereis que EU SOU e que nada faço por mim mesmo, mas falo como o Pai me ensinou”(Jo 8,28); 2) Jesus cita o profeta Isaías e afirma que Deus ensina aos homens “E serão todos ensinados por Deus”(Jo 6,45); 3) E depois da partida de Jesus, do mundo

para junto de Deus, o Espírito Santo passa a ensinar (14,20). (XAVIER, 1996, p.158,159)

Quando Jesus foi indagado por Judeus, bem que Jesus podia ter respondido: “Eu não necessito de mestre, eu sou autodidata. Eu arranjo o meu mestre, meu conhecimento e a minha doutrina para mim mesmo”. Mas sua resposta é notável, Ele jamais afirmou em tempo algum, que não necessita de treinamento e aprendizagem. Embora Jesus não tivesse recebido a instrução das autoridades religiosas judaicas ou dos homens influentes e eruditos, mas, de acordo com a declaração expressa por próprio Jesus, era o ensino recebido, do Pai Celestial, Ele não era autodidata. A resposta de Jesus pode ser traduzida desta maneira: “O ensino que eu dou não tem origem em meu próprio conhecimento”. E a ausência de credenciais rabínicas não significa que Ele era um mero religioso interesseiro, independente e arrogante inventivo. Seus ensinamentos como tais, não eram para ser aprendidos, não eram produtos de pensamentos humanos, de leitura exaustiva, de discussões e diálogos religiosos em centros rabínicos; nem tão pouco fundamentados na longa tradição humana. Como opina Bultmann (1971, p.273): “Sua doutrina não é resultado de estudo, não é produto de ciência fechada e limitada”. É o ensino autêntico de Deus Pai, sem qualquer mescla terrena, ouvida e aprendida da comunhão com o Emissor.

“O meu ensino não é meu, e sim daquele que me enviou” Jesus tem estado na melhor de todas as escolas ou academias rabínicas, isto porque os judeus se maravilhavam e questionavam: “Como sabe este letras, sem ter estudado?” (7,15). E Jesus responde às acusações dos judeus justificando que o seu ensino é “daquela que me enviou”. É uma particular maneira joanina de fazer referência ao Pai Celestial, embora a expressão semelhante seja encontrada nos Sinóticos (Mt 10,40; Mc 9,37; Lc 9,48). De alguma maneira todos os profetas que precederam a Jesus teriam desejado em insistir que seus ensinamentos não eram seus próprios, eram portavozes de Deus e que vieram daquele que o enviou. Deus havia prometido um grande profeta em quem Ele colocaria suas palavras na sua boca (Dt 18,18). Assim também se deu com o maior profeta de todos eles, que veio para manifestar o Pai. Assim como as obras que o Filho realizava procediam do Pai (5,36), também as palavras e os ensinamentos que Ele proferia eram derivados do Pai (3,34). Jesus nunca declarou ser autodidata, antes Ele foi teodidata. Enquanto os profetas diziam: “Assim diz o Senhor ...”, Jesus usando da sua autoridade dada pelo Pai declarou: “Eu vos

digo ...” ou “Em verdade em verdade vos digo ...” Desta maneira proclamou Deus como sendo o seu Ensinador. E repetiu isto várias vezes – 5,30; 8,28; 12,49; 14,10.24. Carson (1991, p.312) afirma:

À luz da discussão anterior neste livro, i.e. acerca da missão de Jesus (5,19-30; 6,57; 8,26.38; 14,9 e10), nós devemos concluir que Jesus está clamando alguma coisa mais que eles. Profetas que antecederam clamavam: “Assim diz o Senhor”, como um simples cumpridor de uma tarefa. Mas as palavras de Jesus e seus atos são muito mais que um com o Pai, não somente devido a sua irrestrita obediência, mas também pelo fato de Ele fazer todas as coisas que o Pai faz (5,18). (Tradução é literal e pessoal)

A importância de suas palavras não procediam da harmonia com a respeitável tradição do passado, mas muito mais dependente da sua fidelidade à sua origem transcendental. Porque a sua doutrina tinha origem de cima, e isto a tornava mais outorgada do que acumulada através dos séculos. Israel Abrahams (*apud* HOWARD, 1952, p.583) faz uma declaração eloquente acerca do Evangelho de João tratando-se destas palavras, do verso 16: “Minha principal impressão é que aquele Evangelho conserva como relíquia, uma genuína tradição de um aspecto de ensino de Jesus, o qual não tem encontrado um lugar nos Sinóticos”. O remate desta frase é “daquele que me enviou”. Não somente Ele tinha recebido o conteúdo dos seus ensinamentos do seu Pai Celestial, mas esta outorga implicava no comissionamento divino na transmissão dos ensinamentos de Deus.

Discorrendo sobre o ensino do Enviado não poderia desprender o versículo 7,17, onde se encontra o princípio da aprendizagem através da prática do ensino. É óbvio que toda e qualquer ação é precedida de uma nova disposição ou de uma escolha para fazer. Assim, o discípulo deve ter a própria disposição do coração e da mente e estar voltado para Deus a fim de fazer a vontade de Deus (5,39; 6,28.44).

Quando um homem coloca a sua vontade alinhada com a vontade de Deus, ele reconhecerá que o ensino de Jesus encontra eco nas aspirações da sua própria consciência; ele será portanto convencido de que tal ensino não é feito apenas pela doutrina, mas inspirado por Deus mesmo, e tem através disto a autoridade do próprio Deus (MACGREGOR, 1928, p.189, tradução é literal e pessoal).

Jesus expõe uma universal verdade da vida, i.e., somente a pessoa que faz a vontade de Deus, é que verdadeiramente compreende o ensino de Jesus. Nós aprendemos fazendo, estar à disposição sincera e verdadeira de fazer a vontade de Deus, está acompanhada da capacidade de entender se o ensino de Jesus é d’Ele

mesmo ou de Deus, e há de tornar verdadeiro conhecimento. Fazer a vontade de Deus é mais do que obediência ética e mais do que simplesmente observar os preceitos, mas o sentido espiritual de estar aberto à voz de Deus e ao seu convite. O conhecimento da verdade espiritual é possível somente por aqueles que estão dispostos a praticar (3,21), numa obediência consciente.

No versículo 7,18 “Quem fala por si mesmo está procurando a sua própria glória; mas o que procura a glória de quem o enviou, esse é verdadeiro, e nele não há injustiça”, ele torna o que tinha falado em 5,41 - “Eu não aceito glória que vem dos homens” e repete em 8,50 - “Eu não procuro a minha glória e 8,54 – “Se eu me glorifico a mim mesmo, a minha glória não é nada é; quem me glorifica é meu Pai”, assim fornece outro critério no aspecto negativo para testar a genuinidade do ensino de um mestre, isto é, “quem fala dele mesmo” (BERNARD,1993,p.261). Há diferentes tipos de mestres. Há os que falam de sua própria mente, ensinam a sua própria ideia como se fosse a fonte de conhecimento, discursam pela sua própria autoridade, não comissionados, nem representam Deus e nem são instruídos por Deus (DODS, p.764). Portanto, não servem como revelador da mensagem divina. Não são ordenados por Deus, nem são divinamente enviados, mas se instituem pela sua própria vontade; não têm inspiração, mas procuram falar com base no seu próprio ponto de vista; se conduzem pela sua própria administração e estratégia. Eis a marca do falso mestre – aquele que fala pela sua própria autoridade.

O pregador acima descrito, i.e., o que fala dele mesmo e se dispõe pela sua própria autoridade, invariavelmente se enquadra no tipo daquele que busca a sua própria glória – “está procurando a sua própria glória”(v.18). Própria glória, exterior e aparente, palpável e perecível; sua busca ou renúncia manifesta e serve de critério explícito para avaliar a procedência do seu ensino. Assim, a busca do seu próprio prestígio denuncia peremptoriamente que o seu ensino não procede de Deus, é um ensino com o objetivo de favorecer os seus interesses e honras pessoais. É a marca inconfundível do homem que fala pela sua própria autoridade. Van glórias se manifestam no seu discurso baseada na sua própria doutrina, “tem o seu ego na estreita ligação com o seu testemunho” (CARSON,1991,p.313). Aqui está outra verdade universal e a fórmula de testar a veracidade do ensino – a motivação é a base essencial de uma atividade. Neste caso o verbo “buscar” serve de divisor entre as duas atitudes. Nida interpreta o verbo buscar assim: “Desejar ter ou experimentar alguma coisa, com provável implicação de fazer um esforço para realizar um desejo”

(LOUW & NIDA, 1989, p.290). Esta busca ansiosa pela honra para si, é o sinal fundível dos falsos mestres, que falam de si mesmos.

Um outro estilo de mestre é descrito nas seguintes palavras “mas o que procura a glória de quem o enviou”. Naturalmente o mestre que procura a glória daquele que o enviou é o embaixador e não fala da sua própria competência. Ele não tem interesse em falsificar o ensino a fim de procurar o seu próprio proveito, mas ele busca trazer honra para Ele de quem recebeu a orientação e busca glorificá-lo. Conforme este axioma de Jesus “Aqueles que trazem a divina mensagem devem provar a divina missão”, assim diz Matthew (s.d.)

Quando a motivação é totalmente fundamentada em glorificar aquele que o enviou, sua mensagem é verdadeira. O que Jesus vem clamando: “... não procuro a minha própria vontade, e sim a daquele que me enviou”(Jo 5,30) e “Eu não aceito a glória que vem dos homens”(Jo 5,41). Jesus citou o testemunho do seu próprio ministério bem como daquele que visa o crédito da pessoa que o enviou, ele é sincero e não há desonestidade nele, e o seu testemunho é verdadeiro. Assim as palavras finais do verso 18 – “esse é verdadeiro, e nele não há injustiça”. O que isto significa – o Enviado comunicará verdadeiramente a mensagem do Emissor, Ele é confiável, como seus motivos são confiáveis, porque são puros. Diz Barrett (1978, p.318) que:

a palavra *alété* em qualquer lugar em João é aplicada para uma única pessoa – 3,33 e 8,26, em cada passagem é atribuída para Deus. A veracidade que caracteriza a Deus como uma testemunha é naturalmente transferida para o Filho que procura a glória do Pai. (Tradução é literal e pessoal)

A palavra injustiça ocorre somente aqui em João, ela se imputa naqueles que buscam o seu próprio prestígio, tentando assim colocar-se acima dos outros, cometendo injustiça. E este é o caso das autoridades religiosas judaicas que se mostram como sendo doutores, formados e eruditos, que procuravam manter-se na sua posição e preponderância.

João 12,49 “Porque não tenho falado por mim, mas o Pai que me enviou, esse tem me prescrito o que dizer e o que anunciar”. As palavras deste verso são as últimas palavras proferidas por Jesus em público. Estas se assemelham com as palavras de 7,16 “Respondeu-lhes Jesus: o meu ensino não é meu, e sim daquele que me enviou”. E há outros tantos versículos que revelam idênticos conteúdos

(5,19.30; 6,38; 8,28; 14,10), que têm sido expandidos pelo evangelista. De acordo com o verso 48 “Quem me rejeita e não recebe as minhas palavras tem quem o julgue; a própria palavra que tenho proferido, essa o julgará no último dia”. O que Jesus disse, é que estas palavras que Ele está anunciando, retornarão no dia do juízo e servirão para o julgamento final. Embora apregoadas por Jesus aqui na terra, não são apenas d’Ele e da sua autoridade como Ele próprio afirmou, mas são igualmente divinas e são do Pai Eterno. As palavras de Jesus se tornarão instrumentos de juízo (5,22). Os judeus aceitavam a Lei de Moisés como a fonte de vida (Jo 5,39; Dt 32,45-47) e aceitavam perfeitamente e isto estava evidenciado nos Evangelhos (Mc 10,17.18; Lc 10,25-28),

Mas agora a Lei de Moisés que era uma dádiva de Deus, está sendo substituída, ou melhor, cumprida pela nova graça (1,16.17), está em estreita ligação com a pessoa e as palavras de Jesus – a palavra encarnada. Tudo o que Jesus diz, tem sido ordenado pelo Pai, e a ordem de Deus, a qual permanece atrás da revelação de Jesus, traz vida eterna” (CARSON,1991, p.452). (Tradução é literal e pessoal)

“de mim mesmo” esta fórmula ocorre somente aqui neste versículo. A expressão usual em outros versículos é *ap emautou*. Tanto Vincent (s/d, p.249) como Dods (s/d,p.814) defendem que esta locução “a qual” tem sentido especial nesta frase. *ek emautou*, não é como nos versos 5,30; 7,17.18 onde se usa *ap emautou*. “A expressão *ek emautou* indica algo mais estritamente a causa da expressão. Ele não criou o seu ensino, mas o ‘Pai que o enviou’(DODS,s.d.,p.814).

Semelhante argumento é apresentado por Vincent (s.d., p.224):

A expressão usual é *ap emautou*. *Apo-de* é distinto de *ek-de*, que marca antes o ponto de saída, enquanto *ek* inclui esta ideia e enfatiza o ponto de saída, como a vida impelindo à origem de onde saiu. Em 7,17, nós lemos ‘conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se eu falo por mim mesmo’. (Tradução é literal e pessoal)

“Somente no Quarto Evangelho é que estas frases preposicionais aparecem ‘de mim mesmo’(5,30; 7,17.28; 8,28.42; 10,18; 14,10) e *ek emautou* – na minha própria autoridade” (BALZ & SCHNEIDER, 1994, p.442). Bernard (1993, p.448) justifica que “não se pode distinguir *ap emautou* de *ek emautou*. Há um exemplo em 1,44 onde usa as duas preposições indistintamente. E ainda refere ao verso 5,30, onde há semelhante declaração, quando usa a preposição *apo-de*”. Reforçando o argumento anterior Barrett escreve: “Em outra parte de João há o uso de ‘apo’ sem nenhuma diferença de significado, por exemplo em 7,17”(BARRETT, 1955, p.435).

A mensagem que o Filho traz não vem d'Ele mesmo, nem é da invenção humana, Ele não tem agido só, não falava baseado na sua própria autoridade ou separado do Pai. A mensagem do Filho está de acordo com a mensagem do Pai, porque havia união de natureza entre o Filho e o Pai. Esta concordância era resultado da sua incondicional obediência que era confirmada inúmeras vezes neste Evangelho (3,11; 5,30; 7,16; 8,26.28.38; 14,10). Desta harmonia, emana a mesma essência, a mesma qualidade, o mesmo propósito, a mesma mensagem. Em vez da usual expressão joanina, nesta é explicado o Emissor, o Pai – “[...] mas o Pai que me enviou”.

Para ratificar que o Filho não tem falado d'Ele mesmo, Ele fundamenta o seu argumento dizendo que o Pai deu-lhe o mandamento. Os melhores textos se leem *dedoken* - prescrito no tempo perfeito em vez de *edoken* no aoristo. Isto significa que o resultado da dádiva continua ainda entre nós (14,31). Mais uma vez o evangelista acentua o fato de que o Filho não faz nada por si só (5,30; 8,26). A ideia do texto é notória, de que Deus põe suas palavras na boca do seu Enviado, conferindo-lhe plena autoridade. Em outra palavra, o Emissor equipa o seu Enviado adequadamente com a sua mensagem. Provavelmente na mente do evangelista ecoava a profecia de Deuteronômio 18,18. Esta função foi adotada por Jesus. Os judeus aguardavam um profeta e o Messias, referido aqui baseado em Dt 18,18, em duas pessoas distintas. Judeus indagaram a João Batista: “Quem és, pois? És tu Elias? [...] És tu o profeta?”(Jo 1,21). A mensagem do Evangelho unia estas duas pessoas da profecia na única pessoa de Jesus. E por sinal João fez algumas referências sobre este profeta (1,21.25; 6,14; 7,40). E o tal profeta está aqui. Em contrapartida ao apoio do Emissor, há correspondência do Enviado pela completa obediência à instrução do Pai. Esta menção repetitiva é uma das características marcantes do evangelista (10,18; 14,31; 15,10). A unidade de Jesus com o Pai também é caracterizada sob o ângulo da perfeita fidelidade do Filho. O destaque que o evangelista coloca no mandamento que Jesus tem recebido do Pai é significativo. Brown (1966, p.492) diz:

Este mandamento não é somente o que Jesus tem falado, mas também suas ações, conforme 10,18 ‘Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou, tenho autoridade para entregar e também para reavê-la. Este mandamento recebi de meu Pai’. Tem falado de um mandamento do Pai na relação da morte de Jesus e ressurreição. (Tradução é literal e pessoal)

A palavra “*entolen* – mandamento, preceito ou instrução” e o verbo mandar, surgem com frequência na parte posterior do Evangelho. Hendriksen classifica três usos da palavra mandamento no QE.

1) Com respeito para um mandamento legal emitido pelo Sinédrio. 2) Com respeito para a ordem ou instruções dadas para Jesus pelo Pai (10,18; 12,49 e 50; 14,31; 15,10). 3) Com respeito aos preceitos dados por Jesus para os seus discípulos (13,34; 14,15 e 21; 15,10 e 12) (HENDRIKSEN, 1953, p.253, tradução é literal e pessoal).

Em contraste com outros escritos do NT “mandamento” nunca é usado nas literaturas joaninas se referindo a Torah Mosaica. E neste versículo o evangelista quer atribuir a palavra *entolé* à ordem ou a instrução dada pelo Pai ao Filho, que é a direção que o Emissor no seu amor dá ao Enviado, na completa harmonia e com o eterno plano no qual o Pai e o Filho têm concordado. O ensino do Filho é absolutamente todo baseado na instrução, a propósito, o mandamento também é chamado por instrução, que o Pai ordenou.

Mais uma divergência de interpretação é levantada, desta vez, sobre os verbos *lego* e *laleo*, porque o evangelista usa estes dois verbos na fase final do verso – “o que dizer e o que anunciar”. Vincent (s.d.), Dods (s.d.), Léon-Dufour (1996) e MacGregor (1928) manifestam dizendo que a justaposição dos verbos tem propósito significativo. Vincent considera que “*lego* é dizer, e se refere à substância e à matéria do ensino. E *laleo* se aplica à forma e ao modo de falar”(VINCENT, s.d, p.224). Dods cita Meyer e Westcott e opina “*lego* designa a doutrina de acordo com o conteúdo e *laleo* à variada maneira de proferir”(DODS, s/d, p.814). Léon-Dufour admite que diferenciar estes dois verbos não é fácil, especialmente para se expressar em português – “Pode-se traduzir o verbo *laleo* por expressar” (LÉON - DUFOUR, 1996, p.346). MacGregor adiciona – *lego* e *laleo* que podem ser traduzidos por conteúdo e forma de ensino respectivamente, e cita como exemplo 8,43 onde aparecem *lalian-* linguagem e *logon* – palavra (MACGREGOR, 1928, p.270). Bernard julga que “Talvez a ambos, a substância e a forma de suas palavras são sugeridas pelos dois verbos, mas, isto parece simples para tratá-los como significados idênticos como no verso 50 – “*lalo... lalo*” (BERNARD,1985,p.448). E Barrett raciocina “o uso de sinônimos é estilo característico joanino, assim é impossível distinguir entre os dois verbos”(BARRETT, 1978,p.435). Como o

desfecho da análise dos significados dos dois verbos, citam-se os seguintes significados de cada verbo. *Legó*- dizer, é o verbo mais frequente no Novo Testamento depois do verbo *eimi*- ser e estar. O verbo *legó* significa – expressar em palavras, dizer, falar, dar expressões, que oralmente envolvem a parte intelectual, a razão. No Evangelho de João, o verbo *legó* aparece 474 vezes. É notável e significativo que o uso da primeira pessoa do singular no tempo presente – eu digo, aparece quase exclusivamente nas palavras de Jesus. O verbo *lalo* – anunciar, som de coisas inanimadas, produzir som que forma um tipo da fala, como exemplo de eco, falar por acaso, contar com possível implicação de informalidade de uso. O verbo é usado principalmente na pregação ou na proclamação ou numa declaração. Abbott dá interessante e sucinta definição destes dois verbos. “*Laleo* se refere ao modo de falar e ‘lego’ para o significado do que é dito, e isto compreende o pensamento”(ABBOTT, 1944, p.266).

João 17,25 e 26 “Pai justo, o mundo não te conhece; eu, porém, te conheci, e também estes compreenderam que tu me enviaste. Eu lhes fiz conhecer o teu nome e ainda o farei conhecer, a fim de que o amor com que me amaste esteja neles, e eu neles esteja”. Os versos 25 e 26 são conclusão ou o encerramento da chamada “Oração Sacerdotal de Jesus”. E o evangelista sintetiza todo o conteúdo da oração no contexto dos sermões de despedida. E Barrett (1978, p.514) vai mais além – “sem dúvida, pretendeu sumarizar a substância do Evangelho”. No versículo 24, em vez do rogo adere à declaração direta da intenção. “Onde eu estou ... estejam”(17,24), a frase difere das expressões similares “onde eu estou ... estará” (12,26); “onde eu estou, estejais vós”(14,3). Desse modo, denota que Jesus deseja a seus discípulos uma visão de sua própria glória (17,5), e esta glória que o Filho quer participar com os seus, está enraizada no amor do Pai por Jesus que existia antes da criação do mundo e continuará a existir depois do mundo (v.24). Além disso esta frase final “inspira o espírito de confiança, segurança e convicção do Filho de que o Pai ouve” (HENDRIKSEN, 1953, p.368). “Eu, porém, te conheci”– esta é uma sentença parenética, entre a antítese da frase “o mundo não te conheceu” e a justificativa “e estes conheceram” que se segue. Jesus como encarnado de Deus frequentemente declara ser o único e completo conhecedor de Deus (8,55; 10,15). O conhecimento do Pai fora atestado por Jesus também na ocasião da Festa das Tendões quando ele mesmo declarou: “Eu o conheço, porque venho da parte dele e

fui por ele enviado” (7,29). E ainda com mais veemência quando explicava a sua missão no mundo como a luz e encerrava sua afirmação desta maneira “e guardo a sua palavra” (8,55). Assim Ele mesmo insiste em legitimar a sua condição de conhecer o Pai como nenhum mais, e tinha plena consciência da mente do seu Pai em todas as coisas. Esta frase: “Eu, porém, te conheci” é esclarecida pela sentença “Eu lhes fiz conhecer o teu nome, e ainda o farei conhecer” (v.26), pelo fato de o Filho ter transmitido aquele conhecimento sobrenatural e profundo, primeiramente aos discípulos. A primeira sentença pode ser explicada por este verso “Manifestei o teu nome aos homens que me deste do mundo” (17,6), e a segunda pode ser explanada por 16, 12 a 15.

“E estes compreenderam que tu me enviaste” (v.25) mais um vez é salientado que a obra que Ele executa é revelação do conhecimento de Deus (v.6). Cristo na qualidade de Logos Eterno conhecia a Deus Pai diretamente, por isso declarou tão arrojadamente – “Ninguém jamais viu a Deus; o Deus Unigênito, que está no seio do Pai, é que o revelou”(1,18). Os homens jamais puderam conhecer a Deus de maneira tão direta e tão real, mas só através da revelação de Cristo. A vida de Cristo, suas obras, seus testemunhos e seus ensinamentos forneceram aos homens uma visão de Deus tão clara, e da imagem do Pai, nunca vista pelos homens, antes d’Ele, nem depois, tornando-se desta maneira Revelador de Deus, como declarou tão categoricamente “Quem me vê a mim, vê o Pai” (14,9). Este argumento de Jesus nesta conclusão da oração tornou-se teste de credibilidade do próprio Cristo, do seu conhecimento imediato de Deus e prova do entendimento de Deus, dos crentes pela aceitação de Cristo como Revelador comissionado por Deus. Assim, receber a Cristo confirma o conhecimento do Pai. Além do mais, Jesus mostra implicitamente a eficácia na revelação do insondável e transcendental conhecimento do Pai e evidencia o efeito na fidelidade profunda dos discípulos à revelação recebida. Esta apropriação dos crentes do conhecimento, distingue o mundo (1,12). Conhecer e crer em Jesus no meio do mundo que persiste na ignorância e na infidelidade é do alto agrado de Deus (Mt 16,17). Pela sexta vez na oração, o envio do Filho é destacado em cumprimento à sua missão (vs. 3.8.18.21.25), como que para saturar do conhecimento de Deus para homens (6,44-47; 14,7-11). O que quer dizer, que não é apenas obter conhecimento como uma doutrina, mas é imprescindível garantir que sabe e que crê que Ele é enviado de Deus (17,8) e admitir que a missão de Jesus é divina. O conhecimento pelos discípulos do fato de que Jesus era o único

enviado pelo Pai "... cremos que, de fato, vieste de Deus"(16,30), é um conhecimento notável por ser uma atitude corajosa, desafiando a oposição sistemática do mundo rebelde e pecaminoso (1,10.11). Estes conheceram que Cristo é o único agente autorizado da revelação divina, fazendo Deus verdadeiro e visível aos homens. E esta revelação só se tornou possível e acessível pela mediação de seu Filho e pela aceitação d'Ele. O ponto culminante do saber que Cristo é enviado de Deus, é a obtenção da vida eterna – "E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste" (17,3).

Não se pode deixar de discutir o versículo 26, desde que o tópico do versículo 25 é "conhecer" que se estende no versículo 26, e este versículo é o desfecho do verbo conhecer "Eu lhes fiz conhecer o teu nome". "Revelar o nome de Deus é uma manifestação da história da religião antiga – o escondido nome de Deus é feito conhecido – é dado um novo significado" (HAENCHEN, 1980, p.368). Revelar o nome de Deus significa: fazer conhecer a pessoa de Deus e de Jesus também, porque os dois não podem ser separados um do outro, ainda inclui conhecer a sua vontade, disposição, caráter revelador, natureza divina, os seus atributos. Este conhecimento não é algo contemplativo, mas intensamente pessoal e experimental, e ultrapassa muito a uma mera informação de compêndio teológico ou sumário doutrinário. E nesta declaração, Ele afirma que havia concluído de anunciar essas verdades aos homens, cumprindo a missão de Logos Encarnado (1,14 e18). Naturalmente esta comunicação do Revelador do nome de Deus não se resumiu apenas nos seus ensinamentos e pregações, mas também nos seus milagres e na própria vida da pessoa do Enviado para promover a honra do Pai e estender o conhecimento de Deus (1,18; 14,9).

"...e ainda farei conhecer". A missão do Revelador de tornar o Pai conhecido pela transmissão do conhecimento aqui na terra, está chegando ao fim, sendo completada com o seu auto-sacrifício. Esta afirmação é como um grito diante da morte próxima, que será a vitória sobre o mundo (16,33). Outrossim a sua missão reveladora e a manifestação do Pai para os crentes prosseguirá depois da sua ressurreição e partida deste mundo, junto aos seus discípulos através da atuação do Espírito Santo. De acordo com 16,13-15 o Espírito Santo haveria de dar continuidade na mesma missão do Filho através da Igreja do futuro, guiando em toda a verdade e a anunciando. Como esclareceu Carson (1991, p.570): "Assim a manifestação

graciosa de Deus no seu Filho não é reduzida para um mero detalhe da história, mas será uma experiência vívida (14,23)".

O uso equilibrado dos tempos verbais de aoristo – “fiz conhecer” e o futuro “farei conhecer” é um estilo interessante que é repetido de outras maneiras nesta oração. “Glorifiquei”, aoristo e “glorifica” imperativo nos versículos 4 e 5. “Guarda” imperativo e “guardava” imperfeito nos versículos 11 e 12. Este jogo de verbos dá impressão de expor a mutualidade de tarefas, de privilégios e de comunhão do Emissor e do Enviado, inclusive dos discípulos enviados. No Evangelho de João, o verbo *gnorishw* aparece somente três vezes – 15,15 e duas vezes em 17,26. E ele significa: fazer conhecer, revelar, declarar. Nesta frase “Eu lhes fiz conhecer o teu nome e ainda o farei conhecer”, João destaca mais uma vez a missão que o Filho executa, i.e., o conhecimento que os discípulos receberam, a fim de assegurar que eles serão tão transformados, ao ponto de Deus, contínua e progressivamente, feito conhecido para eles. Bultmann (1971, p.521) explica: “O futuro *gnorishw*- conhecer é possível somente na base do passado – *egnorisa* e o passado *egnorisa* somente se torna significativo quando continuado por um futuro *gnorishw*”.

É proveitoso que se faça a exposição do verbo *gnorishw* utilizado neste versículo. O significado básico é fazer conhecido. Este verbo é empregado no NT 25 vezes e no Evangelho de João é usado apenas três vezes, como já foi feita a menção. Sua tradução mais ampla seria, causar informação para ser conhecido por alguém, isto de maneira pública e explícita e ao mesmo tempo comunicar de uma maneira solene. Nas passagens acima onde o verbo aparece, se refere à salvação que vem de Deus e da declaração de Deus e do seu secreto conselho da salvação, através de Jesus Cristo. E neste caso é o sujeito do fazer conhecer.

Conhecer o nome de Deus implica no amor para com Deus - “a fim de que o amor com que me amaste esteja neles, eu neles esteja” (v.26). Esta declaração de Jesus pode ser traduzida – “no meio de cada um deles ou entre eles”. Este acontecimento de Deus habitar no meio do povo era a marca da antiga esperança messiânica (14,20). Jesus expôs o seu objetivo de transmitir o conhecimento recebido, objetivo este, fundamental e final da sua vinda. É a coroa de toda a revelação da natureza de Deus, e o propósito é fazer o homem merecedor de ser amado assim como o Pai amou o Filho. E que o infinito amor com que o Pai amou o Filho possa ser espelhado amplamente (Rm 5,5) nos corações dos discípulos e naturalmente de todos os crentes que se congregarão em torno deste conhecimento.

E como afirma Hendriksen (1953, p.369): “É quando ambos, o Filho e todos os crentes que colocarem sua confiança no Pai serão compreendidos no mesmo amor, i.e., o amor do Pai, assim, o Filho mesmo viverá neles – ‘eu neles’ v.23”.

A palavra *onoma* – nome, ocorre no Evangelho de João 25 vezes e significa tudo que implica o nome, título, caráter, reputação, classe, autoridade. O nome de Deus é obscuro, estranho e geral para os homens. Homens que aceitam este nome através de Jesus, o nome aceito por Jesus, manifesta e revela a pessoa de Deus, assim passam a compreender o caráter e a autoridade do Pai, de maneira clara e plena. Uma marca da divina filiação de Jesus é a sua habilidade de fazer conhecido o nome de Deus aos homens. Portanto, o conhecimento do nome de Deus é o conhecimento de Deus mesmo.

2.2.4 Missão do Enviado é Salvar o Mundo

João 3, 17 Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo”. Cabe ressaltar que a matéria da missão do Filho não é exclusiva de João. É bem frequente nos Sinóticos também, veja por exemplo: Lucas 4,43 “Ele, porém, lhes disse: É necessário que eu anuncie o evangelho do reino de Deus também às outras cidades, pois para isso é que fui enviado - *apestalen*” (Mateus 9,13; 15,24; Marcos 1,38). No entanto, neste versículo, João faz questão de esclarecer o propósito da missão do Filho, já iniciado no versículo 16. Este envio se notabiliza pelo fato de ter sido o seu próprio Filho que se distingue com seu agente ou enviado. É diferente do envio de anjos, como é a referência, provavelmente lendária da descida do anjo, para operar a cura, mencionado em João 5,4, que ocorria às vezes como se fossem visitantes ao mundo. O Filho foi enviado como habitante no meio dos homens – “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós” (1,4). O seu envio é a manifestação máxima do amor de Deus para o mundo perdido em termo de missão, se concentrou no envio e se tornou um amor móvel focalizado ao universo humano. Barrett diz que “o significado do *apostelo* – “enviar” é substancialmente a mesma que a do *didomi* – “dar do versículo 16. Mas o termo é mais expressivo do que de 20,21” (BARRETT, 1978, p.216,). “Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio” (20,21). Além disso, com *apostelo* subentende-se a ideia de sacrifício naquele comissionamento imposto. A ideia da missão ou

apostolado é um dos mais importantes conceitos no Evangelho de João. Brown (1966, p.134) corrobora com o argumento acima, dizendo: “enviar é paralelo de dar do versículo 16, e encontram-se o mesmo par, enviar e dar usado em relação ao Paráclito em 14,16”.

De acordo com a crença escatológica generalizada e entendimento escriturístico judaico, a vinda do Messias e seu estabelecimento do reino de Deus, exterminaria os perversos como um juiz e libertaria o povo judeu do jugo pagão. Assim, Jesus ensinou tanto nos Sinóticos (Mt 25,31-46), como no QE (5,27) que foi dado ao Filho do Homem a autoridade de julgar e ainda em 9,39, de fato, Ele declarou que veio com o propósito de executar o juízo, porque Ele é o Filho do Homem. “Dia de lahweh”, segundo o conceito judaico, significaria a punição para as nações que oprimem Israel, mas o povo de Deus estaria isento do julgamento. Esta interpretação errônea da profecia fora censurado pelo profeta Amós (Am 5,18-20), mas a crença nunca havia sido atenuada pelo povo. Esta teologia exclusivista judaica era um dos ensinamentos centrais do Judaísmo, que o Messias viria para julgar principalmente o mundo gentílico. “Alguns dos comentários chegavam mesmo a ensinar a destruição total do mundo dos gentios, e isso era enfatizado com prazer mórbido na literatura rabínica” (CHAMPLIN, s.d., v.2, p.101). É contra este exclusivismo que Jesus dirigiu estas palavras. Hendriksen (1953, p.142) expõe dois propósitos no envio do Filho ao mundo. “Primeiro, o propósito redentivo de Deus não é confinado apenas aos judeus mas inclui os gentios. Segundo, que o objetivo primário da primeira vinda de Cristo não era para condenar, mas para salvar”.

O verbo *krine* em 3,17 é traduzido por “condenasse” em várias versões, tais como: Bíblia de Referência Thompson, Nova Versão Internacional, Liga Bíblica Brasileira, Revista Corrigida e Revista Standard Version. O termo significa originalmente e à primeira vista, por julgar, dar opinião, discernir. Condenar é *katakrinw* (Mt 20,18; Mc 10,33) e não é usado no Evangelho de João, exceto em 8,10 e 8,11.

A ação primária de julgar envolve o ato de separar (Mt 25,31-46), então veio a ideia de selecionar uma coisa sobre outra, portanto julgar. Assim ficou registrado, segundo Homero de Ceres ‘separando grão do restolho’ (Iliad v.501). Daí distinguir, arrancar, ser de opinião, julgar. (VINCENT, s.d., p.101, tradução é pessoal e literal).

Hendriksen (1953, p.142) define que:

a palavra empregada no original pode também ter aquela conotação que é expressa mais exatamente pelo termo – *katakrino* – dar julgamento contra,

condenar (Jo 8,10.11). O fato que aqui em 3,17 tem este significado e é demonstrado por uma ação oposta [...] por contraste que é sozo – “salvar”. (Tradução é literal e pessoal).

O amor de Deus no Antigo Testamento era primariamente amor condicionado ao pacto e não ao amor universal. E o propósito do amor descrito no Evangelho de João abrangia o mundo. E a fé e a aceitação por este amor desprenderia e libertaria a humanidade das práticas do pecado. Assim libertá-la do temor do julgamento (1Jo 4,17,18) que motiva a clamar: “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus” (Rm 8,1). Julgamento e salvação traçados neste versículo são originados do amor de Deus mencionado em 3,16. Como comenta Bultmann: (1971, p.154). “o amor de Deus é origem do julgamento. E [...] é contrário a intenção do seu amor. Ele não deseja julgar o mundo, mas salvar (v.17). Um incrédulo ao fechar a porta do amor de Deus, torna este amor em julgamento”. Da mesma maneira, também, a revelação provoca separação da humanidade (3,19). Devido à incredulidade, a revelação da salvação torna-se condenação. Jesus tinha plena consciência de que Ele seria o juiz da humanidade, Ele não tinha dúvida disto, e João insiste em revelar que Deus enviou Jesus a julgar. Mais tarde o próprio Jesus diz isto explicitamente: “E lhe deu autoridade para julgar, porque é o Filho do Homem” (5,27). Mas o seu ofício primário é aquele de salvar e para esse fim é que foi enviado. Esta declaração é repetida em 12,47 e foi também exposta claramente aos samaritanos (4,42) e assim, expressa o propósito final da sua missão como Filho do Homem (Zc 9,9), a qual foi incluída na oração intercessória (17,23). Tanto os discípulos como os demais seguidores eram admoestados acerca do julgamento vindouro anunciado tanto por João Batista, quanto por Jesus. Entre os comentaristas, há opiniões divergentes sobre este assunto, i.e., a vinda de Jesus ao mundo visava a condenação ou a salvação dos homens. Hendriksen (1953, p.142), “separa em primeira vinda [...] segunda vinda. A primeira vinda de Cristo era trazer salvação, enquanto que o propósito da segunda vinda será para trazer condenação”. No entanto, o próprio autor admite que a questão não é tão simples. Champlin (s.d., v.2, p.313):

destaca os versículos do pontos de vista quer positivo e negativo. “Negativamente, por meio da negação, os homens podem esperar a punição decretada contra o pecado. Positivamente, porque, mediante essa salvação, os homens recebem a garantia do perdão do pecado [...] compartilharão finalmente da essência divina”.

Carson (1991, p.207) faz interessante observação acerca do assunto:

Há dois fatores: primeiro, nestes dois versículo – 3,17 e 9,39 o significado de *krinw* e *krisis* é neutral. O Filho do Homem veio com o propósito e a autoridade de pronunciar julgamento, que é muito diferente de dizer que Ele veio a manifestar julgamento, que é muito diferente de dizer que Ele veio pronunciar condenação. Segundo, e mais importante, o Filho do Homem veio para o mundo já perdido e condenado. Ele não veio para o mundo neutro a fim de salvar alguns e condenar outros; ele veio para o mundo perdido. O mundo todo não será salvo conforme os textos 18 a 21, mas Ele veio com o propósito de salvá-lo. (Tradução é literal e pessoal)

A separação entre os que aceitam seu perdão e os que rejeitam, é inevitável, e por sinal, a responsabilidade por sua auto-condenação não pode ser colocada sobre o Salvador do mundo. Se Ele veio para aqueles que nele creem, não morram; como, os que rejeitam sua dádiva de vida eterna podem evitar a morte? E a Escritura em nenhum lugar sugere que todos devem ser salvos, queiram ou não. Por isso, posteriormente foi chamado de Salvador do mundo (4,42; 1Jo 4,14). A ocasião da salvação ou condenação da humanidade diante da presença de Jesus é incontestável e maioria entre os comentaristas, isto é, a conduta dos homens decide o seu alcance à vida ou define a perda definitiva. E ainda, a vida eterna e julgamento à condenação não estão reservados para o fim dos tempos. Eles se realizam no presente momento, desde o encontro com Jesus. Ao acreditar n'Ele, imediatamente, tem a vida (3,36; 5,24; 6,47) e inversamente, pela recusa de acreditar, o homem se auto determina para a morte definitiva (3,36; 9,39). O julgamento entregue ao Filho não é compreendido por João como exercício de um poder soberano do qual o homem fiel ou infiel, seria passivamente objeto no último dia; é entendido como resultado imediato da presença do Enviado de Deus. É evidente que a vinda histórica de Jesus é para a salvação e não para a condenação (3,17; 8,15; 12,47). Mas Ele não pode jamais impedir de se tornar juiz (8,16), como Ele mesmo declarou que no fim dos tempos a própria palavra proferida por Ele haveria de julgar (12,48). Büchsel ao comentar sobre o julgamento salienta, a instantaneidade de ocasião dos acontecimentos.

O julgamento já tem sobrevivendo a todos os que não creem (3,18,19), e nessa mesma linha, pode ser dito dos crentes que eles não serão julgados, mas que já passaram da morte para a vida, João 5,24; 1João 3,14, do mesmo modo, o julgamento já sobreveio ao mundo (12,31). (BÜCHSEL, 1963, vol.3, p.938, tradução é pessoal e literal).

O QE se refere somente em dois lugares para o julgamento final – 12,48 e 5,26-29. De acordo com a declaração de Jesus no capítulo 5,29 os homens serão julgados de acordo com as obras e haverá duas consequências: vida e condenação. Os versículos 26 a 29 são conclusões dos versículos 19 a 25 onde se enfatiza o processo de julgamento já em realização (5,24). Como é citado na obra Dictionary of Jesus “o veredicto do último julgamento é uma ratificação da vida e da morte que as pessoas já experimentaram por causa das suas reações para Cristo” (TRAVIS, 1992, p 411). Estes enfoques sobre o julgamento são como um processo instantâneo e imediato na obra da salvação, sem desconsiderar o julgamento final, que é uma das características de João.

2.2.5 Missão do Enviado é Julgar Mundo

João 5,30 “Eu nada posso fazer de mim mesmo, na forma porque eu ouço, julgo. O meu juízo é justo, porque não procuro a minha própria vontade, e sim a daquele que me enviou”. Brown (1966, p.220) faz interessante e convincente observação dos versículos 19 a 30:

Versículos 26 a 30 é uma outra versão dos versículos 19 a 25 precedente de um diferente estágio da tradição joanina. As palavras e pensamentos destas duas partes são extraordinariamente as mesmas, no entanto, a ênfase teológica difere fundamentalmente. Nos versículos 26 a 30, exceto no verso 26, não se encontram expressões peculiares de João – Filho e Pai. Naturalmente com propósito específico, João emprega o termo ‘Filho do Homem’, utilizado com muita frequência nos Sinóticos, mas não tão amiúde neste Evangelho. Aparece 13 vezes em todo o João, como que para intitular, também o escritor usa a expressão ‘Filho do Homem’. A frase é muito destacada no livro de Daniel (Dn 7,13), onde a figura do Filho do Homem aparece no contexto do julgamento divino final. Assim, provavelmente a ênfase teológica de 26 a 30 seria o julgamento final. (Tradução é literal e pessoal)

Observando detalhadamente o versículo 5,30, e comparando com o versículo 5,19, existe uma repetição. Tal como “o Filho nada pode fazer de si mesmo” do versículo 5,19 e – “eu nada posso fazer de mim mesmo” do versículo 5,30 a 45 (vs.30,31,36,43, 45). Enquanto que, dos versículos 5,19 a 25 o sujeito está na 3ª pessoa do singular – *uios*, “Filho”.

Estas palavras de defesa foram suscitadas por causa da acusação dos judeus a Jesus em razão da cura do paraplégico no tanque de Siloé, no dia de sábado (Jo 5,1-16). Esta denúncia se baseava em que esta cura e outros sinais eram realizados em seu próprio nome, para o benefício da sua pessoa, e como que se igualando a Deus Pai. Assim, Ele começa usando a justificativa semelhante feita no versículo 5,19 “Eu nada posso fazer de mim mesmo”. Esta afirmação dá formal e geral descrição do Filho na dependência do Pai, bem como, estas palavras ainda descrevem total e completa sujeição de Jesus nas palavras, nos atos e na vontade de seu Pai. A ênfase principal das duas frases iniciais do discurso, quer do verso 5,30 – *ou dunamai ego poiein ap emautou ouden* ou do versículo 5,19 – *ou dunatai o uios poieiv ap eautou ouden*, de acordo com Barrett (1978, p.264), “recai sobre o advérbio *ouden* – “nada”. Se era para Ele agir independentemente de Deus, Jesus estaria completamente sem poder”. *Emautos* – de mim mesmo é usado por Jesus, referindo-se a Ele mesmo 16 vezes no QE e isto raramente ocorre nos Sinóticos, no caso, Mateus 8,9 e Lucas 7,7.8. Há um real sentido nestas palavras iniciais do versículo que o Evangelista quer destacar na certeza de que Jesus nada faz d’Ele mesmo. Este é o cerne da teologia joanina. Diante disso, somos tentados a crer e a aguardar um Salvador a passos largos, e pronto a realizar sinais e milagres, implantar o Reino de Deus e salvar os homens perdidos. Jesus está aqui somente em nome de Deus, não está para revelar o seu próprio discurso em seu próprio benefício, nem tão pouco, meramente operar sinais para atrair os homens para si. Ele veio para revelar e oferecer uma imagem divina do Pai sem nenhuma distorção.

“Na forma que eu ouço, digo”, esta expressão obviamente aplica-se para a atividade do Filho como juiz, a quem o Pai confiou todo o julgamento, expressado fundamentalmente a atividade de Jesus descrita nos versículos 5, 22 a 27 do capítulo em exame. Esta sentença se assemelha com a do versículo 5,19, naturalmente diferindo no verbo *akouw* – “ouço”, com o *blepe* – “ver”. No entanto o destaque é o mesmo, a insistência em evidenciar a autoridade delegada pelo Pai ao Filho. O Filho só faz o que vê, então só julga o que ouve, ou seja a vontade do Pai que lhe fala. Ele nada faz por si mesmo, mas age inteira e completamente, seguindo as instruções que recebe do Pai.

Jesus afirmou enfaticamente - “o meu juízo é justo” referindo-se a isto diante das acusações dirigidas a Ele, e mais adiante, Ele explica que a raiz da injustiça humana consiste em buscar o seu próprio interesse e a glória terrena (7,18.24), ao

buscar exclusivamente a execução desta vontade, assim a sua sentença é necessariamente justa, sem nenhuma parcialidade, jamais arbitrária ou baseada em seus caprichos pessoais, porque refletem o julgamento de Deus (Sl 7,11 – “Deus é justo juiz”). Há uma expressão parecida mais adiante (Jo 8,16), na forma de - “é verdadeiro”. O ambiente é o de tribunal e os judeus acusavam e condenavam a Jesus pelo motivo já acima citado. Literalmente, Jesus está sob o julgamento, mas do ponto de vista do escritor do Evangelho, os judeus é que estão sob o julgamento de Jesus. Sendo Ele o promotor de justiça, denunciante, a acusação do Senhor Jesus tem procedência na base escriturística da necessidade de pelo menos duas testemunhas para que uma incriminação tenha validade oficial, em juízo (8,17; Dt 19,15). A atitude de Jesus foi tão correta que Ele mesmo invalidou o seu testemunho, de si mesmo (5,31). Assim começa a “convocar suas testemunhas – João Batista (5, 33-35); as suas próprias obras (5,36); o próprio Pai (5, 37-38); e as Escrituras (5, 39, 45-47)” (RAMSEY, 1984, p.106). Ele é executor da vontade do Pai que julga. Em seu julgamento sabe ser justo, porque Ele é cômico de que não tem preconceito pessoal, e esta não é uma vontade isolada e é assim, porque o Pai tem investido a Ele com a sua autoridade. É justo, porque a sua lealdade para a vontade do Pai exclui qualquer possibilidade de irregularidades. Todos os atos de Cristo na administração, tanto legislativo quanto judiciais estão exatamente de acordo com as regras da equidade divina (Pv 8,8 – “São justas todas as palavras da minha boca, não há nelas, nenhuma coisa torta, nem perversa”). Ali não existem quaisquer exceções; seus juízos são verdadeiros e conclusivos. A base do seu julgamento é nada mais que a vontade de Deus e por sinal embasada no seu caráter perfeito.

O centro da questão deste subitem é a divina autoridade de Jesus. Hull (1970, p.266) divide e intitula assim:

A autoridade é reivindicada nos versículos 1 a 9; é contestada em 9 a 18 e finalmente corroborada nos versículos 30 a 47. Havia a incontestável necessidade de autenticar a missão do Filho devido a ocorrência cada vez mais, de oposição e perseguição dos judeus contra Jesus. Esta autenticação não deveria apoiar-se na origem familiar como hereditariedade sacerdotal, nem como pelo treinamento acurado dos rabinos, nem tão pouco basear-se na autoridade derivada da exaltação e glória da sua própria vontade mas pela vontade d’Aquele que o enviou. Portanto, Ele era determinado a seguir o princípio escriturístico (Dt 19,15). Proibia-se o depoimento de uma só testemunha, de basear-se num testemunho próprio, mas que testemunho deve sempre ser confirmado por outro. E é este outro que autentica o testemunho de Jesus, é o próprio Deus. (Tradução é literal e pessoal)

O direito de Jesus julgar se assenta num singular relacionamento para com o Pai.

A ideia é de que Jesus ouve o veredicto do Pai, antes de pronunciar-se a si próprio, não é que Jesus não tivesse a sua vontade própria distinta, mas o fato é que a sua inerente vontade era sempre subordinada à vontade de Pai. (MACGREGOR, 1928, p.180, tradução é pessoal e literal).

A terceira sentença – “que não procuro a minha vontade, e sim a daquele que me enviou”, leva-nos a deduzir que a vontade do Pai é revelada e executada com toda a perfeição, através de decisões proferidas em todas as suas atividades durante a vida de seu Filho. Assim, Ele podia proclamar que o seu julgamento é justo, porque n’Ele há a vontade de Deus e não uma inescapável mistura de motivos humanos.

João 8,16 “Se eu julgo, o meu juízo é verdadeiro, porque não sou eu só, porém eu e aquele que me enviou”. Eis o motivo de Jesus ter declarado que “Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará em trevas; pelo contrário, terá a luz da vida” (8, 12). Os fariseus alegam que o testemunho d’Ele não é válido, e Jesus responde a sua acusação nos versículos 8,16 a 18, quando faz alusão a tarefa de julgar defendendo que o seu julgamento é verdadeiro por contar com a aprovação do Pai. Gossip e Howard (1952, p.596). fazem uma interessante paráfrase dos versículos 8,13 a 19:

Os fariseus – Tu mesmo estás dando um testemunho. Como tu mesmo disseste uma vez: Se eu testifico a respeito de mim mesmo o meu testemunho não é verdadeiro(5,31). Uma prova do homem acerca dele mesmo não é aceito, é insustentável. Além disso, o que está dizendo é inacreditável.

Jesus – Nas cortes era regra que o testemunho do homem não confirmado em seu favor, não poderia ser aceito. Mas o que o homem diz acerca dele mesmo nem sempre necessariamente, é falso. O que conta com isso é o caráter do homem. Sendo tal como eu sou, não é possível que eu fale erroneamente acerca de mim mesmo. Isto não agrada a vocês, porque na verdade vocês não me conhecem. Vocês julgam o povo pela aparência externa. Eu não vim para a decisão final de alguém; embora se eu o fizesse, faria com aquele conhecimento íntimo do coração humano que qualificaria para julgar corretamente. E além disso, meu testemunho de mim mesmo não é sem suporte, porque nunca estou só; meu Pai que me enviou está comigo e está ao meu lado. (Tradução é literal e pessoal)

Os versículos 8,15 e 16 apresentam uma certa contradição – “eu a ninguém julgo, e se eu julgo” a referida declaração provê indicação para o caráter dialético deste papel. Especificamente a frase “e se eu julgo”, a posição da partícula “se” - conjunção coordenativa, tem o efeito de reversão de toda a proposição negativa do versículo 15 – “eu a ninguém julgo”. “Jesus não pronuncia julgamento como costumeiramente fazem os judeus, mas não pode reter e negar o direito de julgar, porque o seu julgamento é totalmente diferente” (BARRETT, 1978, p.339). Assim neste versículo Jesus trata do seu direito de julgar. O verbo *krinw* - julgar, é usado aqui em dois sentidos. O sentido judicial “eu a ninguém julgo” e o sentido de chegar à conclusão bem fundamentada. Primeiramente, sua vinda para o mundo não era para o julgamento (3,17; 12,47) num sentido condenatório de avaliar o homem de acordo com a carne. Apesar da qualificação para penetrar no julgamento, devido o perfeito conhecimento do íntimo dos homens, que o autoriza a exercê-lo em conformidade com a justiça divina; porém, ainda não é chegada a hora e opta por não executar o julgamento. Sua vinda ao mundo era por amor e para a salvação da humanidade, por outro lado, Jesus tinha vindo para julgar. A reação do homem para com a vinda de Jesus em si, é de julgamento. Diante da presença real de Cristo que veio para julgar e por causa da incredulidade e dureza dos corações é inevitável que a humanidade seja dividida e julgada (9,39). De fato ao Filho do Homem é dada a autoridade única de julgar (5,27), porque a sua vinda resultou na manifestação da luz, logo ela como testemunha, revela (1,5), e o Revelador é Juiz, assim confronta o homem com uma decisão de vida e morte. Portanto, estas palavras também ecoam no julgamento final e eterno (3,18.19; 5,22.23.30).

Em 8,16 Jesus declara categoricamente – “o meu juízo é verdadeiro”. O foco desta frase está na palavra *aletine*, que se pode traduzir por – verdadeiro, genuíno, último, reto, coisa real. Barrett (1955, p.339) afirma que é sinônimo de *alete* e Brown (1966, p.341) diz que João nem sempre conserva distinção entre *alété* e *aletinos*. Quer dizer que somente o julgamento de Jesus é autêntico, é legítimo. Este julgamento é verdadeiro porque não é baseado no conhecimento superficial, mas no total conhecimento do homem, de todos os fatos, inclusive ocultos. Este conhecimento sobrenatural provém do seu convívio preexistencial com o Pai, quando Jesus declarou várias vezes “Em verdade, em verdade te digo que nós dizemos o que sabemos e testificamos o que temos visto” (Jo 3,11), “de modo que as coisas que dele tenho ouvido, essas digo ao mundo” (8,26), “o Filho nada pode

fazer de si mesmo, senão somente aquilo que vir fazer o Pai” (5,19). E há casos relatados nos Sinóticos, da mulher enferma que tocou nos vestes de Jesus para ser curada e Jesus percebeu divinamente (Mc 5,25-34). E o próprio autor do QE registra seguinte observação sobre a pessoa de Jesus – “Mas o próprio Jesus não se confiava a eles, porque os conhecia todos” (Jo 2,24). É verdadeiro porque é integralmente fundamentado e completo no caráter justo de Deus. Neste versículo é introduzida e iniciada a reflexão do julgamento e mais adiante é ratificada, com estas palavras: “Se eu julgo, o meu juízo é verdadeiro, porque não sou eu só”. Jesus proferiu assim para afirmar que Ele não julga só. Porque Ele não está só, mas inseparavelmente unido com o Pai que o enviou (3,34; 5,19.30.36.37). Ele não administra o seu julgamento independente de Deus, mas com a autoridade conferida pelo Pai, baseada em uma coerência eterna – Ele está no Pai e o Pai está n’Ele (14,11). Eis a unidade absoluta de propósito, de ação, da vontade entre Deus Pai e o Filho, e não só neste exercício de julgamento, mas também em todas as atividades, Jesus agiu sob a assistência do Pai. Esta sentença seria legítima porque o testemunho de Jesus apoiado pelo Pai, é que Ele é testemunha de suas obras (5,36). Crisóstomo (c.344-407) (*apud* Léon-Dufour, 1996, p.190) tece o seguinte comentário:

Se eu julgo, é porque eu tenho autoridade para executar julgamento. Eu para quem todas as coisas são entregues. Eu que sou Filho de Deus e que tenho o Espírito de Deus. Se eu julgo, meu julgamento é verdadeiro, incontestavelmente reto e de inflexível autoridade – Rm 2,2 ‘... juiz de Deus ... verdadeiro’. Se eu julgasse, meu julgamento deveria ser verdadeiro, então vocês poderiam ser condenados, mas o dia do julgamento não é chegado ainda, mas poupado, e portanto eu não julgo nenhum homem.

Jesus proferiu assim para afirmar que Ele não julga só. Porque Ele não está só, mas inseparavelmente unido com o Pai que o enviou (3,34; 5,19. 30.36.37). Ele não administra o seu julgamento independente de Deus, mas com a autoridade conferida pelo Pai, baseada numa coerência eterna – Ele está no Pai e o Pai está n’Ele (14,11). Eis a unidade absoluta de propósito, de ações, da vontade entre Deus Pai e o Filho. Não só neste exercício de julgamento, mas também em todas as atividades, Jesus agiu só, mas com a assistência do Pai. Esta sentença seria legítima porque o testemunho de Jesus apoiado pelo Pai é testemunho de suas obras (5,36). Como Léon-Dufour (1996, p.190) expressa:

não sou eu só que esclarece o seu caráter simultaneamente único e duplo, Jesus nunca está só, Ele sempre está com o Pai, cujo pensamento manifesta e cuja vontade, exprime. Jesus pode esclarecer que seu testemunho é prestado por duas testemunhas, de fato podia contar com o Pai e consigo mesmo, como se fossem DOIS, porque o Pai está com Ele (8,29; 16,32) e n'Ele (10,38), e entretanto, eles são UM (10,30).

O julgamento de Cristo não é aquele simples e de mero julgamento individual. Não emana do esforço para determinar sua atuação e autoridade pessoal, mas é auxiliado e corroborado com o testemunho do Pai, com a completa identidade de função, por aquele que o enviou. O que Jesus está tentando assegurar, é que o seu julgamento pertence igualmente para o Pai, assim também para o Filho, e para o Espírito Santo (16,8.11). Cabe ao Pai, devido ao eterno padrão espiritual mais elevado e de justiça, além do qual não recorre e se refere ao Filho como a luz do mundo, é ocasião em que a humanidade será separada nos dois grupos - os que amam e os que não amam a luz (3,20). Mathew Henry (s.d., CHAP. VIII) faz valioso comentário deste tema:

Jesus tinha conselho simultâneo do Pai para julgar; como Ele estava com o Pai antes do mundo em formação, assim o Pai estava com Ele no mundo em processo e execução daqueles conselhos e nunca o deixou sem se aconselhar (Is 11,2). Todos os pareceres de paz (e guerra também) estavam ambos entre eles (Zc 6,13). Ele tinha também o poder de cooperador do Pai, para autorizar e confirmar o que Ele fazia (Sl 89,21; Is 42,1). Ele não agia separadamente, mas em seu próprio nome e do seu Pai. (Tradução é literal e pessoal)

Esta coesão e harmonia, é chamada de “coinerência eterna”. (BRUCE, 1997, p.167). Mais uma vez Jesus enfatiza o seu comissionamento pelo Pai. Em toda história da Bíblia, Deus vai adiante com aquele que envia (Ex 3,10.12). Se Cristo é enviado pelo Pai, óbvio que a sua presença é contínua em toda a realização do seu propósito, inclusive no juízo. A última frase do versículo é traduzida por – “Eu tenho ao meu lado aquele que me enviou” ou literalmente – “eu e aquele que me enviou”, “eu estou com o Pai que me enviou (NVI), “O Pai que me enviou está comigo” (TCNT – The Twentieth Century New Testament). Dodd (*apud* BROWN, 1966, p.341) informa que:

[...] divina declaração *ego eimi*- “eu sou”, exerce um importante papel em João que aparece na Bíblia Hebraica Posterior na forma de ‘eu e ele’. Há evidência de que a forma ‘eu e ele’ era usada na cerimônia do Tabernáculo da Circulação no Altar. ‘Eu e ele’ parece dar ênfase a quase semelhança Deus e seu povo. Assim de acordo com Dodd na declaração ‘eu e um que

me enviou' Jesus está usando a forma do nome divino e implicando sua solidariedade com o Pai. (Tradução é literal e pessoal)

De acordo com Champlin (s.d., p.403):

a autoridade de julgamento de Jesus é confirmada por Deus quem o enviou. Esta ratificação é reiterada mais de quarenta vezes neste Evangelho, e isto subentende; 1) Pré-existência de Cristo; 2) Missão divina e messiânica de Jesus; 3) União de Cristo com o Pai; 4) A autoridade de Cristo que deriva do Pai; 5) Cristo é representante das regiões celestes.

Assim Jesus recebeu a divina autorização do direito de julgar e o seu julgamento é verdadeiro porque julga junto com Deus.

3. METODOLOGIA E RESULTADO NO ENVIAR

3.1. METODOLOGIA DO EMISSOR

Método significa procedimento técnico, organizado e sistemático que regula determinada atividade de acordo com um plano. O Emissor de Jesus que é o Pai, ao enviar o seu Filho ao mundo para salvar a humanidade, adotou um certo método, apresentado no Quarto Evangelho. E esse capítulo tenta apresentar o referido método do Emissor no enviar a Jesus. Classificam-se os seguintes versículos que acredita que enquadram-se ao assunto em pauta – João 4,38; 5,23.36.37; 7,33; 8,18.26.29; 13,20; 14,24; 17,18.21.23; 20,21.

Primeiramente, procura abordar sobre o envio do Filho propriamente dito e dos discípulos em três versículos pela seguinte ordem: 17,18; 20,21; e 4,38, onde aparecem os verbos *pempo* e *apostelo* – “enviar”. A alteração nas sequências dos versículos se deve ao fato de que o versículo 4,38 parece aludir para o comissionamento oficial. Assim ficará mais adequado a comentar na última parte dos três.

3.1.1 Envio Comparativo

João 17,18 “Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo”. O verbo enviar é usado sete vezes no capítulo dezessete. Dessas João utiliza a expressão “tu me enviaste” nada menos que cinco vezes – vs. 8,18,21,23,25. Ainda destaca o uso da expressão *kathos* em 16, 18, 21, 22, 23. *Kathos*, conjunção coordenativa, é de modo geral usado para indicar comparação – tal qual, dessa forma ou assim como. “A comparação ‘*kathos ... kai*’ dificilmente pode ser exato ou definido, mas ao mesmo tempo indica em cada caso alguma coisa mais que analogia superficial” (BERNARD, 1985, p.574). Com o uso de *kathos* o escritor quer enfatizar a relação comparativa e paralelismo de Jesus e seus discípulos com relação do Pai para com o Filho. Por sinal, João faz diversas vezes a tal comparação com o uso de *kathos*, por exemplo: no amor do Pai para o Filho, assim é o amor do Filho para com os discípulos “Como o Pai me amou também eu vos amei” (15,9), e

na unidade do amor do Pai ao Filho e do Filho com os discípulos “e eu neles e tu em mim [...] Tu me enviaste e os amaste como também amaste a mim”(17,23). A glória que o Pai deu ao Filho, era dada também por Jesus aos discípulos (17,22). Como o Filho vive pelo Pai, assim seus discípulos vivem por Jesus (6,57). O bom pastor conhece suas ovelhas e as sua ovelhas conhecem o seu pastor, como o Pai conhece o Filho e o Filho conhece o Pai (10,14.15). Este ensino é profundamente enraizado no Quarto Evangelho que parece destacar a missão sucessória – do Pai ao Filho, e do Filho aos discípulos. Neste versículo está descrita finidade e harmonia entre o Pai, o Filho e discípulos, e parece ainda implicar em prosseguimento do mesmo propósito e portanto similar equipamento. Nesta oração, Jesus fala com grande segurança da sua própria missão, do seu comissionamento e da sua instrução recebida (João 17, 1-26).

No prosseguimento da sua oração com o Pai, Jesus faz dupla comparação da sua vida entre o Pai como Emissor e por sinal, Ele mesmo como Emissor dos discípulos; e entre eles como o Enviado e os discípulos como tendo sido enviados. Estas duas equiparações se encaixam numa ideia que é: tal qual o Pai enviou Jesus ao mundo com uma mensagem, assim também Jesus enviou discípulos ao mundo com uma mensagem. O discípulo é o homem comissionado para a tarefa de conduzir o mundo de volta a Deus e fazer o mundo ciente de Deus. A comissão outorgada por Deus ao Filho agora é estendida através dos discípulos. Da mesma maneira que Cristo trazia a palavra, a autoridade e o selo da aprovação da parte do Pai, assim também, agora eles haviam recebido as credenciais da parte de Cristo.

Esta parte da oração de Jesus difere de uma oração de petição. Ela é mais uma oração de exposição da sua realização. Ele fala com grande satisfação da comissão que Ele tinha dado para seus discípulos. Assim poderia parafrasear esta parte da oração assim: “Eu os tenho enviado com a mesma mensagem, proceder no mesmo plano, pregar a mesma doutrina”.

“Ao mundo [...] ao mundo”. A repetição desta frase não se deve considerar inútil, mas

sugere que, assim como a presença de Cristo no mundo era necessária para o cumprimento do propósito de Deus, assim a esfera dos trabalhos dos discípulos também é no mundo ‘Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal’ (17,15)” (DODS, s.d., p.844, tradução é pessoal e literal).

Deste modo é explicado o impedimento em serem arrebatados do mundo porque eles teriam de continuar como representantes enviados de Cristo, assim foi com o Cristo de Deus. Agora os discípulos são portadores da mensagem da palavra de igual modo, como foi Jesus. Quando os discípulos enviados ao mundo estiverem sem pertencer ao mundo, serão verdadeiramente como “enviados”, assim estarão no mundo da mesma forma que Jesus esteve (1Jo 4,17) enviados ao seu próprio povo mas sendo tratados como estranhos na semelhança do seu Mestre (1,10.11). Não deverão fugir do mundo, como o Senhor não fugiu.

“Também eu os envio”. O envio dos discípulos é ocupado num momento crucial e supremo do Filho, quando se aproxima o fim do seu ministério, pela prisão e morte, desta maneira a tarefa encarregada pelo Pai é quase completada e a missão dos discípulos em forma embrionária da igreja iniciada. O uso do aoristo é para acentuar a certeza do seu futuro, para o momento real e em verdadeira missão, quando Jesus enviaria os seus discípulo ao mundo, mais adiante, após a sua ressurreição.

João 20,21 Este versículo é o registro do solene envio dos discípulos como apóstolos oficialmente. “Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio”. O destaque deste versículo está relacionado ao envio do Filho ao mundo, particularmente a sua obediência ao Emissor no cumprimento da tarefa missionária. Também, esta obediência é apresentada em outras partes do Evangelho – 5,19-30 e 8,29, obediência esta que se tornou paradigma de todos quantos desejam seguir a Jesus (15,9 e 10).

Ao introduzir esta importante missão aos discípulos, Jesus repete a solene saudação: “Paz seja convosco” feita no encontro d’Ele com os discípulos, tanto na primeira aparição após a ressurreição (v.19), quanto na segunda (v.21). A primeira saudação é proferida num ambiente de medo. Provavelmente, o Príncipe da Paz quis dissipar este temor e proporcionar-lhes certeza bem como esperança através da presença ressurreta e contínua de Jesus. A segunda saudação de paz, é acrescida com o advérbio *palin* – “outra vez”, isto porque esta saudação tem o objetivo de encorajamento em aceitar a comissão que ele iria outorgar aos discípulos. Como diz Macgregor: (1928, p.364) “Paz ativa de serviço”.

A quem exatamente Jesus se dirigiu por meio destas palavras? Aos onze, ou melhor aos dez, por causa da ausência de Tomé? Ou foi dirigida de modo geral a

todos os discípulos que seguem a Jesus? Naturalmente pelas pesquisas escriturísticas e arqueológicas alcançadas até o presente momento não é possível encontrar solução para a questão suscitada. O versículo acima é introduzido no contexto aparecimento de Jesus ressurreto aos seus discípulos assim: “Ao cair da tarde daquele dia, o primeiro dia da semana, trancadas as portas da casa onde estavam os discípulos com medo dos judeus, veio Jesus, pôs-se no meio e disse-lhes: Paz seja convosco!” (v.19). Está explícito que estavam ali “os discípulos”. A palavra discípulo aparece no Evangelho de João 78 vezes. Por uma leitura primária destas 78 referências e pelo contexto, presume-se que o vocábulo se aplique maior parte aos apóstolos, i.e., os discípulos separados para uma missão especificamente evangelizadora (2,22; 4,2.31; 6,12.24; 9,2; 11,7.8; 12,16; 13,15; 16,29; 18,15; 19,27; 20,2; 21,2; etc.). Nas descrições análogas do aparecimento de Jesus ressurreto aos discípulos, há categórica asserção da presença dos discípulos, e não apóstolos como em Lucas 24,35.36. Por outro lado, há descrição explícita da presença exclusiva dos onze apóstolos, aos quais Jesus ressurreto aparece em Marcos 16,14. Assim, seria mais coerente neste caso, fundamentar apenas neste Evangelho o destinatário das palavras de Jesus. Ademais, não há nenhuma prova plena de que as descrições das aparições mencionadas nos sinóticos e em João tenham inter-relacionamento entre si. Desta maneira, presume-se que neste versículo Jesus tenha dirigido estas palavras aos apóstolos propriamente dito. Acresce-se a isto, por alguma razão especial, João evita usar o termo apóstolo no seu escrito. Como afirma Brown: (1966, p.1036) “Por todo o relato do ministério de Jesus, João tem evitado os discípulos como apóstolos e ele não tem descrito uma ocasião em que eles eram enviados”.

Como ocorre com frequência existem opiniões divergentes dos comentaristas nas determinadas interpretações. Neste versículo, a divergência suscitada está no pronome “vos” do “Eu também vos envio”. A discordância se constitui por aqueles que alegam que a ordem do envio foi a todos os discípulos de Cristo sem especificar os apóstolos chamados; e outros há que argumentam que o mandado do envio, inicialmente se destinava aos apóstolos propriamente ditos. Entre os que sustentam que o envio se aplica a todos os seguidores indistintamente estão Haenchen, e Brown. Haenchen (1980, p.211) diz: “o ‘vos’ se refere aos discípulos e não apenas os doze ou grupo de elite ou líderes espirituais. E Brown

(1966, p.1022) entende que a circunstância admite o comissionamento formal e afirma:

Os verbos respectivamente *apostelo* (no perfeito) e *pempo* (no presente) colocados em paralelo aqui, com nenhum sinal visível de distinção. Num paralelo exato com 17,18 'Assim como tu enviaste ao mundo, também eu vos envio ao mundo', aqui o verbo *apostelo* é usado no aoristo em ambos os casos. Embora este verbo reflita o comissionamento dos apóstolos, isto não poderia ser usado para afirmar somente os onze que estavam presentes". (Tradução é pessoal e literal)

Dos livros disponíveis, cujos autores defendem a opinião de que Jesus estava se dirigindo aos discípulos escolhidos, i.e., aos apóstolos são – Bernard, Bruce, Carson, Hendriksen.

Westcott (*apud* BERNARD, 1985, p.676) escreve:

A comissão final não era dada para todos, mas ao círculo íntimo que tinha sido selecionado, há muito tempo, como aqueles que eram para ser enviados. O envio dos apóstolos por Cristo era como o enviado de Cristo pelo Pai. Ele tinha falado na última Ceia que qualquer que recebesse aqueles que Ele enviou receberia a Ele, enquanto que aqueles que recebessem a Ele receberiam o Pai que o enviou (13,20). A linguagem desse tipo é endereçada no Quarto Evangelho para os apóstolos somente; e é difícil em face da passagem paralela que tem sido citada, supor que neste versículo, e aqui somente, o evangelista tencione fazer entender que a grande comissão ora dada a todos os discípulos que estavam presentes. Isto é totalmente justo descrever este versículo como 'a licença ou alvará da Igreja Cristã'. (Tradução é literal e pessoal)

Carson (1991, p.648) tem a seguinte opinião: "Aqui o verbo usado em duas frases não é o mesmo, são *apostelo* e *pempo*, como se a pista para o versículo coloca em distintos de envio". Hendriksen (1973, p.460) opina a questão da seguinte maneira:

O fato de que haviam outros ao lado dos dez [...] alguns têm concluído que não há nada oficial acerca do envio. Mas, embora as palavras fossem destinadas para a igreja inteira, isto não é verdade que a tarefa de proclamar o Evangelho para o mundo é toda via executada primariamente por meio daqueles que especialmente escolhidos. E através deles à igreja inteira para trazer a mensagem de Deus para o mundo. (Tradução é literal e pessoal)

"O uso de *kathos* nesta frase não introduz uma mera comparação entre os dois atos do envio, mas continuidade intrínseca de uma missão única. O Filho apresenta aos discípulos a própria missão que Ele recebeu do Pai" (LÉON-DUFOR, 1996, p.163). Este envio serve a ambos como modelo e fundamento do envio do Filho e dos Apóstolos. Este versículo é reflexo de 17,18, o verbo *apostelo* usado no

envio do Filho está no tempo perfeito e exprime a ideia de duração permanente da missão através dos seus enviados. O paralelismo entre o Pai e seu Filho está no fato de Deus ter enviado a Jesus, assim Jesus igualmente enviou os apóstolos e isto prova a divindade de Jesus. A comissão que Jesus outorgou aos discípulos era imbuída da mesma autoridade dada pelos outros. Portanto, ambos, semeador e ceifeiro no divino arranjo, ali será sempre uma safra para colher.

3.1.2 Testemunho

João 5,36.37 e 8,18

“Mas eu tenho maior testemunho do que o de João; porque as obras que o Pai me confiou para que eu as realizasse, essas que eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou. O Pai que me enviou, esse mesmo é que tem dado testemunho de mim. Jamais tendes ouvido a sua voz, nem visto a sua forma. Eu testifico de mim mesmo, e o Pai que me enviou, também testifica de mim”. O método principal da missão que o Pai propôs ao Filho constitui-se de testemunho daquilo que o Enviado viu, ouviu e aprendeu do Pai, assim o verbo “testemunhar” aparece no Evangelho de João 34 vezes. O significado do verbo testemunhar é como um termo jurídico, alguém que é capaz e pronto, e que tem o conhecimento direto acerca de uma pessoa ou de um fato, como um depoente quer fornecer uma informação, declarando-se como verdadeiro diante da corte daquilo que tem visto, ouvido ou conhecido.

A cura do paraplégico no dia de sábado provoca uma polêmica pelo fato de Jesus ter-se defendido dizendo: “Meu Pai trabalha até agora, e eu também trabalho” (5,17). Estas palavras incitam ainda mais a animosidade dos judeus. Como resultado, Jesus passa explicar a sua missão em 5,19 a 47 e 8,12 a 30. Os judeus questionam a procedência da sua autoridade e autenticidade do seu testemunho: “Então, lhe objetaram os fariseus: Tu dás testemunho de ti mesmo; logo, o teu testemunho não é verdadeiro” (8,13). Eles contestam que a declaração de Jesus como testemunho dentro do procedimento jurídico é insuficiente (8,13). A lei israelita requeria diversas testemunhas para apoiar qualquer acusação ou defesa (Dt 17,6 e 7; 19,15; Nm 35,30). Censuraram que suas palavras são endossadas por Ele mesmo e pelas suas próprias palavras, assim são insustentáveis e suspeitas. A lei

judaica estipulava duas ou três outras testemunhas, além do acusado, assim de acordo com esta mesma lei, Jesus era o acusado e é única testemunha que os judeus consideravam. Diante disso, Jesus passa a legitimar o seu testemunho dentro do procedimento jurídico judaico e escriturístico: “Também na vossa lei está escrito que o testemunho de duas pessoas é verdadeiro” (8,17). A lei é chamada de “vossa” porque os judeus reconheciam a sua autoridade e eram obrigados a admitir a força do argumento baseado na lei. E assim, Jesus procede como se estivesse num tribunal de julgamento e invoca pelas testemunhas para sustentar o seu clamor como Revelador diante do mundo. A veracidade do seu testemunho se deve ao fato de que Ele é a Palavra encarnada vinda do céu (1,14). Ele produz testemunho do que tem visto e ouvido (3,11 e 32).

O evangelista transcreve a famosa expressão joanina – “Eu testifico de mim mesmo” (8,18), como diz Bultmann (1971, p.200): “A mitológica declaração da unidade do Pai e Filho”. O uso desta expressão aqui difere das duas outras idênticas afirmativas joaninas, tais como: “Eu sou o pão” (6,35) que é seguido por um simples predicado. O artigo que antecede a palavra “testemunha” requer uma observação. A frase pode significar “Eu sou aquele que está na condição de fornecer testemunho com abundante qualificação”. Estas palavras não identificam Jesus como um mero indivíduo particular chamado a dar um testemunho. Este é o estilo da divindade. Como os judeus tinham instigado a Jesus negando a validade e a confiabilidade do seu testemunho, Ele responde, expressando-se na forma sugerindo divindade. Isto porque Ele estava tão seguro e consciente da sua própria autoridade do seu próprio relacionamento com Deus, que nenhum outro testemunho era necessário.

“Mas eu tenho maior testemunho do que o de João” (5,36). A palavra inicial “Eu porém”, é deslocado para contrastar com “vós” do versículo 5,33, para iniciar a exposição da tese de que os testemunhos de Jesus é maior do que o do seu precursor. Com estas palavras Jesus não está comparando com a atuação de João. Gramaticalmente a frase poderia ser traduzida assim: “Tenho um testemunho maior do que João tem”, mas por causa do contexto, seria melhor traduzir assim: “Tenho um testemunho maior do que aquilo que João deu”, ou “maior que o testemunho que João pode produzir para mim”. Assim, tenta provar um tipo diferente de testemunho ou de maior valor em evidência.

“Porque as obras que o Pai me confiou” (5,36). Um dos métodos do Emissor é de confiar as obras que o Enviado realizaria aqui no mundo diante dos homens. O

que são essas obras? A primeira ideia que vem à nossa mente é como as obras realizadas por Jesus como seu testemunho, seriam milagres e sinais que o Enviado realiza durante o seu ministério terreno (10,25). Por exemplo, quando Jesus manda os mensageiros de João relatar o que estavam vendo e ouvindo acerca das curas e dos milagres (Mt 11,4.5), como prova suficiente da sua messianidade. No entanto, o termo possui um alcance maior de significado. *Ta gar erga* - A Bíblia da Nova Versão Internacional (NVI) traduz por “a própria obra”, esta obra é a dádiva que o Pai dá para Jesus, como é asseverado em 5,20 “Porque o Pai ama ao Filho, e lhe mostra o que faz, e maiores obras do que estas lhe mostrará, para que vos maravilheis”. Como afirma Brown: (1966, p.324) “As obras são parte daquela obra que é a economia da salvação confiada pelo Pai a Jesus”. As obras abrangem todo o conjunto do ministério de Jesus e toda a sua vocação messiânica comissionada (4,34;5,19.20; 17,4), inclusive sinais (2,11). Essas obras atingem seu clímax por ocasião do julgamento e da vivificação, isto é o dom da vida que é a obra da redenção realizada na cruz. Essas obras são “maiores obras” do que a cura do enfermo e de outros sinais operados pelo Filho. Carson (1991, p.261) explica que: “Estas não são uma mera demonstração de que Jesus é um ser humano notável, talvez um profeta, segundo conclusão de Nicodemos (3,2). O Argumento neste versículo gira em torno da exposição de Pai e Filho, relação encontrada em 5,19 a 30”.

“Para que eu realizasse” (5,36). A expressão “realizasse” neste versículo no original usa o verbo “completar”, que é usado apenas cinco vezes, mas um dos termos característicos em João, especialmente junto com a palavra “obra” (4,34; 17,4). Barrett (1978, p.266) comenta:

Ambos os lados da atividade de Jesus são apresentados: suas obras em princípio não são d’Ele próprio, mas do Pai; também por causa da completa obediência, as obras do Pai são trazidas através d’Ele para uma única perfeição. O que tinha sido parcialmente pelos servos de Deus é finalmente cumprido por seu Filho. (tradução é pessoal e literal)

É preferível traduzir o verbo *teleiow* por – levar a termo ou capacitado a completar, e não um simples cumprir ou realizar, que o grego preserva a ideia de conclusão ou acabamento que a palavra contém. Macgregor (1928, p.168) explica:

que a frase “deu-me para concluir” – “O grego muda de expressão e enfatiza o divino propósito: a missão ainda está em processo de

cumprimento, mas o propósito de Deus é que será cumprido 'Quando pois, Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado'(19,30). Os milagres não são dados na forma de obras feitas, mas de obras a serem feitas. (Tradução é literal e pessoal)

O pai não confiou suas obras ao Filho como a um simples executor de sinais ou canal de ação do Pai, mas para que Ele verdadeiramente seja coparticipante – “essas que eu faço” (5,36) e que estas obras fazem parte integrante da obra redentora.

“Essas que eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou”. As palavras iniciais poderiam ser traduzidas melhor assim: “essas mesmas obras reais e verdadeiras que eu estou realizando”. O pronome “mesmas”, se refere às obras que o Pai deu ao Filho para completar a frase anterior do próprio verbo. Assim, o Pai dá as obras e o Filho as realiza (3,2). Portanto, essas obras são a peculiaridade divina, isto é são de Deus. Com esta frase, Jesus quer provar através das obras que ainda estão em processo de completar, a sua divina origem e evidenciar o cumprimento da sua missão messiânica de que Deus o enviou (10,25.38; 14,11). Essas obras eram o selo de aprovação de que o Pai o havia comissionado.

“O Pai me enviou”. Essa frase inicial do versículo 37 faz elucidar o “outro” do versículo 32 – “O outro é o que testifica a meu respeito”, este outro é o Pai e o testemunho do Pai gera a autoridade absoluta. Esta identificação é devido à conjunção coordenativa *kai* inicial, que equivale a um “sim”. Desta maneira, pode-se traduzir assim: “Sim, o Pai me enviou”. Aquele testemunho do Pai no versículo 32 e o testemunho de Jesus neste versículo se encaixam. “As obras” citadas várias vezes no versículo 36 não são mencionadas meramente para relatar como obras realizadas por Jesus, ou que Ele é pessoa notável como se referiu Nicodemos “vindo da parte de Deus [...] se Deus não estiver com ele” (3,2), mas tem por objetivo apontar o Pai como a origem de todo o verdadeiro testemunho, isto é, o Pai mesmo produz este testemunho. E ao mesmo tempo as obras que são testemunho do Pai, indiretamente testificam como demonstrações em favor do próprio Jesus, e este, por sinal, menciona insistentemente que o Emissor dá testemunho acerca do Enviado. Este testemunho mútuo temo propósito de realçar o fato de que o Filho manifestamente enviado por Deus com uma autoridade delegada e não está só (8,16). Bultmann (1971, p.267) comenta: “Que estas ações nunca podem ser

entendidas se tomadas isoladamente, mas devem ser vistas à luz desta particular dualidade”. Ainda diz Carson (1991, p.262): “que estas menções recíprocas são uma referência geral da obra do Pai”.

“Esse mesmo que é que tem dado testemunho de mim”. O verbo testemunhar está no perfeito, indicando a ação do Pai no passado, cujo efeito ainda está patente no presente, isto é, o testemunho das Escrituras. A frase – “o Pai que me enviou, esse mesmo é que tem dado testemunho de mim” do 5,37 e “e o Pai que me enviou também testifica de mim” do 8,18 são quase idênticas que até sugerem a equivalência da função e status entre o Pai e o Filho. E também, está reafirmando que há outra testemunha de que é Deus, que o enviou, assim a letra da lei é cumprida. “Os versículos 14, 16 e 18 da capítulo 8 constituem três modos progressivamente claros de Jesus declarar que há de fato apenas duas testemunhas, Jesus e o Pai, isto falado pelos lábios de Jesus. Esta é a razão porque seu testemunho traz seu próprio selo de autenticação” (MICHAEL, 1994, p.153). E este testemunho é declarado pelas palavras proferidas por Jesus, porque Ele conhece o Pai e Ele diz o que ouviu do Pai (8,28). Na verdade o Pai está falando através do testemunho de Jesus. Nenhum homem pode falar com tal sabedoria e autoridade, a menos que Deus estivesse em indissolúvel comunhão com Ele tivesse dado seu conhecimento. E ainda este testemunho de Deus está nos feitos de Jesus sobre os homens. Ele fez o que nenhum homem jamais fez, afinal é a prova do poder divino. Tudo isto é o cumprimento da profecia de Isaías “Quem guiou o Espírito do Senhor? Ou como seu conselheiro ensinou?” (Is 40,13). E ainda há de se manifestar como fiel e genuína testemunha do fim dos tempos “Estas coisas diz o Amém, a testemunha fiel e verdadeira, o princípio da criação de Deus” (Ap 3,14). O depoimento de duas testemunhas era considerado verdadeiro, não somente válido dentro da Lei. De acordo com o Pentateuco as testemunhas tinham de ser pessoas confiáveis, merecedoras de crédito e não falsas ou injustas (Dt 19,16-19). Por sinal, estas duas testemunhas são perfeitamente confiáveis e em completa harmonia. São iguais em poder e glória, portanto, mesmo em essência. E ainda descrevendo o caráter das testemunhas é que, ele é o único e duplo, isto é, “Jesus nunca está só, Ele está sempre com o Pai, cujo pensamento manifesta e cuja vontade é expressa” (LÉON-DUFOUR, 1996, p.153). conclui-se que estes testemunhos são legítimos e genuinamente divinos (1Jo 5,7-11).

“Jamais tendes ouvido a sua voz, nem visto a sua forma” (5,37). Esta censura de Jesus de os ouvintes não terem ouvido a voz do Pai, nem terem visto a forma de Deus não se aplica ao acontecimento na ocasião do batismo de Jesus narrado nos Sinóticos. A maioria dos comentaristas sustenta que esta referência se aplica ao testemunho de Deus no Antigo Testamento especialmente à cena ao pé do monte Sinai, onde Deus falou a Moisés, na outorga da Aliança (Ex 19,9). A fim de entender a frase: “a sua palavra” do versículo 38 pode se interpretar como a Palavra do Pai confiada a Jesus durante o ministério terreno ou a palavra de Deus dirigida ao povo de Israel ao longo da sua história. O duplo testemunho indicado nos versículos 36b e 37a – “as obras que o Pai me confiou” e “o Pai que me enviou” é comparado com a dupla reprovação com 37b e 38 – “Jamais tendes ouvido a sua voz, nem visto a sua forma” e “não tendes a sua palavra permanente em vós”. Estas palavras foram dirigidas porque eles não compreendiam o testemunho das obras, nem permitiam que a palavra de Deus contidas nas Escritura falassem, como é evidenciado nas palavras do versículo 42 “não tendes em vós o amor de Deus e no versículo 44 “vós os que aceitais a glória uns dos outros e, contudo, não procurais a glória que vem do Deus único?” Todos aqueles que falham em ouvir a Jesus, conseqüentemente falham em ouvir a Deus, pois a voz de Cristo é certamente a voz de Deus (14,24), e a forma de Cristo é a imagem de Deus mesmo (2Co 4,4). Brown (1966, p.225) analisa que: “Ali parece ter sido uma tradução popular acerca de ouvir e ver Deus no Monte Sinai, e João apresenta Jesus como argumento contra isto (Dt 4,12.15). Pela palavra “testemunho” pode ser interpretado como testemunho do Pai escrito nas Escrituras e pode ainda ser lido, isto, devido à força do perfeito do verbo cujo efeito permanece ainda. É mito difícil tomar o testemunho do pai ao lado do Batista, das obras, ou dos outros profetas. Bem verdade é que este testemunho não é vivo e presente fisicamente, nem tão pouco podem ser ouvidos à viva voz, nem visto a forma com os olhos externos. A chave para entender estes dois versículos (37 e 38) está em 1ª João 5,9 e 10 “Se admitimos o testemunho dos homens, o testemunho de Deus é maior; ora este é o testemunho de Deus, que ele dá acerca do seu Filho. Aquele que crê no Filho de Deus tem em si o testemunho. Aquele que não dá crédito a Deus o faz mentiroso, porque não crê no testemunho que Deus dá acerca do seu Filho”.

O crente tem um testemunho interno continuamente, que é a consciência de uma revelação divina, única realidade do testemunho de Deus invisível. Jesus não

está incentivando que seus seguidores devem empreender-se a ouvir as vozes celestiais ou epifania visível de Deus. Ele está dizendo que não é pela vinda no meio do povo em forma visível e falando com a voz audível que o Pai tem testificado. Isto não é pela sensibilidade física da audição e da visão. O testemunho do Pai é concedido por meio de toda a Escritura para aqueles que creem no seu Filho (1,18; 6,46; 14,9). Aqueles que não creem em Jesus não ouvem a voz de Deus (12,49), nem o veem também (1,18). Aqueles que recebem e creem em Jesus, aceitando a sua palavra, conseqüentemente veem e ouvem o Pai (14,9) e recebem o testemunho direto de Deus. Os judeus pela razão da sua rejeição a Jesus e pela insensibilidade para com a revelação divina e incredulidade em Cristo, tem deixado de se apropriar e escapar-lhes a oportunidade de ouvir a voz e ver a forma de Deus que foi manifestado na pessoa no seu Filho Jesus. “Não tendes a sua palavra” (v.38).

João 8,26 “Muitas coisas tenho para dizer a vosso respeito e vos julgar; porém aquele que me enviou é verdadeiro, de modo que as coisas que dele tenho ouvido, essas digo ao mundo”. Estas palavras explicativas deste versículo foram provocadas por causa do questionamento feito pelos judeus a Jesus – “Quem és tu?” (8,25). A pergunta desta natureza já aparece no início deste Evangelho (1,19). Quando as autoridades judaicas enviaram sacerdotes e levitas para perguntar a João Batista – “Quem és tu?”, sobre a sua pessoa e suas atividades. Parece desnecessária tal pergunta dos judeus a Jesus, porque a Ele já haviam feito várias vezes, sobre a declaração acerca da sua pessoa (7,28.37s; 8,12s). E os judeus agiam como se não tivessem ouvido as exortações de Jesus contra eles. Diante das condenações expressas por Jesus certamente tramaram que a melhor defesa seria lançar uma ofensa contra Jesus. Assim eles interrogaram com uma expressão escarnecedora e de ridículo. A verdade é que eles não compreendiam a mensagem trazida de cima, porque eles são da terra (8,23). Suas mentes, corações, ouvidos e visão são fechados ao campo espiritual e não podem assimilar a revelação trazida pelo Messias. Eles criaram a figura do Messias com base nas suas pressuposições e na racionalização (7,27; 8,14). Os judeus não compreendiam a concepção de Jesus, Ele não buscava poder nem glória. Aparece aos olhos deles como pretendido líder religioso e agitador, assim as palavras de Jesus permaneciam como enigma. Jesus se esquivava em dar resposta imediata à pergunta dirigida. Desta maneira Ele

profere uma frase estranha, que é uma auto-revelação, conhecida por intérpretes bíblicos como “cruz interpretum (um texto apresentado especial dificuldade de interpretação)”. (HAENCHEN, 1984, p.28)

“Desde o princípio” do versículos 8,25 é susceptível de várias traduções, por exemplo no sentido temporal, quer dizer: desde o começo; no sentido lógico, primeiro, primeiramente; no sentido adverbial: absolutamente, qualquer modo, de modo algum. Michaelis (1994, p.159) interpreta assim: “Primeiramente, o que eu vos digo. Um antigo manuscrito tem um texto mais longo: ‘Eu vos disse no começo o que vos falo agora’”. Assim a frase poderia ser traduzida: “Eu sou quem falei a vocês desde o começo”. Desta maneira Jesus não trata exatamente da pergunta dirigida a Ele. Não está desviando, mas responde muito propositadamente com uma exclamação de exasperação, defendendo a validade do seu próprio testemunho, e exortando aos seus seguidores de que deveriam dar ouvidos a Ele mesmo. E prossegue: “Muitas coisas tenho para dizer a vosso respeito e vos julgar”. Macgregor (1928, p.225) faz paráfrase adequada: “Porque eu falaria de qualquer modo? Vocês incitam-me a passar duros veredictos sobre vocês, mas eu me limito a mim mesmo, visto que há sempre um juiz, e seu veredicto não é meu (5,30)”. Barrett e Brown tomam a expressão tradicional “Eu tenho” por “Eu posso”. Este uso é demonstrado também em 8,6. O versículo aludido se assemelha com o versículo 16 – “Se eu julgo, o meu juízo é verdadeiro, porque não sou eu só, porém eu e aquele que me enviou”. Esta expressão “muitas coisas”, é explanada no decorrer deste capítulo.

A frase “tenho muitas coisas a dizer (*laleo*)” aparece semelhantemente com o uso de verbo *lego* – “Tenho ainda muito que vos dizer” em 16,12. Com isto Bernard (1985, p.302) afirma: “conclui que os verbos *laleo* e *lego* no Evangelho de João são permutáveis”. Este discurso de Jesus é de julgamento e já tinha sido pronunciado anteriormente – versículos 21 e 24. Ele pode julgar como Ele mesmo afirma várias vezes, mas Ele não pretende exercer o juízo, e deixar que o Pai execute. Matthew Henry (s.d., v.V, s.p) apresenta interessante desfecho deste discurso: “Jesus tinha muitas coisa para acusar, muita prova para apresentar contra, mas para o presente momento era bastante”.

A frase “Porém aquele que me enviou é verdadeiro”, Bultmann (1971, p.351) assim comenta: “serve para fazer conexão entre o conhecimento da pessoa de Jesus e da pessoa do Pai”. Outrossim, a conjunção coordenativa “mas” serve de contraste entre as duas partes do versículo, e aponta a origem dos seus modos de

falar. Assim conduz a atenção dos ouvintes para àquele que o enviou, é verdadeiro. Este versículo parece ser retomado das palavras do versículo 8,16. Desta maneira ele quer demonstrar que as suas palavras são reflexos dos pensamento do Pai que o ouviu. Estas exortações são duras e desagradáveis ao ouvido o povo, mas Ele tem de proferir porque foi enviado para esse fim. Ele vem declarando exaustivamente ao longo da sua atuação que Ele é enviado de Deus (5,36; 7,28; 8,18) que equivale à declaração de Moisés. No entanto, esta referência é jamais mencionada por Jesus. Ele evita declarar publicamente esta designação, porque o seu messianismo além de ser bem diferente da ideia corrente, provavelmente também receava que necessitasse retificar a imagem deturpada que viesse a se propagar.

O adjetivo *alétes* – “crível, verdade, digno de confiança”, aparece no QE 14 vezes. “No Evangelho de João, Deus é verdade e verdadeiro pelo qual ele mesmo revela no Filho (3,33; 7,28; 8,26; 17,3). Portanto, o termo “verdade” é significativo para a teologia joanina, e a palavra também ocorre junto com a palavra “testemunho” (19,35)” (HÜBNER, H. *Aletheia* - Verdade. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). O que Jesus está querendo enfatizar é que o Emissor é verdadeiro em todas as sua declarações e julgamentos. Ele é verdadeiro na sua natureza (3,33), “como padrão de verdade como aquela veracidade da qual toda e qualquer outra verdade depende” (CHAMPLIN, s.d., p.407). Em todas as palavras e mensagens de Jesus a mente do Pai é externada, isto é, mente verdadeira. Assim as promessa que Jesus faz são as promessas verdadeiras, suas ameaças e condenações àqueles que rejeitam também são verdadeiras.

“De modo que as coisas que d’Ele tenho ouvido, essas digo ao mundo”. A tarefa do enviado é aceitar tudo o que Ele tem ouvido e revelado por toda a eternidade em virtude da imprescindível união com o Emissor e anunciar esta revelação ao mundo. Assim o Filho tem se absterido de falar de suas próprias palavras, bem como da sua própria produção ou de seu raciocínio, isto não porque Ele não pudesse fazer o uso de si próprio. Ele tem abdicado os ensinamentos da sua iniciativa e de declarações da sua vontade (3,34; 5,19-30; 8,15 e 16). Nem tão pouco, ocultou ou omitiu qualquer parte da revelação paternal. Nem sequer mudou ou alterou as instruções que recebeu (5,30).

A revelação da mensagem do Pai é destinada não somente aos judeus, mas também aos gentios – “para o mundo”. Jesus persiste em repetir e salientar o âmago da universalidade da mensagem cristã, este é um dos assuntos centrais do Novo

Testamento. Vincent faz a seguinte consideração: (s.d., p.172) “Os melhores textos leem *lalo* em vez de *lego*, que enfatiza não o que Cristo diz, mas o fato de que Ele fala”. O uso da preposição *para* – “de”, aqui é importante, porque expressa um aspecto de movimento, porque Jesus tem vindo do Pai para o mundo. Literalmente significa “neste mundo”, assim as palavras de Jesus podem alcançar e se espalhar através do mundo.

Restam três versículos selecionados que podem expressar a ideia de metodologia do Emissor e do Enviado na obra apostólica, que são – 5,23; 13,20 e 14,24. Para melhor desenvolvimento e conseqüente entendimento das ideias que os três versos apresentam, muda-se a seqüência dos referidos textos para o seguinte arranjo – 13,20; 14,24 e 5,23.

3.1.3. Ceifa

João 4, 38 “Eu vos envie para ceifar, o que não semeastes; outros trabalharam e vós entrastes no seu trabalho”.

Esta palavras de Jesus aparentam ter sido influenciadas pelo provérbio na época, na cultura grega e romana. Mas a referência principal, indica ser de algumas passagens do Antigo Testamento, tais como: Josué 24,13; Salmo 126,5.6; Amós 9,13; Levítico 26,5. O Evangelho de João não menciona qualquer investida evangélica dos discípulos em Samaria ou mesmo anteriormente. O comentarista Haenchen diz que este versículo “é claramente expressado do ponto de vista da ressurreição de Jesus, quando Jesus ressurreto envia os discípulos”. Brown faz uma observação apropriada sobre a ceifa: “Se na parábola da colheita em Mateus 13 a imagem representa a colheita do homem no fim dos tempos, em João a colheita já segue no ministério de Jesus, i.e. através da igreja.

Quando Jesus declarou: “Eu vos envie para ceifar” suscita ai uma dificuldade na interpretação. Quando Ele fez isto? É uma pergunta que não pode proporcionar a resposta convincente. Aliás como ocorre frequentemente, há duas opiniões adversas. Há quem considera que de fato Jesus os enviou. Vincent entende que: *ego* – “eu” e *humas* – “vos” são enfáticos. O tempo aoristo aponta para trás para a missão dos discípulos como envolvidos na sua chamada original. Dods cita Holtzmann (tradução é pessoal e literal):

o tempo passado só pode ser explicado pelo Senhor glorificado, olhando para trás na chamada dos doze como apóstolos. João não relata como tal. Mas poderia se referir a muitos batismos realizados pelos discípulos nos meses precedentes (Jo 4,1 e 2). Isto seria totalmente óbvio e natural referência.

Brown (1996) expõe duas prováveis possibilidades. E uma delas é que “o versículo 38 é uma referência para uma tarefa dos discípulos durante o ministério de Jesus numa missão que não tem sido narrada. Por outro lado, entre aqueles que consideram que o envio dos discípulos por Jesus se adapta para o futuro estão – Hendriksen (1973), Bultmann (1971), Barrett (1978), MacGregor (1928), e outros. Brown expressa dois pontos de vista – um se refere durante o ministério de Jesus e outro indica pós-ressurreição. Hendriksen (1973, p.174) afirma que “Isto não pode se referir para o que é registrado em Mateus 3, 13-19, nem para o conteúdo de Marcos 6, 6-13 ou Mateus 9,35 - 11,1, para os eventos que não tinham tomado o lugar”. Bultmann (1971, p.200) apresenta o seguinte comentário: “*apesteleia* – “enviei”, para qual não há explanação na narrativa anterior. João não tem conhecido o envio dos discípulos durante a vida e Jesus como relatado pelos Sinóticos (Mc 6,7). Eles receberam a primeira missão de Jesus ressurreto (20,21)”.

O tempo passado *enviei* fornece a argumentação de que as palavras são escritas do ponto de vista do futuro não falado por Jesus mesmo. Colocar nos lábios de Jesus as reflexões de um posterior período é uma estragemia joanina comum. Há um outro exemplo, bem típico, em 17,18. (MACGREGOR, 1928, p.113, tradução é pessoal e literal).

“Alguns sugerem que devemos colocar a nós mesmos na perspectiva pós-ressurreição do evangelista. O envio é uma grande missão depois da ressurreição em 20,21 no qual os discípulos são feitos apóstolos.” (BROWN, 1966, p.183)

O verbo *terizw* – “ceifar”, aparece no Novo Testamento 21 vezes e no Evangelho de João é usado apenas 4 vezes (4, 36.37.38). O verbo faz parte da expressão proverbial usada na teologia missionária. A frase quer significar a colheita na base da sementeira feita anteriormente por outrem, sem o esforço preliminar da sementeira e desfrutar da plena alegria da ceifa. E o Senhor da seara como que para comprovar, acrescenta: “o que não semeaste”.

O verbo empregado é *copiazw*, e isto não significa exatamente semear, como comumente é traduzido, mas fatigar-se duramente no trabalho físico, mental e espiritual. Como Barrett (1978, p.243) interpreta: “significa a labuta de produzir a

ceifa”. No reino natural o provérbio “um é semeador e outro é ceifeiro” sempre corresponde ao que acontece na vida real. Assim um homem pode colher onde ele não plantou, assim exemplificado em Deuteronômio 6,11 e Juízes 24,13, ou um semeador nunca experimentar a alegria da colheita, também é ilustrado em Deuteronômio 28,30; Jó 31,8; Miquéias 6,15. Mas no reino espiritual isto pode ser comum. Cada trabalhador no reino é ao mesmo tempo ceifeiro, do qual tem sido semeado pelos outros e semeador, da semente da qual traz adiante a colheita em que estarão juntos pelos outros. Portanto, ambos, semeador e ceifeiro no divino arranjo, ali será sempre uma safra para colher.

Esta parte do versículo não é fácil de interpretar, principalmente de entender, a quem se refere o adjetivo *alloi* – os outros. Pela rápida leitura presume-se que a única pessoa que evangelizou e semeou a semente da fé na mulher samaritana naquela circunstância, é Jesus. E o porquê do plural? Estaria incluindo o Pai, conforme o v.34? Bultmann dá seguinte opinião: “Este *alloi* – outros certamente não pode se referir ao Pai e a Jesus, visto que a obra do Pai não é nem antecedente, nem complementar para a obra de Jesus; antes o Pai opera através dele”. Então a quem poderia atribuir este “outros”?

A maioria dos comentaristas confere este “outros” a hoste de profetas do Antigo Testamento, começando de Moisés, e mais todos os que tinham pavimentado o caminho do Evangelho. Os escritos do Antigo Testamento, principalmente o Pentateuco, lidos ao longo dos anos, aumentou a expectativa do Messias, verificado na declaração da própria mulher samaritana: “Eu sei, respondeu a mulher, que há de vir o Messias chamado Cristo, quando ele vier, nos anunciará todas estas coisas (4,25). Também poderia se aplicar a João Batista e seus discípulos que atuaram em diversos lugares, inclusive em parte de Samaria. “Ora, João estava batizando em Enom, perto de Salim” (3,23). A localização deste lugar não é fácil de confirmar. Mas este registro favorece a ideia de que o ministério de João Batista teria se estendido até a região de Samaria, Assim, o Batista poderia ser inserido no rol de “outros”, que com muita fidelidade teria se fatigado numa labuta dura, preparando o campo para a semeadura do Evangelho.

Há quem ainda atribua “os outros” àqueles missionários cristãos primitivos que labutaram logo depois da ascensão de Cristo e no começo da Igreja Cristã, tais como Filipe, evangelista nato (At 8,5-8), assim se cumprindo a profecia de Jesus

pronunciada à mulher samaritana (4,31), e Paulo que tinha lutado até o sangue, mais abundantemente que todos eles (1Co 15,10).

3.1.4. Receber

João 13,20 “Em verdade, em verdade vos digo: quem recebe aquele que eu enviar, a mim me recebe; e quem me recebe, recebe aquele que me enviou”. Os comentaristas concordam que o versículo acima não tem clara relevância nem conexão lógica com o que vem sendo comentado. E é evidente que estas palavras se assemelham com os dizeres dos Sinóticos (Mt 20,40; Mc 9,37; Lc 9,48; 10,16). Creem que este versículo seja uma interpolação redacional com o objetivo de advertir antecipadamente aos discípulos e alertando para atenuar o possível choque quando a traição se concretizar. Ainda pode ser para confirmar e sustentar a fé n’Ele, apesar do acontecimento funesto. Assim eles saberiam que Jesus não é uma mera vítima desamparada, além disso, encorajar com a palavra bem peculiar e de profunda significação – “Eu sou” (13,19), e desta maneira assegurar-lhes a alta dignidade da missão apostólica.

O versículo 20 parece ter uma ligação com os versículos 16 e 17 para dar ideia da continuidade de que os discípulos são representantes de Cristo, como Cristo é de Deus. E os versículos 18 e 19 parecem servir para excluir Judas Iscariotes da promessa de bem-aventurança – “Ora, se sabeis estas coisas, bem-aventurados se praticais” (13,17).

Este versículo realça poderosamente a relação entre discípulos e Jesus, contrastando com a traição de Judas. Também está enaltecendo a glória da fidelidade. Dentro em breve estes discípulos proclamariam esta mesma mensagem para o mundo; ao fazerem isto, eles seriam nada menos que os representantes de Deus mesmo. Carson (1991, p.471) considera que: “a missão de Jesus é apresentada aqui, no mais alto sentido teológico e na mais absoluta autoridade garantida”. O fracasso em unir-se a Cristo resulta no fracasso em conhecer a Deus. Com estas palavras Jesus está antecipando a comissão que outorgaria posteriormente após a ressurreição (20,21).

O embaixador é enviado para uma missão a um outro país, ele não sai recorrendo das suas qualificações pessoais. Ele sai com toda honra e glória do seu

país que representa. Escutar o embaixador é escutar o seu país, honrar e prestar reverência ao enviado é honrar e prestar reverência ao país que o enviou, receber o embaixador é receber o rei ou a rainha que aquele país representa. Depois que Jesus declarou a traição de Judas Iscariotes, equipou os discípulos restantes com a autoridade do envio de seus embaixadores. Assim quando os discípulos viram seu Senhor ser entregue nas mãos dos inimigos, eles não se desesperaram, nem pensaram que tudo havia se acabado. Pelo contrário, todas as coisas prosseguiram com a autoridade e a realidade do seu comissionamento.

Vale observar o uso do verbo *lambano* - receber, não é usado o sinônimo do verbo *decomai* - receber, como em Mateus 10,40 e Marcos 9,37, onde o teor da mensagem parece ser o mesmo. A expressão se refere diretamente àqueles que acolhem o Enviado (1,12). A mesma coisa receber a Cristo, é receber os seus enviados. Os discípulos receberam a mesma autoridade e eficácia na missão de Jesus. Assim Jesus considera os seus discípulos como enviados e com a missão igual a que ele recebeu do Pai. Não é expressado aqui neste versículo, mas poderia parafrasear a promessa do versículo 17 - “Bem-aventurado aquele que vos receber a vós que levais esta mensagem”. Jesus está mandando receber os seus discípulos como enviados de Cristo e de Deus. Cristo estava deixando o mundo, mas Ele estava também deixando a ordem para os seus seguidores de serem seus agentes. As palavras foram confiadas para serem entregues àquele que receberem, igualmente luz e amor de Cristo, para aqueles que o aceitarem. Sobretudo, a salvação resultante da palavra de boas novas que fora entregue, da mesma maneira usufruiriam aqueles que dela se apropriarem.

Verbo *lambano* – “receber”, é um importante componente da teologia joanina e aparece no Evangelho de João 46 vezes. Neste versículo o verbo é usado no sentido metafórico e pode significar: receber de um mestre suas instruções, palavras ou testemunho, reconhecendo a validade deles, adotando-os na sua vida como o estilo de vida a seguir. Esta decisão de receber é o resultado do exame da palavra (17,8), mediante a aceitação de próprio Cristo pela fé (1,12), reconhecendo a sua autoridade (5,43). O que Jesus introduz aqui é que, os discípulos que assim procederem e prosseguirem cumprindo a missão do Enviado de anunciar, deve, ser recebidos com a mesma dignidade de Cristo, enviado do Pai – o Emissor original.

“Quem me recebe, recebe aquele que me enviou”. Isto implica que a atividade de Jesus tem a mesma amplitude e mesma duração, isto é, eterno, igual como

aquela do Pai (5,19). Estas palavras são sucedidas à deslumbrante expressão escatológica “Eu sou”, no versículo anterior e é completada por estas palavras que revela a impenetrável intimidade entre o Pai e o Filho. Como é declarado várias vezes que Cristo é seu Emissor e é um com o Pai (10,30; 17,11.22). Assim é impossível aceitar um e rejeitar o outro, os dois são inseparáveis.

Novamente Pai é chamado de “aquele que me enviou”, estas palavra servem para aumentar a confiança, não só dos discípulos que ouvem direta e pessoalmente, mas, também aqueles que hão de ouvir e aceitar através dos séculos. Além disso, a declaração realça a dignidade e alta reputação do ministério apostólico. Aquele que recebe a Cristo, aceita o comissionamento que Cristo recebeu do Pai e serve a Ele, sendo enviado numa missão apostólica e estaria unido e identificado não somente com Jesus, mas com Deus mesmo, que o enviou. Assim automaticamente é aprovado pelo Pai e desfrutará bênção prometidas, como foi pronunciada: “Bem-aventurado sois se as praticardes”(13,17). E é dada a promessa: “[...] a mim me recebe [...] recebe aquele que me enviou”, que é a garantia profética da autoridade dos mensageiros. Assim podem testemunhar que Jesus é “eu sou”, o doador da vida, isto é, Deus. Quando os discípulos de Cristo anunciam a uma pessoa, dizendo: Nós anunciamos a você como testemunha de Cristo, e você deve reconciliar-se com Deus. Isto é, Deus mesmo através da pregação dele, está fazendo um apelo ao pecador. Qualquer um que rejeita tal apelo, estará rejeitando o seu Emissor – Deus. É uma grande honra e grande responsabilidade também, a de estar no mundo perdido para ser a garantia cristã por Jesus Cristo. Nós falamos por Ele, nós agimos por Ele. A honra do Eterno está nas nossas mãos.

3.1.5 Amar

João 14,24 “Aquele que não me ama não obedece minhas palavras. Estas palavras que vós estais ouvindo não são minhas; são de meu Pai que me enviou”. Esta é a frase adversa do versículo 14,15 “Se me amais, guardareis os meus mandamentos” e é retomada três vezes nesta passagem, isto é, nos versículos 21, 23 e 24 do mesmo capítulo. Esta repetição e a transição de *entolé* – “mandamento”, para *logos* – “palavra”, tais palavras mostram que a manifestação prometida (14,

16.18. 20.21.23) se torna presença espiritual e permanente pela aparição das palavras de Jesus. Por meio dos quatro versículos – 14, 15.21.23 e 24 parece que Jesus queria valorizar o amor dos discípulos a Ele e à palavra de Deus. Uma questão fundamental e primordial de todas as coisas na vida dos seguidores de Jesus é amor. Deus ama Jesus, Jesus ama a Deus. Deus ama os homens, Jesus ama os homens, e os homens devem amar a Deus através do amor a Jesus.

“Aquele que não me ama não obedece minhas palavras” é a frase inversa do versículo anterior – “Se alguém me ama guardará a minha palavra”. O que Jesus quer destacar, mais do que claro, que a falta do amor de Cristo é a evidência de que não há nenhum compartilhamento íntimo com Cristo, conseqüentemente com Deus. A ausência da obediência serve de prova da falta de amor e de dedicação à pessoa de Cristo. Deduz-se que a falta de amor a Cristo é uma transgressão contra Deus, demonstrado na não observância da Palavra de Deus. Aquele que não ama a Deus despreza suas palavras, que de fato são de Deus (7,16.17; 8,26; 12,49). E eles são espiritualmente incapazes de perceber e desfrutar desta manifestação de Deus e do seu Filho que foi prometido no versículo 14,23 aos discípulos e fiéis. Assim se exclui de toda comunhão futura. O mundo se distingue entre si pela presença ou ausência do amor, pela acolhida ou recusa da palavra de Deus – “guardará [...] não guardará, versículos 23 e 24.

Outrossim, Jesus quer salientar a necessidade da obediência à sua palavra e a Ele, porque a obediência é a única prova concreta do amor. A presença de Deus e a de Cristo se manifesta concretamente quando o amor e obediência são demonstrados nas obras resultantes da observância à palavra de Jesus. Amor a Jesus e a obediência à sua palavra são condições determinantes na vida dos discípulos. Todavia uma mera atitude de abnegação própria, execução formal de exigência ou de ordem, uma simples demonstração de afeto não produzem obediência prescrita. Esta obediência é o produto do sincero amor. Convém destacar que o termo palavra, usado neste versículo 14,24 está no plural, e em seguida no singular. Com esta mudança, talvez, Jesus quisesse diferenciar palavras, que poderia traduzir por mandamentos de modo geral e palavra, a sua mensagem proferida na sua unidade como um todo, assim seus ensinamentos, suas exortações, suas doutrinas.

O verbo *tereo* – “guardar”, aparece neste Evangelho 18 vezes. O uso deste verbo é muito comum neste Evangelho. O verbo significa: observar atentamente,

cumprir, seguir, fixar os olhos na lei. E neste versículo o verbo é usado para expressar – prestar atenção especialmente à lei ou ao ensino, cumprindo assim preceitos ou palavras, ou guardar os mandamentos e os ensinamentos de Jesus.

A última parte do versículo – “palavras que estais ouvindo não é a minha, mas do Pai que me enviou”. Poderia ser explicada relacionando-se com 7,16 – “o meu ensino não é meu, e sim daquele que me enviou” que parece ser semelhante. Mais esta vez Jesus quer realçar a maior e intensa união e lealdade possível d’Ele com o Pai no comissionamento e a fidelidade na transmissão da palavra do Pai. Por fim, o que Jesus está proclamando neste versículo é que a rejeição à palavra d’Ele incorre na desobediência a Deus. Porque o que ele está anunciando não é mera palavra do homem, mas a própria palavra do “Pai que me enviou”. E tal pessoa perderá o amor de Deus que é prometido (14,23) e o Senhor Jesus se manifestará a ele (14,21). Considerando que a vontade de Cristo é a vontade do Pai.

3.1.6 Honrar

João 5,23 “A fim de que todos honrem o Filho do modo porque honram o Pai. Quem não honra o Filho não honra o Pai que o enviou”. Desde o início dos tempos bíblicos Deus era considerado juiz de todos os povos (Gn 18,25). Ao longo da história bíblica Deus vem exercendo esta função sobre as pessoas e sobre as nações. Mas acredita-se que haveria um último julgamento que seria o final. Assim Deus exerceria a conhecida dupla função prerrogativa do Deus Criador – a de ressuscitar os mortos e de julgar toda a humanidade. Versículos 5,22 e 23 apresentam uma linha de pensamento que parece não combinar com os versículos anteriores de 19 a 21, nem os versículos posteriores de 24 a 26. Até aqui, João tem afirmado que o Filho faz somente o que vê o Pai fazer, nada faz de sua própria vontade, sempre combina com o Pai e executa somente a vontade d’Aquele que o enviou. Nestes versículos porém é atribuída completa autoridade de exercer o juízo ao Filho, quando se lê: “e o Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo o julgamento” (5,22). Assim o Pai transferiu este direito de juízo presente e escatológico ao Filho. Deus pode confiar esta tarefa divina de julgar porque Ele sabia da sua perfeita submissão e obediência. Como Hull (1970, p.264) argumenta: “Jesus não era algum tipo de segundo Deus com uma função própria, sua afirmação não contradizia ao monoteísmo clássico apregoado como centro da fé israelita”. Pois

Jesus é expressão plena e total da vontade de Deus. O que vem confirmando em todo o Evangelho de João que o Pai nunca age separado do Filho, mas confiando n'Ele em pronunciar juízo no tempo atual a exemplo de João 3,18 e 19 e o juízo futuro e final determinado em Mateus 25,31. Assim Deus conferiu a dupla prerrogativa divina ao seu Filho, isto é, levantar os mortos e dar-lhes vida, ou seja, ressuscitar; e julgar a todos os homens. No entanto, isto não significa o exercício arbitrário e isolado, unicamente pelo Filho, apesar de ter declarado que o Pai entregou, mas o versículo 5,30 reforça a submissão característica do Filho em consultar e assim cumprir a vontade do Pai – “eu nada posso fazer de mim mesmo, na forma porque ouço, julgo. O meu juízo é justo, porque não procuro a minha própria vontade, e sim a daquele que me enviou”

Ao iniciar o versículo 23, sem demora, o próprio Jesus se põe a justificar a fim de evitar qualquer possibilidade de incompreensão que poderia surgir da afirmação do versículo anterior – “E o Pai a ninguém julga, mas ao Filho confiou todo o julgamento”. E passa a explicar a razão da outorga da extrema prerrogativa. Estas palavras não só servem para explicar, mas principalmente para revelar a razão desta atribuição do juízo para o Filho pelo Pai. Quer dizer: “a fim de que todos honrem o Filho do modo porque honram o Pai”. Este versículo prende-se ao âmago, razão porque tem a função consecutiva – “a fim de que”. O que chama atenção é o propósito do Pai ao delegar todo o julgamento ao Filho, para que todos possam devotar honra ao Filho, da mesma maneira em que dedicam honra a Deus, porquanto Ele está exercendo sua autoridade delegada em nome do Pai e de acordo com seu propósito. Esta paridade de honra requerida é devido à igualdade de obras (5,19-22), unidade de essência (5,17 e 18), e harmonia na autoridade. Jesus é merecedor de mais alta honra não porque Ele tivesse exigido algum status privilegiado mas exatamente por causa da sua incondicional obediência sem buscar qualquer honra individual. Entre o Pai e o Filho não existe qualquer vestígio de desigualdade de poder ou valor. Como diz Mateos: (1989, p.265) “Não existe um Deus que se constitua superior a Jesus e a quem se possa apelar contra Ele. Ele é a presença do Pai na terra”. Pelo fato de Filho receber estas honras, a soberania e o prestígio do Pai não são em nada afetadas, porque a glorificação do Filho é precisamente o que glorifica o Pai (Fp 2,9-11). Em outra palavra, o Pai é honrado por meio do Filho. Assim o que Jesus requereu tem duplo objetivo – honra ao Filho e honra ao Pai.

O verbo *timão* – “honrar”, aparece no Evangelho de João somente seis vezes, dessas quatro ocorrência se encontram no versículo 23. Neste versículo o verbo honrar expressa o cerne da teologia joanina. O verbo significa – atribuir alta condição para alguém pela honra, honrar, reverenciar. Geralmente usado por João para exprimir honra devida a Cristo ou a seu Pai. Como já foi discorrido, o Filho declara que Ele deve ser honrado como Deus, é baseado no fato de que o Pai tem lhe dado a autoridade de executar a tarefa de juiz escatológico.

“Quem não honra o Filho não honra o Pai que o enviou”. Esta sentença é uma variante da frase em Lucas 10,16 e Mateus 10,40, e há dito que expressa o semelhante sentido em João 15,23 e ainda em 1 João 2,23. Ao embaixador é creditada honra devida do soberano que representa, contrariamente desonra atirada ao emissário é insulto ao que o enviou. O Filho é enviado plenipotenciário do Pai, com todo poder e autoridade d’Ele. Pai e Filho se formam numa unidade tão completa e o Filho revela o Pai de maneira tão perfeita que ninguém pode honrar o Pai e ao mesmo tempo rejeitar o Filho. Assim é tão perficiente a identidade em exercício e poder entre Pai e Filho que é impossível tributar honra a Deus e recusar glória ao Filho. Em outra palavra, manifestar honra ao Filho é idêntico a prestar a mesma honra ao Pai. No Filho, somos confrontados pelo Pai e nós podemos entrar em comunhão com o Pai somente pelo Filho.

Diz Barrett: (1978, p.260) “Uma expressão em forma negativa é um princípio que domina a cristologia joanina”. Assim temos: “Quem não honra o Filho não honra o Pai que o enviou”. Se o Filho é juiz onipotente, é preciso cautela para não negar a destinar honra para esta figura soberana. E esta ideia é reforçada pela declaração negativa, assim faz ressoar uma nota mais negativa, que realça uma decisão pessoal e voluntária (3,18).

Jesus conclui a frase com o termo peculiar em João “que o enviou” é usado somente por Jesus se referindo ao Pai (4,34; 6,38.39; 7,16.28.33, etc.). De acordo com o conceito Judaico, como para todo o Oriente antigo, o enviado de alguém é a sua própria pessoa.

3.2 RESULTADO DA MISSÃO DO ENVIADO

Toda e qualquer missão visa um resultado. Quando o Emissor, Deus o Pai, planejou enviar o seu Filho Unigênito e Amado ao mundo, pretendeu conduzir

homens perdidos a apropriarem-se da vida eterna. Evidentemente, todo o evangelho de João implica na mensagem de salvação da humanidade. Porém, o que se busca neste capítulo é pesquisar os referidos resultados nos versículos em pauta, i.e., os versículos onde encontram os verbos *pempo* e *apostelo*. Os versículos mencionados que se adaptam possivelmente com o significado do resultado dentro do tema proposto, são: 5,24.38; 6,29.39.44.57; 11,42; 12,44.45; 17,3.8. Considerando que são versículos separados baseados no critério da ocorrência dos verbos temáticos. É complexo classificar estes 11 versículos de modo coerente. Empreende-se, porém, arranjá-los da seguinte maneira: crer no Enviado - 6,29; 11,42; 5,24; 12,44.45; recepção da Palavra - 17,3; 17,8; incredulidade - 5,38; trazido pelo Pai - 6,44; pelo Enviado vive e viverá - 6,57; por meio do Enviado ninguém se perde - 6,39

3.2.1 Crer no Enviado

João 6,29 “Respondeu-lhes Jesus: a obra de Deus é esta: que creiais naquele que por ele foi enviado”.

Quando Jesus declarou: “Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela que subsiste para a vida eterna” (6,27). Os judeus entenderam que Jesus estava falando no cumprimento das leis como as obras de Deus, porque eles eram propensos para com as leis, mandamentos e preceitos ditados por Deus, e assim, eles indagam a Jesus: “Que faremos para realizar as obras de Deus?” (6,28). Eles interpretaram as palavras de Jesus em termos de fazer boas obras, e tinham avidez em introduzir novos mandamentos aos já existentes, razão pela qual o moço rico perguntou: “Que me falta ainda?” (Mt 19,20). Isto fazia parte da convicção religiosa dos judeus de que a pessoa que tivesse uma boa vida moral seria merecedora do favor de Deus. Barclay (1955, p.265, tradução é literal e pessoal) expõe:

Os judeus defendiam que os homens podem ser divididos em três classes - aqueles que são bons, aqueles que são maus, e aqueles que estão no meio e que, por fazer mais boas obras podem ser transferidos para a categoria de boas pessoas.

Desta maneira os judeus queriam saber outros preceitos mais, para introduzirem na sua vida religiosa, a fim de praticá-los. Mas, Jesus não permitiu que

os judeus inquiridores começassem a provocar mais polêmica. Por outro lado, Ele persuade a livrarem-se do legalismo que acrescenta mais obras, supondo méritos para Deus como recompensa para a vida eterna.

De imediato, Jesus responde explicando claramente a diferença na questão que os judeus perguntaram e o que Jesus pretendia dizer. Os judeus perguntaram os termos de várias e numerosas regras, *ta erga* (no plural), em 6,28 “as obras”, a cumprir, enquanto que Jesus apresenta apenas uma única obra de Deus – *ton ergon* (no singular). A obra da fé é sem dúvida, a obra de Deus, a qual inclui todas as outras obras e substitui todas as leis cerimoniais da antiga aliança; nem tampouco é junção de todos os mandamentos em um só, como um mero resumo. Como diz Bernard (1985, p.192): “Há um *ergon to Theou* – a obra de Deus que deve preceder todas as outras, porque somente isto coloca o homem na sua verdadeira relação com Deus, isto é, a fé em Deus”. Jesus menciona uma única obra, uma verdadeira obra, contrastando e fazendo antítese com as obras referidas pelos judeus. O que Ele esclarece é que, o que Deus deseja não são numerosas obras legais requeridas pelo Judaísmo, mas uma obra assentada numa atitude de obediência e adesão permanente para com a vontade Deus.

Em outras palavras, o que Jesus está revelando é que “a religião apenas de fazer, é nula. Deus pretende para o homem a prática de uma obra solitária, ou seja, ele deve ter fé em Jesus” (HAENCHEN, 1980, p. 290). A obra do crente não depende da realização da lei ou em ganhar recompensa ou mérito no fim e resumindo, esta simples forma contém a completa solução da relação - fé e obras.

“Que creiais”, o verbo *pisteuo* está no tempo presente, é significativo e isto denota não meramente um ato de fé em si, mas uma vida contínua, de fé progressiva e de consequência duradoura. Pode-se traduzir a frase da seguinte maneira: “Que vocês possam ter fé continuamente ou viver a vida continuamente”. Os judeus entendiam a fé como um ato moral ou trabalho, incluindo numerosas obras, observe-se primeiramente o que a fé não é neste contexto: “Ela não é um mero assentimento intelectual de alguma doutrina ou credo, ou mesmo alguma confissão de fé” (CHAMPLIN, s.d., p. 357). Esta obra da fé não compromete esforços compulsivos ou mórbidos no compromisso obsessivo de cada detalhe dos regramentos na execução das obras de Deus. Este ato de crer é antítese do ativismo religioso, interesseiro no afã de alcançar graça divina. Por outro lado, a fé é a aceitação e obediência absoluta da divina iniciativa, que é a exigência básica de

Deus para aqueles que buscam obter o alimento que garante a vida eterna. Fé, portanto, inclui todas as obras que Deus requer dos homens, e nestas obras Deus constitui a fé, gera um relacionamento íntimo, um contato perpétuo e união com Cristo. Diz Mathew Henry (s.d., s.p.) que “A fé é a obra de Deus que se encerra com Cristo”. Conclui-se que ter fé é uma obra, é a única obra que Jesus recomenda, e esta obra de fé é o esforço dirigido para a obra de receber o dom de Deus, e não deixa de ser, o cumprir de uma tarefa de Deus. Como diz Godet: (*apud* MACGREGOR, 1928, p.141) “Fé é o mais alto tipo de obra, pela qual o homem pode dar a si mesmo”. Deus demanda a fé, na execução da sua obra, mas isto não é uma fé abstrata num ser vago ou numa entidade existencial, antes é crer num ser que é enviado por Deus.

“Naquele que por ele foi enviado”. Esta expressão pode se referir a Malaquias 3,1 – “eis que eu envio o meu mensageiro, que preparará o caminho diante de mim, de repente, virá ao seu templo o Senhor, a quem vós buscais; eis que ele vem, diz o Senhor do Exércitos”. Carson (1991, p. 285, tradução é pessoal e literal) explica assim:

Jesus é supremamente aquele que revela Deus para nós precisamente, porque é diferente de alguma outra pessoa, Ele tem estado na corte do céu e tem sido enviado dali, para que o mundo dessa maneira, possa ser salvo através dele (3,11-19).

Na apresentação do Evangelho nunca teríamos conhecido a Deus, sua Pessoa e suas obras, se Jesus não tivesse vindo, vivido e morrido na cruz para revelar-nos assim, pois Ele é enviado de Deus e n’Ele Deus é representado e se faz presente.

“Creiais naquele”, esta frase é construída com a preposição “em”, da semelhante construção do 1,12, que exprime a confiança em Cristo. E por fim, o pronome demonstrativo “aquele”, isto é, Deus, é colocado no fim da frase para dar ênfase ao Emissor.

João 11,42 “Aliás, eu sabia que sempre me ouves, mas assim falei por causa da multidão presente, para que creiam que tu me enviaste”. O texto não esclarece que Jesus orou. Com efeito, curiosamente o verbo orar nunca é usado por João, e também Ele não emprega qualquer termo de petição como sugeriu Marta: “Mas também sei que, mesmo agora, tudo quanto pedires a Deus, Deus to concederá” (11,22). A palavra que Jesus profere em voz alta é como uma frase

dirigida a um aliado, de modo que os que estavam ao redor pudessem ouvir. Não é um pedido como em 12,27 “Pai salva-me desta hora”, mas é uma ação de graça como foi feita no momento da multiplicação de pães (6,11). Esta frase é notável por alguns aspectos, quando Jesus faz direta referência ao Pai como em 17,1.11.25. E portanto é a demonstração daquilo que Ele constantemente disse acerca d’Ele mesmo, isto é, nada é d’Ele e que tem tudo na perfeita unidade com o Pai. Esta expressão “Pai”, não é nosso Pai à semelhança da Oração do Pai Nosso (Mt 6,9), mas Deus Pai de Jesus Cristo num sentido único. Jesus agradece antecipadamente - “graças te dou porque me ouviste”. A gratidão é mais apropriada para aquele momento a fim de atingir a multidão que aguardava excitada. Ele era o único capaz de dizer isto, falando como se o milagre já tivesse sido executado, porque Ele sentiu no seu coração a certeza da realização da ressurreição de Lázaro, como diz Mateos (1989, p.488): “Dá graças ao Pai, que tudo lhe doa (3,35), por isso não precisa pedir”.

“Aliás, eu sabia”. Esse é o momento em que Jesus percebe clara e convictamente que o Pai vai executar a sua obra, a de trazer à vida a Lázaro. Devido a intensa e permanente comunhão com o Pai (10,30.38), Ele tem consciência de que Deus vai realizar a obra esperada, e por sinal, é a única manifestação desse sentimento ou melhor, da sensibilidade de Jesus em todo o Quarto Evangelho.

“Que sempre me ouves”. Esta frase descreve a atitude do Pai para com seu Filho que permanece incessantemente na sua comunhão. Eis a razão porque Ele não necessita fazer a oração de petição, porque o Pai é Aquele “que sempre ouve”. O verbo “ouvir” pelo Pai usado aqui, é o mesmo que o Filho ouve o Pai (5,30;8,40; 15,15). Assim Jesus sabia da atitude do Pai, tanto é, que Ele não necessitou orar naquele momento, nem acelerar os seus andamentos na realização da obra. A natureza pública da sua oração era atrair a atenção dos seus ouvintes para a intimidade e estreita relação existente entre Jesus e o Pai.

“Mas assim falei por causa da multidão presente”. Devido a intensa comunhão entre o Filho e o Pai, normalmente não necessita da oração de maneira habitual e corriqueira dos homens a Deus. Assim, se Ele orou, é porque tinha a certeza de que o Pai o atenderia; não porque precisasse testar a sua própria fé diante da multidão, como na relação de um mero suplicante humano a Deus, mas somente por causa da fé dos circunstantes e em benefício dos que assistiam. Assim, através da ação de graças procura conduzir a multidão para que soubesse a

verdadeira origem e causa do poder do milagre de ressuscitar a Lázaro. A multidão presenciaria o milagre da ressurreição de Lázaro, de qualquer maneira, porque é a obra do Pai e da vontade d'Ele, mesmo numa conjectura irrealizável em que Jesus não tivesse orado. A fala de Jesus é para que o povo pudesse compreender o milagre como uma dádiva de Deus para o Filho e não como um mágico ou curandeiro que executa pelo seu próprio poder e para a sua glória (7,18; 8,50).

“Para que creiam que tu me enviaste”. Com esta frase final Jesus quer ressaltar que Ele é o Mediador, o verdadeiro Messias divinamente comissionado, por isso Ele nada faz d'Ele mesmo, nem tão pouco age mecanicamente como um autômato, mas faz unicamente aquilo que o Pai tem dado para Ele fazer (5,19). Desta maneira Ele é um instrumento de Deus e mais esta vez, João usa a sentença habitual – “que tu me enviaste”, com o objetivo de que seus ouvintes cressem que ele tem sido enviado por Deus, para confirmar a missão messiânica que assegura a sua autoridade. Como já foi mencionado que, esta autoridade é derivada da sua total e completa dependência e obediência ao Pai (20,21).

João 5,24 “Em verdade, em verdade, vos digo: quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida”. A revelação de Jesus atinge o ponto culminante, quando é introduzida com duplo “Amém, Amém” e apresenta o clamor messiânico de maneira clara e inconfundível, pois Ele é o doador da vida. Este versículo sumariza o teor do parágrafo de 19 a 30, onde é desenvolvido o tema escatológico da ressurreição e julgamento.

“Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou”. O verbo “ouvir” significa: “Ouvir ou prestar atenção para uma pessoa, em conformidade com o que é avisado ou ordenado. Crer em alguma coisa e responder na base de ter ouvido. Aceitar, escutar e responder” (LOUW e NIDA,1989, p. 467 e 373). Desta maneira, ouvir com o ouvido externo, isto é carnal, não é bastante. É essencial o uso do ouvido interior para atentar e tornar-se obediente. Tratando-se de escutar as palavras de Jesus, é igual ouvir a própria palavra de Deus, visto que o Filho diz somente o que o Pai lhe dá a dizer. Este ouvir é como o relacionamento de aluno e professor, a fim de aprender, como um servo ao seu senhor a fim de obedecer, como o discípulo a ouvir, obedecer e permanecer fiel, admitir como regra de fé e prática. Como argumentou Barrett (1978, p. 261): “A palavra de Jesus é ativa, tem

quase existência independente para julgar, dar vida e purificar (15,3)”. A ação de ouvir é imprescindível, porém o mais importante é o objeto de ouvir que é *logos* - a “palavra”. Estas palavras são a mensagem concentrada do Filho ao mundo. Como expressa Léon-Dufour (1996, p.44): “A palavra mediante a qual Jesus exprime o Pai e se exprime a si mesmo, permite ao ouvinte o reconhecimento e entrada em relação”. Cada um que ouve a palavra de Jesus é projetado diante da decisão entre a vida e a morte, porque os seus discursos são as palavras de vida eterna nele (6,63.68). A obtenção da vida eterna não ocorre separada da palavra, porque ela transmite vida para o homem morto, porque Jesus traz para dentro da comunhão de vida.

A cura do paralítico do tanque de Betesda é como a introdução destas palavras. O paralítico foi curado pela palavra (5,8), assim através da palavra poderosa de Cristo qualquer um que ouve e crer nela, recebe a vida eterna. Dar crédito às palavras proferidas pelo Filho é exatamente aceitar as próprias palavras do Pai, que é Emissor (12,44) e em cujo nome o Filho fala. Léon-Dufour (1996, v.2, p.44) faz a seguinte observação no uso dos verbos: “Embora o enviado fale de novo em ‘crer’ e ‘ter a vida eterna’, como em 3,16, aqui o verbo crer se refere ao Pai. Contudo, um só pronome ‘aquele’ rege os participios ouvir e crer. Escutar as palavras de Jesus é igualmente depositar total confiança no Pai que o enviou”.

Apenas ouvir a palavra não é bastante, e desta maneira Jesus completa a sua afirmação: “crê n’aquele que me enviou”. Crer n’Ele inexoravelmente deve acompanhar a ação de ouvir ou ouvir acompanhado de crer. Fé em Jesus não é simplesmente crer em Jesus, mas depositar fé em Deus, o Pai que o enviou. A palavra de Jesus histórico, sem dúvida é a do Filho de Deus, mas é preciso que indiscutivelmente seja reconhecida e admitida pela fé como a de Deus. A confiante aceitação da palavra de Cristo que penetra pela fé no Pai que é Autor da vida e que é idôneo para dar vida aos homens, resultando na vida eterna para àqueles que creem (3,36; 17,3). Destaca-se mais uma vez a impossibilidade de separar Jesus do Pai, o Enviado do Emissor. Barrett (1978, p.261) analisa que João amplia o seu conceito de crer: “João coloca alguma ênfase no ver como base no crer (20,8). Crer é também pelo ouvir (Rm 10,17), conseqüentemente João enfatiza ainda o ouvindo, crendo e guardando a palavra de Jesus (2,22; 4,41.50; 5,24; 6,60; 7,40; 8,43.51.55; 14,23; 15,20; 17,16)”. Esta fé, i.e., crer tem como objetivo aquele que enviou Jesus. Isto não significa que o Filho seja inapropriado para estabelecer como este objeto da

fé, e neste contexto é mostrado que o Filho é Mediador do Pai. Como as palavras e as obras do Filho são as palavras e obras do Pai, também, por causa da permanente e intrínseca união existente entre o Pai e o Filho, permite que a fé depositada no Filho, por conseguinte, seja colocada no Pai que o enviou. Assim a fé posta no Filho equivale a fé firmada no Pai. E o que Cristo quer fazer é apresentar-nos perante Deus.

“Tem a vida eterna”. De que maneira o Filho dá vida aos que creem? A frase anterior esclarece o meio pelo qual o Enviado outorga a vida, isto é, aqueles que ouvem a palavra, porque toda palavra sua tem autoridade, autoridade esta dada pelo Pai. Assim como o Filho curou o paraplégico no tanque de Betesda pelas palavras: “Então, lhe disse Jesus: Levanta-te, toma o teu leito e anda”(5,8), igualmente estas palavras de Jesus trazem vida eterna (6,63.68) aos que ouvem e creem n’Ele. Esta vida assegurada por Jesus não é após a morte ou num futuro longínquo, mas gerado para o homem já agora nesta vida, como uma possessão presente. Logo, como escreveu Gossip (1952, p.547): “A era vindoura já é presente”. O poder de executar a consumação da obra messiânica já está operado em Jesus, assim a vida eterna prometida está à disposição agora, a todos os que o buscam. Assim o Senhor doa a vida tanto no sentido físico como no espiritual, i.e., a vida eterna começa aqui. Léon-Dufour (1996, p.44) faz uma interessante observação: “Não é possuí-la como bem próprio, mas ser admitido à comunhão divina”.

“E não entra em juízo”. A confiante acolhida da palavra de Cristo literalmente faz escapar do julgamento, isto é, obtém a absolvição. A ocasião e o local deste julgamento estão no limiar entre a vida e a morte. Assim o tal crente recebe a garantia de não entrar para o julgamento futuro e final, mas deixa a corte perdoado; assim jamais enfrentarão o julgamento prescrito, nem tão pouco defronta a condenação.

“Mas passou da morte para vida”. O verbo “passou”, significa de modo geral mudança de lugar, de endereço, de condição ou residência. Somente na literatura joanina o verbo é usado no sentido metafísico, assim em 5,24 e 1Jo 3,14. O crer em Jesus muda a condição espiritual, da morte para uma nova vida.

Nesta passagem João usa a palavra *tanatou* - “morte”, em dois sentidos: morte espiritual e morte literalmente física. E na frase acima, o termo é usado no sentido espiritual. Assim, o que Jesus está pretendendo dizer, é que não há necessidade para o crente esperar até o último dia, porque a partir do momento em

que a palavra é acolhida pela fé, já está desfrutando a promessa da vida eterna e tem atravessado o mundo do domínio da morte e entrado no reino da vida eterna (1,13). Embora permaneça no mundo físico, o crente é transferido para outro tipo de existência, e assim a futura recompensa é antecipada. Carson (1991, p.256) afirma que: “Isto é talvez a mais forte afirmação da escatologia inaugurada no QE. Os versículos seguintes, especialmente os 28 e 29, demonstram que João antecipa a ressurreição final. A ênfase na escatologia realizada é tipicamente joanina”.

João 12,44 e 45 “E Jesus clamou, dizendo: Quem crê em mim, não em mim, mas n’Aquele que me enviou. E quem me vê a mim vê Aquele que me enviou”. Este dois versículos formam um par e Bultmann (1971, p.257) chama os de “paralelismo sinonímico”. O parágrafo de 44 a 50 sintetiza os temas mais importantes da missão messiânica de Jesus à humanidade. Jesus reitera várias vezes que a sua missão e suas obras não são dele mesmo, mas veio para executar e cumprir o ministério encarregado pelo Pai. Tudo isto, unicamente para revelar e transmitir a vontade de Deus no mundo. Por esta razão, as respostas dos homens não são dirigidas apenas a Jesus, mas muito mais a Deus, que é o Autor da salvação, Projetor da obra messiânica e Emissor do Executor desta missão. Provavelmente este discurso de Jesus é a última fala dirigida ao público. Daqui por diante as palavras de Jesus são endereçadas aos seus discípulos, e estas palavras são dispostas convenientemente como o ensino de despedida e preparação dos seus seguidores para o acontecimento crucial e final – crucificação. Estas palavras de Jesus são a base e a essência de todo o seu ministério messiânico. Jesus afirma que n’Ele os homens são confrontados com Deus.

“Quem crê em mim crê não em mim”. Hendriksen (1953, p.214) faz apropriada paráfrase desta expressão: “Aquele que crê em mim não crê exclusivamente em mim, mas crê também n’Aquele que me enviou”. Para começar esta frase, Jesus afirma paradoxalmente que crer n’Ele não representa a consumação da fé, mas o objetivo final que é crer n’Aquele que o enviou. Como o Emissor de Jesus ao mundo “Deus é ambos, o início e o fim da fé, da visão, do julgamento, da autoridade e da revelação” (HULL,1970, p.324). No entanto, isto não se constitui por absoluto que o Enviado é segundo Deus. Depositar fé no Enviado significa a confiança n’Aquele que o enviou, é uma união perfeita existente entre Deus Pai e Deus Filho, é subordinação peculiar do Filho ao Pai, tanto na essência

do seu ser como nos seus propósitos, os quais garantem que tudo o que o Filho faz é, o que o Pai quer que Ele faça e sem dúvida, é o que o Filho faz. Tudo isto é para mostrar que Jesus agia unicamente em harmonia e com o assentimento para com a vontade do Pai. Por isso Jesus declarou que crer nas palavras de Jesus implica crer em Deus que o enviou. Esta ideia se encontra também nos Sinóticos (Mt 10,40; Mc 9,37; Lc 9,48; 10,16). Mas o assunto tem sido desenvolvido de maneira notável em João. Por crer em Cristo, não crer apenas numa pessoa qualquer, nem em uma pessoa religiosa, santa e de poder, mas no único Filho, Homem-Deus, igual em poder e glória com Deus. A fé que deposita em Cristo uma vez, não se encerra apenas n'Ele, mas através do Enviado que se completa no Pai. Fé em Cristo é o meio para alcançar o fim eterno. Como Xavier afirma (1996, p.344): “A fé n'Ele, vai na realidade, para o Pai e é em Deus, que o movimento do fé em Jesus atinge o fim”.

“E o que vê a mim vê aquele que me enviou”. O uso do verbo *teoreo* - “ver” no versículo 45 é o paralelo do versículo 44 com o uso do verbo *pisteuo* - “crer” e mais a inserção do negativo. O uso dos sinônimos de crer que podem ser - ver, escutar, receber, como sinônimos, significam basicamente a mesma ação, que é característica de João. Vincent (p.223, s.d.) explica: “A palavra é escolhida adequadamente para indicar uma intenção contínua de contemplação de Cristo, resultando em contínuo e profundo conhecimento do Pai”. Quando uma pessoa olha atenta e constantemente as obras e os ensinamentos de Jesus nota que n'Ele se reflete a glória do Pai, assim o olhar espiritual permite ver o Pai (8,19; 10,38; 14,9). Ver abrange dois sentidos, ver físico e ver espiritual, isto no aspecto da fé. Ver é o mesmo que crer com os olhos da alma. Deus se torna conhecido na face de Cristo (2Co 4,6) e esta é a expressão da imagem da sua pessoa (Hb 1,3), enfim, ver envolve agudeza espiritual. Ver Jesus é ver Deus. Em Jesus, Deus encontra os homens e em Jesus os homens encontram Deus. Assim Jesus se tornou o Revelador de Deus invisível, fazendo-O visível. Os que tentam ver Jesus com os olhos da carne não podem ver a Deus. Os ensinamentos de Jesus e seus milagres permitiram a manifestação de Deus invisível e fizeram Deus acessível aos homens. Portanto, não há outro Deus a não ser o que Jesus revelou, não outro meio de ver a Deus a não ser, ver o Filho enviado por Deus. Deus se revelou por meio da história de Israel de maneira teofânica e por meio da aparição dos seus mensageiros, mas nenhuma dessas manifestações foi completa na revelação da essência de Deus e

na veracidade do seu ser, porquanto ninguém viu a Deus (1,18). Assim Jesus tornou-se a revelação perfeita, completa e eterna de Deus.

Enfim, Cristo era Deus que transmitia a imagem de Deus, mas também como Jesus tornou-se Mediador transparente que refletia aos homens a pessoa do Pai em luz, poder e amor. Assim aquele que vê o Filho já viu o Pai.

3.2.2 Recepção da Palavra do Emissor

João 17,3 “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste”. Com estas palavras João faz precisa definição do conceito da vida eterna, que não se encontra em nenhuma outra parte neste Evangelho.

A palavra *aionios* – “eterna”, principalmente neste texto não se refere precisamente a duração de tempo e de vida corporal aqui no mundo, uma vez que, uma vida desmedida e interminável não significa exatamente um benefício. A vida que continua infinitamente, também não significa que seja precisamente boa ou coisa desejável. O significado fundamental desta palavra é a qualidade e a essência da vida. Barclay (1955, p.244) assim diz: “Há somente uma pessoa para quem a palavra *aionios* pode propriamente ser aplicada e esta pessoa é Deus. Vida eterna é, portanto, nada mais que a vida de Deus”. E esta vida eterna procede do conhecimento, da comunhão e do relacionamento com Jesus Cristo e consequentemente com Deus.

Conhecer Deus é uma das características do Antigo Testamento. O conceito de conhecimento de João é muito bem ajustado com o do Antigo Testamento e há muitas referências sobre este tema, por exemplo: Dt 30,20; Pv 3,6.18; 11,9; Ec 7,12; Jr 30,34; Os 4,6; Am 5,4; Hc 2,14. Os mestres judeus perseveraram longo tempo buscando conhecer Deus a fim de alcançar a vida eterna.

É preciso discorrer inicialmente a aparente ideia sobre conhecer Deus e Jesus neste contexto. Conhecer não é meramente um ato intelectual ou simples informação religiosa, embora isto, inevitavelmente inclua informações no sentido de conhecimento obtido por meio de investigação, nem tão pouco é o conhecimento abstrato ou estático dos gnósticos. No Antigo Testamento se encontra frequentemente a expressão conhecer no sentido sexual. “Adão conheceu Eva” (Gn

4,1, Septuaginta). Sabe-se também que o relacionamento sexual entre esposo e esposa é o mais íntimo que pode acontecer. De acordo com a recomendação do Senhor, homem e mulher não são mais dois, mas formam uma só carne (Gn 2,24). Nesta união, contudo, o que se releva não é o ato sexual em si. A coisa mais importante neste relacionamento é a intimidade do coração, da mente e da alma que resulta daquele ato de amor. Este conhecimento pessoal de Deus era profetizado como um acontecimento futuro por vários profetas (Os 6,3; Jr 9,3.6.24; 31,34). E agora havia se tornado realidade através do Enviado (14,7).

O verbo *guinoskw*- “conhecer” é conjugado no tempo presente, e envolve uma ideia de ação contínua e progressiva, isto é, continuamente adquirindo o conhecimento de Deus em Cristo de maneira crescente e esta é a característica espiritual exigida na vida cristã. Este conhecimento é o começo de uma vida de dedicação e união com Deus, devido ao conhecimento da sua soberania o qual passa a ter um compromisso existencial. Este conhecimento ativo impele a uma experiência pessoal de comunhão (Jr 24,7.31.34), de vivificante companheirismo, confiança, fé e amor.

“Deus único verdadeiro” - são os objetivos de conhecer os quais expressam a verdade central do monoteísmo e traduzem os atributos tradicionais de Deus que desde o Antigo Testamento vem sendo utilizados - único (Is 37,20; Jo 5,44; 1Co 8,4.5) e verdadeiro (Ex 34,6; Ap 6,10). E estes atributos divinos têm se revelado de modo supremo na pessoa do seu Filho (1,18; Jr 10,10). Geralmente estes atributos eram citados para dar ênfase em oposição entre o politeísmo e o panteísmo dos gentios bem como para contrastar com muitos que eram chamados de deuses (1Co 8,5.6; 2Jo 5,20). Destacou Barrett (1978, p.504): “O uso de ‘monos’ - único, ajuda a explicar o significado de ‘verdadeiro’, e conhecer este Deus é ter vida eterna. É o único ser que verdadeiramente permanece descrito assim, porque Ele é o verdadeiro Deus (1,9)”.

“E a Jesus Cristo a quem enviaste”. Mais esta vez João ressalta a importância e a imprescindibilidade da intimidade de Jesus com o Pai. É impossível e impensável que este relacionamento do crente com Deus se suceda sem a intervenção e mediação do seu Filho Jesus. E, além disso, é preciso que se alie ao conhecimento do Enviado de Deus. A instrução salvífica do Pai está intrinsecamente enraizada no conhecimento de Jesus e é impossível ser divorciado do discernimento da pessoa histórica de Jesus.

É a primeira menção, desde o Prólogo (1,7) em que ocorre a citação da frase “Jesus Cristo”, que provavelmente quer proporcionar o estilo ritualístico ou litúrgico, ou quer salientar a solenidade da ocasião externa, a fórmula da fé. Como analisa Bultmann (1971, p.495): “Isto porque ambos, Deus e seu Mensageiro, não só meramente Deus, mas deve ser explicado o objetivo de conhecer, porque o Pai é somente conhecido com um que tem enviado, o Filho, porque não pode ser conhecido um, sem o outro”. Adquirir o conhecimento de Deus no aspecto intelectual e abstrato não é suficiente. O verbo conhecer neste contexto é experimentar um relacionamento pessoal e íntimo com Deus, como resultado da assimilação e absorção da palavra de Jesus que gera o relacionamento da sua soberania e alegre aceitação do seu amor. Como diz Hull (1970, p.345): “Conhecer Deus no sentido joanino é ter um compromisso existencial”.

João 17,8 “Porque eu lhes tenho transmitido as palavras que me deste, e eles as receberam, e verdadeiramente conheceram que saí de ti e creram que tu me enviaste”. Este versículo é a extensão do versículo sete que tenta desenvolver a expressão “todas as coisas que me tens dado”. “Todas as coisas” do versículo, são atribuídas como “as palavras que me deste”. E estas palavras que Jesus menciona eram dadas a Ele pelo Pai (12,44; 15,15; 17,14). Assim o Filho diz somente o que o Pai deu a Ele para dizer. Não há nada que não proceda de Deus, cada aspecto, mensagem, modo de agir refletem o Pai. Aqui o termo grego usado *remata* que significa a mensagem do Evangelho na sua totalidade, na sua parte integral e atual. Como diz Haenchen (1980, p.152): “A teologia do Evangelho de João é essencialmente uma teologia da palavra”.

“E eles as receberam”. Jesus se sente compensado pelo fato de ele ter logrado fruto do seu labor messiânico quando pôde observar que os seus discípulos receberam e guardaram a palavra. Assim pôde afirmar que de fato eles aceitaram com sinceridade as palavras que Jesus tinha-lhes entregue, e eles apropriaram-se e as armazenaram continuamente em seus corações, pondo-as em prática e assim suas vidas estavam paulatinamente sendo moldadas nas palavras que eles aceitaram.

“E verdadeiramente conheceram que saí de ti”. A fé joanina é o resultado do conhecimento da verdadeira revelação da natureza de Deus. O verbo conhecer aqui

ênfatiza o verdadeiro conhecimento. Os discípulos conheceram a verdade unicamente porque Jesus tinha-lhes transmitido a palavra de Deus e venturosamente eles tinham sido sensíveis e receptivos e acolheram a palavra. Deste modo, eles certificaram por experiência própria que conheceram a respeito da doutrina, se ela é de Deus ou se fala dele mesmo (7,17). Desta maneira reconheceram que estas palavras realmente procederam de Deus e puderam atestar a origem de Jesus. Como observa Xavier (1996, p.208): “A fé começa pelo reconhecimento da origem divina de Jesus”.

“E creram que tu me enviaste”. O reconhecer antecede o crer. Assim os discípulos foram capacitados a admitir e crer nas palavras que Jesus Cristo veio enviado por Deus numa missão messiânica. Este confiar não é abstrato, mas é vital; não é uma mera emoção ou uma boa intenção, mas uma experiência real e progressiva, como diz Hendriksen (1953, p.354): “Baseado na alegria e genuína aceitação de certas bases do verdadeiro conceito de Deus revelado em Cristo”.

Por fim, o crer não permanece apenas no ato da fé, mas consente em ser afetado por estas palavras. O objetivo da Bíblia, particularmente neste caso, é a obediência à palavra de Deus que Jesus transmitiu a todos os seus seguidores (17,6). O discipulado se sintetiza na obediência à palavra de Cristo, e não há discípulo sem obediência. O discípulo é a pessoa que tem feito das palavras de Jesus, a lei da sua vida, assim tem aceito o domínio no seu viver diário.

3.2.3 Incredulidade às Palavras do Emissor

João 5,38 “Também não tendes a sua palavra permanente em vós, porque não credes naquele a quem ele enviou”. Jesus ao explicar a sua missão, ao dar testemunho do Pai, censura os judeus com as palavras do versículo acima citado. Este testemunho de Jesus é apoiado nas próprias Escrituras, as quais representavam um grande valor e significavam tudo para a religião dos judeus. Desta maneira, eles desempenharam um papel fundamental na preservação dos volumes sagrados através dos séculos. Sem dúvida, eles as liam meticulosamente com muito fervor e zelo, prestavam a mais profunda e notável reverência aos escritos sagrados e conseqüentemente eram os melhores estudantes das Sagradas Escrituras. Apesar disso, Jesus profere duras palavras condenatórias como se vê no versículo anterior – “Jamais tendes ouvido a sua voz, nem visto a sua forma” (5,37).

Mesmo que Jesus falava as palavras vindas de Deus (3,34; 17,8) eles não eram capazes de ouvir a voz de Deus em Jesus, nem puderam ver no seu Filho, considerando que Jesus é a real manifestação de Deus (1,18; 14,19). Ainda mais a própria Escritura declara o envio de um profeta especial (Dt 18,15.18). Dessa maneira eles não tinham nenhuma justificativa da recusa em dar crédito ao Verbo Encarnado, uma vez que, Jesus era o cumprimento de toda a revelação feita anteriormente e por meio dos profetas enviados por Deus. Aqueles que considerassem a importância desta revelação preparatória, veriam em Jesus aquele para quem indicava o Filho, através do qual Deus estava anunciando sua palavra perfeita e final “nestes últimos dias, nos falou pelo Filho” (Hb 1,2).

Jesus não nega que de alguma maneira os judeus têm a palavra de Deus. Realmente eles foram defensores e preservadores das Escrituras Sagradas através dos séculos. Por outro lado, Jesus não estava condenando os judeus pelo fato de que nunca tenham visto e ouvido Deus invisível por meio de sentidos físicos (1,18; 3,13; 6,46). Então em que consistia o erro, em que mereceram a censura? O erro consistia em que a Palavra de Deus não estava neles, estava sim, entre eles, no seu país, no seu templo, nas suas sinagogas, nas suas mãos, nos seus lábios, nas ocasiões de rituais. Aproveitando-se de que eles tinham os oráculos de Deus confiados a eles (Rm 3,2), porém eles liam as Escrituras erroneamente, liam de mente fechada, liam não para buscar a Deus e aprender d’Ele, mas liam-nas a fim de obter argumentos para sustentar suas próprias posições teológicas, esperar encontrar defesa para suas próprias crenças religiosas. Eles realmente não amavam a Deus, mas amavam suas próprias ideias acerca de Deus; eles não aprendiam uma teologia emanada das Escrituras, mas usavam-nas para advogar uma teologia que eles mesmos haviam produzido e apoiar suas crenças humanas, em vez de usá-las como base para sua fé; conheciam as Escrituras de maneira intelectual e superficialmente. Eles esquadriavam as Escrituras “Examinai as Escrituras porque julgais ter nelas a vida eterna” (5,39), no entanto, falhavam na interpretação apropriada. Eles entendiam que, pelo fato de dedicarem longo tempo no exame minucioso das letras da Lei, alcançariam a vida eterna. Falharam em entender o testemunho que as Escrituras fornecem, testemunho este que revela e indica a vida eterna na pessoa do seu Enviado. Este versículo implica em que todo seguidor de Jesus de alguma maneira tem a Palavra de Deus e conseqüentemente, também a palavra de Jesus (14,24). O que se destaca é que esta palavra seja permanente e

efetiva na vida dos fiéis. O termo *logos* – “palavra”, aparece neste Evangelho 40 vezes e significa “a mensagem, a revelação ou ordem que Deus tem dado” (BERNARD, 1985, p.252). Aqui Jesus se refere à palavra do Pai vinda aos homens através dos séculos e o seu testemunho é que, deveria permanecer nos corações dos homens.

O significado básico do verbo *nemw* é permanecer, continuar, morar. Nos escritos joaninos este verbo expressa:

“permanecer em, sou com alguém, i.e., estar e permanecer unido com ele, um com ele, de coração, mente e vontade. E com o uso da preposição ‘em’ com pronome pessoal ‘vós, neste versículo, passa a significar permanecer na palavra” (ZODIHIATES, 1992, p.960, tradução é pessoal e literal)”.

Hübner (apud BALZ, 1994, p.407) define este uso de “fórmula de imanência da literatura joanina”. O que Deus quer, é que estas palavras se tornem suas próprias e seja uma palavra de influência permanente na vida de cada um (1Jo 2,24). Deus espera que o que havia recomendado ao povo de Israel por meio de Josué: “Não cesses de falar deste livro da lei, antes medite nele dia e noite, para que tenhais cuidado de fazer segundo tudo quanto nele está escrito”(Js 1,8), se torne real, e o homem permita nele a habitação da palavra de Deus. Ou ainda as palavras do Salmo 119,11 “Guardarei no meu coração a tua palavra para não pecar contra ti” seja posta em prática. Se a vida destes judeus tivesse sido nutrida desta maneira, na palavra, então eles poderiam ter sido preparados para dar boas vindas à Palavra Encarnada.

“Porque não credes naquele a quem ele enviou”. “Que” - conjunção coordenativa serve para introduzir uma evidência conclusiva e sustentar a acusação da falha moral e espiritual dos judeus. E a frase pode significar: “a) Vocês não tem a Palavra de Deus porque vocês não creem no seu Filho; ou b) Vocês não têm a Palavra de Deus, é evidente que vocês não creem no Filho” (BARRETT, 1978, p.267). Assim a rejeição da Palavra de Deus pode ser a causa e sinal da incredulidade, e também é, a clara evidência de que a Palavra de Cristo não habita neles. Ainda há de se notar o destaque na ordem de pronomes *touto umeis* “naquele vós” que enfatiza a incredulidade dos judeus para com o Filho. O que Jesus está questionando com os judeus é que eles rejeitaram o Filho de Deus. Eles não tinham colocado sua confiança naquele comissionado que veio realizar a tarefa messiânica

do Pai. Em outra palavra, a falha em apropriar-se do testemunho do Pai, que é “Logos de Deus”, o supremo Autor das Escrituras, revelado no seu Filho, não habitar neles é tratado como falta de fé e também está frisado em 1Jo 5,12. Este Profeta prometido conforme Deuteronômio 18,15.18, que era o testemunho o qual Deus havia dado através da história do povo hebreu. Somente por meio do Filho é que essa revelação se tornaria acessível aos homens e Cristo foi a verdadeira voz e forma de Deus. Se tivessem ouvido o que Jesus disse, eles teriam ouvido a voz de Deus. Se tivessem reconhecido os milagres que Jesus fez teriam visto a atuação do próprio Deus. Dessa maneira, teriam visto a face de Deus na pessoa de Jesus (1,18; 14,9). Mas eles não foram capazes de ver e ouvir, porque o véu da incredulidade os impedia de crer em Jesus (2Co 3,15). Se os judeus tivessem crido verdadeiramente em teriam também reconhecido a Jesus como o profeta, a partir desta fonte.

3.2.4 Trazido pelo Pai ao Enviado

João 6,44 “Ninguém pode vir a mim se o Pai que me enviou, não trazer; e eu o ressuscitarei no último dia”. Estas palavras são originadas da murmuração dos judeus diante da declaração de Jesus: “Eu sou o pão que desceu do céu” (6,41). O murmúrio não é somente um insulto, mas é perigoso, porque impede que a graça divina atue sobre a pessoa.

O pensamento deste versículo é análogo ao 6,37 “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim”. Sendo que neste versículo trata-se inegavelmente da atração positiva dos homens para com Jesus. E conclui-se esta ideia no 6,65 – “Ninguém pode vir a mim, se, pelo Pai, não lhe for concedido”. O mesmo conceito que expressa o poder atrativo de Cristo é desenvolvido em 12,32 – “E quando for levantado da terra, atrairei todos a mim”. Neste, a atração para Jesus não menciona a intervenção do Pai. De acordo com Bernard (1985, p.204): “Aqui está uma doutrina fundamental do Quarto Evangelho, i.e., o acesso da alma para Deus ou a Cristo, e não é uma iniciativa própria do homem”. O homem que está contente consigo mesmo, confiante na sua própria capacidade, que não aceita refletir na sua existência pessoal, não tem condição de se chegar a Deus. Homem nenhum no estado de incredulidade, como é o caso dos judeus, pode vir para Cristo, nem tão pouco pode fazer qualquer ação em prol da salvação sem o auxílio divino. Ninguém pode praticar qualquer ação moralmente boa, segundo o conceito divino, sem a

influência graciosa de Deus. Os Evangelhos Sinóticos são tão enfáticos quanto o de João. Quando em Marcos, Jesus conclui a sua fala sobre a dificuldade de os ricos serem alcançados pelo Evangelho e diz: “Para os homens é impossível; contudo não para Deus, porque para Deus tudo é possível” (Mc10,27). Por causa do conceito notório, aqui Jesus não procura argumentar, mas apenas repete de modo negativo. Esta força atrativa da função salvífica do Pai “não pode ser reduzida para o que os teólogos às vezes chamam de graça preventiva dispensada para todo indivíduo e esta atração é seletiva, senão a nota negativa em 6,44 seria inexpressiva” (CARSON, 1991, p.293).

“Atrair” esta palavra é a transliteração da língua hebraica usada na LXX, quando Jeremias ouve Deus dizer: “Com amor eterno eu te amei; com benignidade te atraí” (Jr 31,3). A palavra significa a divina atração e sugere uma certa força, assim como: “laços de amor”, pelo qual Deus atrai Israel rebelde (Os 11,4). O uso corriqueiro da palavra é de origem rabínica ou seja, a de trazer gentio para junto de Torah e fazê-lo prosélito. Pirque Aboth 1:12 (*apud* BRWON, 1966, p.271) diz: “O natural desejo de um homem que sente amor para seu semelhante é trazê-lo para perto de Torah, e isto significa fazer dividir o conhecimento de Deus”. Do mesmo modo disse Hillel: “Ser discípulo de Aaron é amando a paz e perseguindo paz, amando os homens e trazendo-os para perto da Lei” (*apud* BARRETT, 1978, 294). Isto se explica por causa da resistência do homem diante da misericórdia de Deus que demole a obstrução natural do ser humano. É interessante que a palavra quase sempre dá a entender que existe algum tipo de resistência, onde requer certo esforço como o puxar de uma rede de pescar (21,6.8). Também o verbo pode ser usado no sentido de rebocar um navio, arrastar uma carroça, ou puxar a corda e fazer-se à vela. (CHAMPLIM, s.d., p.363). Este poder é mais que um mero poder moral, é real e quase irresistível. É uma força atrativa dada pelo Pai que gera uma disposição íntima na alma para se chegar a Cristo. Neste mesmo sentido de poder persuasivo, de ser ensinado por Deus é usado em 6,45. Diz Dods (s.d., p.755): “É afirmado que sem esta ação de Deus no indivíduo, ninguém pode chegar a Cristo”. Este poder atrativo influencia mente, vontade, coração e até a personalidade inteira, proporcionando assim ao ser humano uma mudança e nova inclinação, e esta vocação se torna uma alegre e satisfatória submissão. É preciso que o aprendiz deixe - se levar pelo Pai a Cristo, e cabe salientar que este é o único critério proposto por Deus. Porém, esta iniciativa soberana de Deus não anula, antes

favorece o livre arbítrio do homem. Como diz Lutero: “O trazer não é como o de executor que arrasta o condenado escada acima, para o cadafalso; mas é uma atração graciosa como a de homem a quem todos ama, e para quem todos, voluntariamente vão” (LUTERO *apud* CHAMPLIN, s.d., p.363).

A coroa e a glorificação deste poder movedor do Pai é “eu o ressuscitarei no último dia”. Como afirma Bruce (1997, p.141): “Como estágio final e culminante da obra salvadora que Cristo se propõe a terminar em cada um que vem a Cristo”. É a conclusão da evolução e progresso espirituais que começaram compelidos por uma força divina. Esta revelação feita por Jesus é tão valiosa e imprescindível, que é repetida quatro vezes neste capítulo (Jo 6, 39.40.44.54) como para garantir a certeza da promessa feita. “A ação de Jesus e a do Pai são circulares. Tudo passa por Jesus e no entanto tudo procede do Pai e no Pai terminará” (LÉON-DUFOUR, 1996, p.114).

3.2.5 Pelo Enviado Vive e Viverá

João 6,57 “Assim como o Pai, que vive me enviou, igualmente eu vivo pelo Pai, também quem de mim se alimenta por mim viverá”. “O Pai que vive” esta frase é o único exemplo no Novo Testamento e significa literalmente “O Pai vivo”. O dito semelhante “Deus vivo” encontra-se tanto no Antigo Testamento como no Novo Testamento (Dt 5,26; Mt 16,16; At 14,15; 2Co 6,16). A expressão se deve ao fato de que Deus é a fonte de todas as vidas. A vida é a propriedade essencial de Deus e Deus tem vida em si mesmo (5,26), assim Ele não se derivou de ninguém. Ele não precisa depender de outra vida para poder existir, não passou a existir por algum evento ou circunstância, assim chamado de vida independente. “Eu sou o que sou” (Ex 3,14), e é seu nome para sempre.

“Igualmente eu vivo pelo Pai”. Este Pai vivo transferiu este poder vivificador ao Filho, assim Jesus Cristo como Mediador tem vida em si mesmo. E esta vida do Filho é inteiramente subordinada ao Pai. Ele não tem vida independente em si, porque a expressão acima implica que o Pai é a fonte, a origem, a razão, o portador e a causa da vida do Filho. Assim, é mais adequado traduzir “por causa de mim” em vez de “por mim”. A preposição *dia*, significa neste texto “por meio de, através de, para a finalidade de” (1Jo 4,9). Rademacher (*apud* HENCHEN, 1980, p.296): “geralmente esta preposição manifesta uma notável variação na sua construção e

significado. Isto tem sempre um sentido instrumental usado com acusativo”. Assim a preposição empregada expressa a base vinda de Cristo que procede do Pai (1,32) e vive pelo Pai em completa submissão ao propósito de Deus (4,34).

“Também quem de mim se alimenta por mim viverá”. É a ideia extraída do 5,25 e 26 que descreve o poder vicário de Jesus. Assim também aquele que se alimenta de Cristo poderá viver eternamente d’Ele. Pode-se parafrasear assim: “Como eu tenho vida por causa do Pai, assim também aquele que se alimenta de mim viverá através de mim” (BULTMANN, 1971, p.236). De acordo com o versículo 6, 46 para se obter a vida eterna precisa “comer a minha carne e beber o meu sangue”. E no versículo em foco, João mais uma vez expõe a importância de incorporar a pessoa de Jesus por um ato de fé. Isto reproduz a união mística do crente com Cristo que é refletida na união de Cristo com o Pai, assim é a mesma ligação de vida existente entre Jesus e o Pai. Da mesma forma, passa a existir entre Jesus e seus seguidores. Porém há uma diferença radical nesta relação; é que o Filho possui vida em si mesmo e os seus seguidores nunca têm vida em si mesmo. Para o cristão a vida é unicamente intermediada através do Filho a quem foi dada a Ele (5,26). Como diz Bruce (1997, p.145): “Em cada ponto a unidade do Pai e Filho é reproduzida na unidade de Cristo e os crentes”. Este é o ato de apropriação pessoal da vida de Cristo, isto através dos seus ensinamentos e modo de ser da pessoa de Jesus. Jesus vive por causa da determinação do Pai, que Jesus teria vida em si mesmo e aqueles que se alimentam de Cristo, vivem devido a virtude da divina união e por causa do seu propósito. João nunca pode conhecer qualquer vida genuinamente espiritual fora de Jesus. A vida espiritual só existe na dependência de Jesus. À maneira como o Filho convive em perfeita união com o Pai, assim também os seus seguidores devem desfrutar da completa união e companheirismo com Deus, por intermédio do Filho.

3.2.6 Por Meio do Enviado Ninguém se Perde

João 6,39 “E a vontade de quem me enviou é esta: que nenhum, eu perca de todos os que me deu; pelo contrário, eu o ressuscitarei no último dia”. Nos versículos 37 a 40 está apresentado o esquema resumido do plano de salvação delineado no Evangelho de João. Jesus veio do céu não para fazer a sua vontade,

mas a vontade daquele que o enviou e finaliza definindo duas vezes a vontade de Deus para Jesus nos textos paralelos de 39 e 40.

“Que nenhum eu perca de todos os que me deu”. Nesta frase se encontra um dos conceitos favoritos de João: “nenhum eu perca”. No versículo 37 é usada a expressão “lançarei fora”, usando o verbo *ekbalw* - “lançar e outras semelhantes declarações nos seguintes versículos – 3,16; 10,28.29; 17,12; 18,9. O verbo *apolumi* significa: “destruir, perecer, perder uma vida ou alma”. “Como Jesus veio procurar o que está perdido (Lc 19,10), por outro lado Ele não pode perder qualquer um daqueles que o Pai tem lhe dado” (OEPKE, 1976, vol.1, p.395). Assim como em 3,17, uma afirmação negativa contra outra positiva, a qual descreve o propósito da sua missão, tanto é que, há a descrição negativa e no versículo seguinte a descrição positiva da vontade de Deus. Nos versículos 37 e 39 é registrada a divina troca da operação do Pai ao Filho, onde o Pai cessa a obra, e ao Filho entrega para que prossiga. O último ato do Pai foi o de dar crentes ao Filho, e o primeiro ato do Filho é não permitir que estes se percam com o enfrentamento da morte, mas recepciona-los e finalmente ressuscitá-los depois que concluisse toda a obra messiânica, assim, eles estariam em segurança na custódia de Cristo. O que o evangelista tenta comunicar é que Jesus não perderá nenhum dos que lhe foram entregues pelo Pai, e mais esta vez quer acentuar as atividades unânimes e concordes do Pai e Filho.

Nestas e muitas outras passagens, a Escritura ensina um conselho que não pode ser mudado, uma chamada que não pode ser renegada, uma herança que não pode ser corrompida, uma fundação que não pode ser abalada, um selo que não pode ser quebrado, e a vida que não pode perecer” (HENDRIKSEN, 1953, p.235, tradução é literal e pessoal).

A palavra “todos”, tanto neste versículo como no versículo 37, está declinado no gênero neutro singular, o qual se refere a todos os crentes como um todo de uma comunidade coletiva. E no versículo 40 está no gênero masculino singular, significando como crentes individualmente de igual modo, no versículo 37 “e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora”.

“De todos os que me deu”, esta frase é melhor explicada no versículo 37 “todo aquele que o Pai me dá esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora”. Isto é uma parte do plano de salvação projetado pelo Pai e executado pelo Filho. Todos aqueles que vêm a Jesus, que se achegam a Ele e creem, são os que o Pai deu a Jesus, e são dádivas do Pai ao Filho.

“Pelo contrário, eu o ressuscitarei”, está no futuro do subjuntivo, na primeira pessoa do singular do verbo *anistemi*, quer dizer: “levantar da morte”, “chamar de novo para viver”, isto é ressuscitar, é o sinal da era messiânica. Esta expressão seria melhor traduzida pela: “que eu ressuscite”. É no João seis onde se encontra a exposição do Pão do Céu, onde o verbo ressuscitar é empregado e denota claramente a origem da ressurreição escatológica. Esta grandiosa promessa de segurança é repetida nos João 6 40, 44 e 54, onde ocorre como um refrão de declaração majestosa do compromisso de Jesus. A frase “no último dia” só se encontra no Evangelho de João (6,40.44.54; 11,24; 12,48) que envolve um significado muito mais do que o mero fim de uma existência, implica numa ideia do dia da ressurreição e julgamento (5,28.29), que representa a culminância das condições, ou seja, o fim da vida terrena e inauguração de uma nova existência. O fim começa com o Dia do Julgamento, tendo a Cristo, o Filho de Deus como agente da ressurreição (5,21.28). Isto é, Ele é que vivificará os mortos no fim (1Co15,22). Este conceito é expressado mais completamente no versículo 40 “De fato, a vontade de meu Pai é que todo o homem que vir o Filho e nele crer tenha a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia”, o desígnio do crente é alcançar a vida eterna já neste mundo (5,24). Naturalmente esta vida eterna mencionada não é uma existência sem fim aqui neste mundo, mas visa a ressurreição no último dia, uma ressurreição real e para sempre. Barrett comenta: “Aqui como em 5,24 a 29, João faz exatamente um equilíbrio entre os dois aspectos da vida cristã, em possessão presente e esperança futura; e não há indicação de que um seja mais importante que o outro” (BARRETT, 1978, p.294).

CONCLUSÃO

A teologia do enviar é o cerne do propósito de Deus através do seu Filho Jesus Cristo para o mundo. João, o provável autor deste Evangelho, apesar de ser bastante contestado entre os teólogos e escritores bíblicos, deduz-se que seja João, o filho de Zebedeu, mediante exame bibliográfico. E o seu Evangelho tem como objetivo principal, o exposto em João 20,31: “Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, para que, crendo tenhais vida em seu nome”. Considerando o título colocado no topo do madeiro na crucificação, “JESUS NAZARENO, O REI DOS JUDEUS” (Jo 19,19), parece que o autor pretende preconizar que os gentios viriam um dia a aceitá-lo como Rei, e isto tudo nos leva a crer que João tinha uma perspectiva para os gentios. A conclusão mais viável acerca do objetivo do Evangelho seria evangelizar os judeus, evangelizar os helenistas, fortalecer a igreja, catequisar os novos convertidos e providenciar materiais para a evangelização dos judeus

Quando Jesus usa os verbos *pempo* e *apostelo* (enviar), tenta apontar a presença de Deus e sua atuação nas palavras e na pessoa do Enviado. O autor serve-se de diversos sinônimos dos verbos acima mencionados, tais como: vir, ir, descer, dar, sair, para descrever a teologia do enviar.

No capítulo: Pessoa e Obra do Enviado foram desenvolvidos os tópicos que versam sobre o Perfil da pessoa do Enviado que incluiu o conhecimento do Enviado acerca do seu Emissor, fundamentado em João 7,28 e 29. A sua procedência é divina, e assim Ele declarou: “porque eu vim de Deus e aqui estou” (8,42). O escritor salientou a santificação e humildade do Enviado em 10,36 e 13,26, uma vez que Ele era separado por Deus para uma tarefa ou um propósito específico; Ele foi colocado à parte e foi feito diferente de outros homens porque foi Lhe dada uma missão especial, Ele era cômescio disso e afirmou que não veio d’Ele mesmo, mas veio de Deus para executar a sua ordem.

A obra do Enviado foi denominada de Missão, fato caracterizado pela descida de Jesus, como Ele mesmo disse no episódio da multiplicação de pães em João 6,38: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, e sim a vontade daquele que me enviou”. Fazer a vontade do Emissor, i.e., cumprir ou completar, o que encerra uma importante teologia joanina, porque a obra é de Deus,

porém não é realizada por Ele, mas pelo seu Enviado. Ainda dentro da realização da obra, abrangia a tarefa de transmitir a Palavra do Emissor, que tinha por objetivo salvar o mundo e também trazer o juízo.

O terceiro capítulo ressaltou os Métodos e os Resultados da atuação do Enviado. Quanto aos métodos, foram aplicados pelo Enviado: comparação de atividades, quando Ele afirmou: “Assim como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo”. Um outro método foi o testemunho, método este que Jesus lançou mão de forma veemente e abundante na realização da obra de Deus, como é demonstrado nas suas declarações: “Mas eu tenho maior testemunho do que o de João; porque as obras que o Pai me confiou para que eu as realizasse, essas que eu faço testemunham a meu respeito de que o Pai me enviou. O Pai que me enviou, esse mesmo é que tem dado testemunho de mim. [...] Eu testifico de mim mesmo, e o Pai que me enviou, também testifica de mim” (5,36.37: 8,18). Assim Jesus passa a legitimar o seu testemunho dentro do procedimento jurídico judaico e escriturístico: “Também na vossa lei está escrito que o testemunho de duas pessoas é verdadeiro” (8,17). Quando Jesus declarou: “Porque as obras que o Pai me confiou” (5,36), Ele estava se referindo ao método de o Emissor confiar ao Enviado a realização das obras aqui no mundo diante dos homens. Outros métodos aplicados por Jesus no desempenho da sua missão foram os de ceifar, receber, amar e honrar. O verbo honrar compreende um dos aspectos da teologia joanina porque como o próprio Enviado declarou: “A fim de que todos honrem o Filho do modo porque honram o Pai. Quem não honra o Filho não honra o Pai que o enviou” (5,23). Ele expôs a cadeia de sequência d’aquela que honra o que foi enviado por Jesus, honra ao Filho e quem honra o Enviado honra o Pai.

Todas as referências sobre o verbo enviar, extraídas do Evangelho de João, foram analisadas exegeticamente, demonstrados seus significados e aplicações. Os possíveis critérios expostos nas declarações de Jesus que abordam a ação de enviar, foram classificados dentro dos tópicos divididos em: Perfil, Missão, Metodologia e Resultados.

A aceitação submissa do Enviado para com o Emissor na execução das tarefas incumbidas se deve à consciência e à comunhão indissolúvel do Pai e do Filho de levar a efeito a salvação do mundo como a única missão que Deus projetou por meio do seu Filho.

A análise extraída da pesquisa revelou que o plano de salvar o mundo, o qual o Emissor construiu por meio do envio de Jesus, da aceitação irrestrita e o cumprimento integral do Filho no plano proposto é o único meio e processo de Deus para os homens de todas as épocas.

Só há uma maneira de entender e perpetuar a mensagem do Emissor e seu Enviado, é examinar esta história da missão, pondo em prática, tanto no passado quanto na atualidade.

A apropriação da vontade de Deus em nossas vidas, só ocorre quando seguimos o projeto original e único apregoado e vivenciado pelo Enviado de Deus.

O entendimento da missão messiânica descrita no Evangelho de João, e o exame dos sinônimos do verbo enviar, sem dúvida, concorrem para a compreensão de Deus. A encarnação do Filho de Deus, decorrente da sua preexistência, descida e vinda são explicações para a compreensão de certas expressões enigmáticas, tais como: “eu vi” ou “eu ouvi”. Finalmente, um exame contínuo das Escrituras é o melhor recurso para saber sobre a vontade de Deus.

REFERÊNCIAS

- _____. *The Analytical Greek Lexicon*. London, SAMULE BAGSTER AND SONS, LIMITED, s.d.
- ABBOTTO-SMITH, G. *A Manual Greek Lexicon of the New Testamente*. Edinburgh, T.&T. CLARK, 1944.
- ALAND, Kurt & ALAND, Barbara. *O Texto do Novo Testamento*. São Paulo, Fonte Editorial, 2010.
- ALAND, Kurt; BLACK, Matthew; MARTINI, Carlo M.; METZGER, Bruce M.; WIKGREN, Allen. *The Greek New Testament*. 3ª Edição, 1975.
- ASHTON, John. *Understanding the fourth gospel*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. *Studying John*. Oxford, Clarendon Press, 1994.
- BACHMANN, H & SLABY, W. A. *Concordance to the Novum Testamentum Graece*. Berlin, Walter de Gruyter, 1987.
- BARRETT, C.K. *The gospel according to St. John*. Philadelphia, The Westminster Press, 1978.
- BARTON, Bruce B. *Life application Bible commentary – John*. Illinois, Tyndale House Publishers, 1993.
- BAUCKHAM, Richard & MOSSER, Carl. *The gospel of John and Christian Theology*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 2008.
- BAUER'S, Walter. (ARNDT /GINGRICH). *A Greek-English Lexicon of the New Testament and other Early Christina Literature*. Chicago and London, The University of Chicago Press. 1979.
- BEASLEY-MURRAY, Georg R. *John-Word biblical commentary*. Nashville, Thomas Nelson, 2000.
- _____. *Gospel of life, theology in Fourth Gospel*. Massachuesett, Hendrickson Publishers, 1991.
- _____. *Preaching the Gospel from the Gospels*. Massachuesett, Hendrickson Publishers, 1996.
- BERNARD, J.H. *Gospel according to John*. Edinburgh, T & T Clark, 1993.
- BÍBLIA SAGRADA: Antigo e Novo Testamento. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2.ed.rev.atuali. Barueri, São Paulo, 1993.
- BOICE, James Montgomery. *The gospel of John*. Michigan, Grand Rapids, Baker Books, 1999.

- BORTOLINI, José. *Como ler o evangelho de João*. São Paulo, Paulus, 2005.
- BROWN, Colin e COENEN, Lothar. *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Vida Nova, 2000.
- BROWN, Raymond E. *The gospel according to John*. New York, The Anchor Bible, 1996.
- BRUCE, F.F. *Introdução e comentário – João*. SP, Edições Vida Nova, 1997.
- BULTMANN, Rudolf. *The gospel of John*. Philadelphia, The Westminster Press, 1971.
- BÜCHSEL, Friedrich. *Krinw - julgar*. In: KITTEL, Gerhard. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.
- CARSON, D.A. *The gospel according John*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1991.
- CULPEPPER, R. Alan. *Anatomy of the Fourth Gospel*. Philadelphia, Fortress Press, 1987.
- DELLING, Gerhard. *Teleiow – cumprir*. In: KITTEL, Gerhard. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.
- DODD, C.H. *The interpretation of the fourth gospel*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- DOUGLAS, J.D. *O novo dicionário da Bíblia*. São Paulo, Edições Vida Nova, 1981.
- FAUILLET, A. *O prólogo do quarto evangelho*. São Paulo, Paulinas, 1971.
- FENDRICH, H. *katabainw – “descer”*. In: BALZ e SCHEIDER (Orgs). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1981.
- FRIBERG, Barbara & FRIBERG, Timothy. *O Novo Testamento Analítico*. São Paulo, Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1987.
- GREEN, Joel B., McKNIGHT, Scot, MARSHALL, I. Howard. *Dictionary of Jesus and the Gospel*. Downers Grove, Illinois, 1992.
- GUTHRIE, Donald. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Editora Cultura Cristã, 2011.
- HASTING, James. *A dictionary of the Bible*. Edinburgh, T & T Clark, 1904.
- HAENCHEN, Ernest. *A commentary on the Gospel of John*. Philadelphia, 1980.

HAUBECK, W. & SIEBENTHAL, H. Von. *Nova Chave Linguística do N.T Grego*. S.P., Targumim & Hagnos, 2009.

HENDRIKSEN, William. *Exposition of the gospel according to John*. Grand Rapids, Baker Book House, 1973.

HENGEL, Martin. *The Johannine Question*. London, SCM Press, 1989.

HÜBNER, H. *Aletheia - verdade*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1994.

JAUBERT, A. *Leitura do evangelho segundo João*. São Paulo, Edições Paulinas, 1985.

KEENER, Craig S. *The gospel of John, a commentary*. Grand Rapids, Michigan, Baker Academic, 2003.

KITTEL, Gerhard. *Theological Dictionary of the N.T.* Grand Rapids, WM.B.Eerdmans Publishing Company, 1976.

KOSTENBERGER, Andreas J. *John*. Michigan, Baker Academic, 2004.

LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro: JUERP, 1985.

LÉON-DUFOUR, Xavier. *Leitura do evangelho de João*. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

LIGHTFOOT, R.H. *St. John's Gospel*. Oxford, Oxford University Press, Paperbacks, 1960.

LOUW, J. P. & NIDA, E A. *Greek-English Lexicon of the NT (Semantic Domains)*. NY, United Bible Societies, 1989.

MACGREGOR, G.H.C. *The gospel to John*. London, Hodder and Stoughton, 1928.

MALINA, Bruce J. & ROHRBAUCH, Richard L. *Social-science commentary on the gospel of John*. Minneapolis, Fortress Press, 1998.

MARSHALL, I. Howard. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2007.

MATEOS, Juan & BARRETO, Juan. *Evangelho de São João*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

METZGER, Bruce M. & COOGAN, Michael D. *The Oxford companion to the Bible*. Oxford, Oxford University Press, 1993.

MICHAELS, J. Ramsey. *Novo Comentário bíblico contemporâneo - João*. SP,

Editoda Vida, 1994.

MICHAELS, J. Ramsey. *The gospel of John*. Grand Rapids, Michigan, William B. Eerdmans Publishing Company, 2010.

MORRIS, Leon. *The gospel according to John*. Michigan, William B. Eerdmans Publishing Company, 1995.

_____. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Vida Nova, 2009.

MOULTON, J.H. & MILLIGAN, G. *Vocabulary of the Greek Testament*. USA, Hendrickson Publishers, 1997

MULLER, P.G. *Nuq – noite*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company. 1994.

NESTLE-ALAND, *Concordance to the Novum Testamentum Graece*. Berlin, Walter Gruyter, 1987.

OEPKE. *Apollumi – condenação*. In: KITTEL, Gerhar. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

PEARLMAN, Myer. *João – ouro: para te enriquecer*. Pindamonhangaba, SP, Instituto Bíblico das Assembléia de Deus, 1978.

PROBST, H. *Upagw – sair*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company. 1994.

POPKES, W. *Didomi – dar*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company. 1994.

PROBST, H. *Upagw – sair*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company. 1994.

PROCKSCH, O. *Hagios – santo*. In: KITTEL, Gerhar. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

RENGSTORF, K.H. *Pempw – enviar*. In: Gerhar. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

RIDDERBOS, Herman. *The gospel of John*. Grand Rapids, Michigan, William B. Eerdmans Publishing Company, 1991.

RIENECKER, Fritz & ROGERS, Cleon. *Chave Lingüística do Novo Testamento Grego*. São Paulo, Vida Nova, 1985.

ROBERTSON, A.T. *A grammar of greek New Testament in the Light of historical research*. Nashville, Broadmann Press, 1934,

ROSSCUP, James E. *Abiding in Christ*. Grand Rapids, Zondervan Publishing House, 1973.

SANTOS, Bento Silva. *Teologia do evangelho de São João*. Aparecida, SP, Editora Santuário, 1994.

SCHNACKENBURG, Rudolf. *The Gospel According to St. John*. New York, the Crossroad Publishing Company, 1990.

SCHNELLE, UDO. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo, Academia Cristã & Paulus, 2010.

SCHOLZ, V. *Novo Testamento Interlinear grego- português*. Barueri, São Paulo, Sociedade Bíblica do Brasil, 2004

SCHRENK. *Thelema – vontade*. In: KITTEL, Gerhard. *Theological Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

SENIOR, Donald & STUHLMUELLER, Carrol. *O fundamentos bíblicos da missão*, São Paulo, Academia Cristã e Paulus, 2010.

THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

TRENCH, R.C. *Trench's Synonyms of the New Testament*. Massachusetts, Hendricksen Publishers Inc., 2000.

TENNEY, Merrill C. *John the gospel of believe*. Grand Rapids, Michigan, William B. Eerdmans Publishing Company, 1976.

VAUGHAN, Curtis. *The New Testament from 26 Translations*. Grand Rapids, Zondervan Publishing House, 1967.

VINCENT, Marvin R. *Word Studies in the New Testament*. Massachusetts, Hendrickson Publishers, s.d. 4 vols.

WEISS, H.F. *Didaquê - ensino*. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard (Orgs.). *Exegetical Dictionary of the New Testament*. Grand Rapids, William B. Eerdmans Publishing Company, 1994.

ZODHIATES, Spiros. *The complete word study dictionary, New Testament*. Chattanooga, TN, AMG Publishers, 1992.

ZUCK, Roy B. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro, CPAD, 2010.

ÍNDICE DE TEXTOS BÍBLICOS SOBRE “ENVIAR”

Evangelho de João	Página
3, 17	74
3, 34	59
4, 34	52
4, 38	99
5, 23	106
5, 24	113
5, 30	78
5, 36	90
5, 38	121
6, 29	109
6, 38	26, 50
6, 39	127
6, 44	124
6, 57	126
7, 16 e 18	61
7, 28 e 29	36
8, 16	81
8, 18	90
8, 26	96
8, 42	40
9, 04	55
10, 36	43
11, 42	111
12, 44 e 45	116
12, 49	66
13, 20	102
13, 26	45
14, 24	104
17, 03	118
17, 08	120
17, 18	85
17, 25 e 26	70
20, 21	87